UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

LUCIANA KUBASKI

IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS POLONESES EM PONTA GROSSA, PR

PONTA GROSSA
2015

LUCIANA KUBASKI

IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS POLONESES EM PONTA GROSSA , PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: ProfªDrª Vera Lucia Martiniak

PONTA GROSSA

2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Kubaski, Luciana
K95 Imigração e Educação dos Poloneses em Ponta Grossa, PR/ Luciana Kubaski. Ponta Grossa, 2015.
115f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Vera Lucia Martiniak.

1.Instituições escolares. 2.História da educação. 3.Imigração. I.Martiniak, Vera Lucia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Educação. III. T.

CDD: 370.981

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA KUBASKI

IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS POLONESES EM PONTA GROSSA, PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas Letras e Arte da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) Profª Dr. Vera Lucia Martiniak- UEPG

Profª Dr. Maria Isabel Moura Nascimento- UEPG

ProFª Dr. Ana Claudia Urban- UFPR

Ponta Grossa, 08 de maio de 2015.

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu forças e sabedoria.

À professora Dr. Vera Lucia Martiniak, por acreditar no meu potencial desde a seleção para o mestrado; pelo seu constante incentivo, não só na conclusão da pesquisa, também em relação ao meu crescimento profissional; pela contribuição valiosa com seu conhecimento; pela orientação durante o mestrado e por todas as oportunidades profissionais e acadêmicas proporcionadas, minha gratidão.

À minha família, pelo apoio.

Aos colegas de grupo de pesquisa HISTEDBR-Campos Gerais, pelas contribuições nas reuniões de estudo.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa é transformá-lo*” (*MARX; ENGELS, 2010, p. 120*).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar o processo de institucionalização das primeiras escolas polonesas mantidas por congregações religiosas em Ponta Grossa, Paraná. Para isso, fez-se uma reconstrução histórica do processo de imigração europeia no Brasil a partir de 1850, até as primeiras décadas do século XX. Nesse período houve muitas correntes migratórias europeias para o Brasil, que foram incentivadas pelo governo brasileiro para solucionar problemas em relação à mão-de-obra e ocupação de terras, e também atendiam aos interesses de milhares de pessoas de outros países, que esperavam encontrar, no Brasil, um futuro mais promissor do que havia em seu lugar de origem, especialmente realizar o sonhar de ser proprietário de terra. No país entraram imigrantes de diferentes etnias, que acabaram espalhando-se pelas regiões brasileiras. Muitos foram trabalhar nas lavouras cafeeiras em desenvolvimento, outros ocuparam as terras despovoadas do sul, dedicando-se à agricultura familiar. No Paraná entrou um grande número de poloneses que, logo que se instalavam (além de outras providências), procuraram criar escolas para seus filhos. Em Ponta Grossa, as escolas católicas Colégio Santa'Ana e Colégio Sagrada Família funcionaram por iniciativa de congregações religiosas das Irmãs Servas do Espírito Santo e, posteriormente, das Irmãs da Sagrada Família. Para responder a todas as indagações feitas no início da pesquisa, foram eleitas como categorias de análise: sociedade, Estado, educação e imigração. O encaminhamento teórico-metodológico é expresso pelo materialismo histórico-dialético, que permite compreender e apreender a realidade. Para a realização da pesquisa foram utilizados relatórios dos presidentes da província do Paraná, leis, decretos, crônicas e fotos como fontes primárias, a fim de uma aproximação da totalidade do objeto pesquisado. A investigação realizada permitiu compreender que a constituição das escolas para filhos de imigrantes poloneses tem sua gênese nos embates religiosos travados no interior da igreja católica, decorrentes do processo de romanização. A vinda da Congregação Sagrada Família para a cidade de Ponta Grossa tornou-se elemento importante, que possibilitou aglutinar a comunidade polonesa em torno da fé católica e, assim, manter o poder e a expansão da Igreja na região dos Campos Gerais.

Palavras- chave: Instituições escolares; História da educação; Imigração.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the process of institutionalization of the first Polish schools ran by religious congregations in Ponta Grossa, Paraná. It presents a historical reconstruction of the immigration of Europeans to Brazil from 1850 on, until the first decades of the XX century. In this period there were several immigration movements from Europe to Brazil, which were encouraged by the Brazilian government as a solution of problems related to workforce and land occupation, but also met the interests of thousands of people from other countries, who expected to find a more promising future in Brazil than that offered by their countries of origin, mainly the dream of having their own piece of land. Immigrants from different ethnic groups entered the country and spread over the Brazilian territory. Many started working on the developing coffee farms; others occupied the empty areas in the South of the country adopting the family farming system. A great number of Polish people settled in Paraná, and as soon as they arrived (together with other measures) they founded schools for their children. In Ponta Grossa, the catholic schools, ColégioSanta'Ana and ColégioSagradaFamília were started as an initiative of the religious congregation of the Sisters Servants of the Holy Spirit and were later on taken over by the Holy Family Congregation. In order to answer the research questions, the analysis categories selected were: society, State, education and immigration. The theoretical-methodological basis is the historical dialectical materialism, which allows understanding and apprehension of the reality. The research surveyed documents such as the Paraná province president reports, laws, decrees, essays and photos as primary sources, aiming to approach the whole of the object studied. The investigation carried out led to the comprehension that the foundation of schools for the children of Polish immigrants had its origin in the struggles experienced within the Catholic Church as a result of the Romanization process. The arrival of the Holy Family Congregation to the city of Ponta Grossa became an important element, which united the Polish community around the catholic faith and, therefore, guaranteed the power and expansion of this Church in the Campos Gerais region.

Key- words: School institutions, History of education, Immigration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carroça 56
Figura 2 – Ocupação da Polônia em 1870 61
Figura 3 – Vista de Ponta Grossa, Francisco Lange (1901).....82
Figura 4 – Postal da chegada de família de poloneses em Ponta Grossa 83
Figura 5 – Carroças típicas utilizadas pelos imigrantes em Ponta Grossa, na Rua Dr. Colares (s/data).....86
Figura 6 – Igreja São João (s/data, anterior a década de 1920) 87
Figura 7 – Largo da Igreja São João (s/ data, anterior a 1920).....87
Figura 8 – Início da construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus 88
Figura 9 – Igreja São João, ao lado da Igreja Sagrado Coração de Jesus (s/ data) .89
Figura 10 e 11 – Prédio do Colégio Sant'Ana (s/d) 91
Figura 12 - Irmã Geraldina e as Filhas de Maria, grupo católico (s/ data).....93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das Teses e Dissertações por ano 18
Quadro 2 – Comparação entre o negro e o imigrante do ponto de vista dos fazendeiros.....30
Quadro 3 – Relação de colônias e imigrantes.....49
Quadro 4 – Colônia Octávio em Ponta Grossa e o número de famílias.....55
Quadro 5 – Número de Poloneses distribuídos nas colônias.....67
Quadro 6 – Distribuição dos imigrantes por atividades produtivas registrado no Cartório Sant'Anna em declarações de casamentos entre 1889 e 1920.....83
Quadro 7 – Escolas polonesas em Ponta Grossa.....90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO I
A IMIGRAÇÃO NO BRASIL: O EUROPEU E O AFRICANO 21
1.1 ANTECEDENTES DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA EUROPEIA: OS AFRICANOS 23
1.2 RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE ESCRAVISMO E IMIGRAÇÃO 28
1.3 A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA EUROPEIA 33
CAPÍTULO II
AS COLÔNIAS EUROPEIAS NO PARANÁ: AS PRIMEIRAS INICIATIVAS, PRESENÇA POLONESA E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO EUROPEIA NOS CAMPOS GERAIS 51
2.2 A DIVISÃO DO TERRITÓRIO E A DESPOLONIZAÇÃO DE UM POVO 59
2.3 A EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES POLONESES 71
2.4 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE IMIGRANTES POLONESES VINCULADA À IGREJA 75
CAPÍTULO III
A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS POLONESAS EM PONTA GROSSA: DA CONGREGAÇÃO SERVAS DO ESPÍRITO SANTO À SAGRADA FAMÍLIA 80
3.1 A CONGREGAÇÃO SERVAS DO ESPÍRITO SANTO E A OFERTA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PARA OS FILHOS DOS IMIGRANTES POLONESES 89
3.2 OS EMBATES RELIGIOSOS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO DOS POLONESES 97
CONSIDERAÇÕES FINAIS 106
REFERÊNCIAS 109

INTRODUÇÃO

O estudo tem como proposta contribuir para a produção de conhecimento na área da História da Educação Brasileira, enfocando o processo de imigração europeia no início do XX e a educação dos imigrantes em terras brasileiras. A intenção em realizar uma investigação que contemple a história das instituições escolares polonesas na região dos Campos Gerais, Paraná, no início do século XX, fundamenta-se nos escassos[1]estudos referentes a essa temática. A presença de imigrantes poloneses no Paraná foi muito expressiva, desde o início da colonização da região, o que se torna relevante para a compreensão acerca dos motivos que desencadearam sua vinda e as formas de organização nos primeiros núcleos coloniais. A organização das comunidades nas colônias recém-criadas centrava-se, por um lado, em manter a sua cultura de origem e, por outro, em inserir-se nas relações comerciais do novo país, que foram preocupações presentes entre os recém-chegados. Dentre as possibilidades de preservar a cultura do país de origem, a organização de escolas para os filhos de imigrantes foi uma alternativa para manter a língua materna, e também foi instrumento para apreender a língua nacional e participar das atividades econômicas da sociedade brasileira.

Fez-se um recorte em relação à etnia polonesa, dando-se destaque para a educação, pois foi significativo o número de escolas criadas para atender aos filhos desses imigrantes. Entretanto, ainda são poucos os estudos relacionados a esta temática. Dentre as escolas criadas para atender os filhos de imigrantes poloneses destacam-se, na região dos Campos Gerais, PR: a escola polonesa mantida pela Congregação das Servas do Espírito Santo e a Escola Sagrada Família, mantida por religiosas missionárias vindas da Polônia, as Irmãs da Sagrada Família de Maria.

Diante da importância do estudo acerca das instituições escolares polonesas, busca-se responder às seguintes questões: *Quais foram os motivos que desencadearam a vinda de imigrantes poloneses para a região dos Campos Gerais -*

---

[1]Dentre os trabalhos analisados encontraram-se quatro estudos sobre a educação de imigrantes poloneses: “As escolas da colonização polonesa no Brasil” (WACHOWICZ, 2002); “De católicos poloneses e ponta-grossenses católicos: a Escola Sagrada Família - 1933-1945” (CAPRI, 2003);“Os traços de identidade cultural polonesa nas práticas educacionais na escola CaesimioStachurscki” SCHILLING (2007); “Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná” (RENK, 2009).

PR, e como se deu a institucionalização das primeiras escolas étnicas polonesas em Ponta Grossa?

Para responder às questões definiu-se, como objetivo geral, analisar o processo de institucionalização das primeiras escolas polonesas mantidas por congregações religiosas em Ponta Grossa, Paraná. Para tanto, buscar-se-á especificamente:

- Compreender como se deu o processo de imigração europeia no Brasil no século XIX e os motivos que desencadearam a vinda de imigrantes poloneses para a região dos Campos Gerais - PR;
- Investigar os fatores que influenciaram na criação de escolas destinadas à educação dos filhos de imigrantes poloneses na região dos Campos Gerais - PR;
- Proceder a reconstrução histórica das escolas criadas para atender os filhos de imigrantes poloneses em Ponta Grossa - PR.

Neste sentido, com o objeto de estudo e o espaço delimitado, procedeu-se a definição da periodização histórica, que se pautou no início do atendimento escolar aos filhos dos imigrantes poloneses pelas religiosas da Congregação das Servas do Espírito Santo, em 1905, até a criação da Escola Polonesa, mantida pela Congregação Sagrada Família, em 1933.

Para a realização da pesquisa elegeu-se, como categoria de análise: sociedade, Estado, educação e imigração.

As escolas fundadas por imigrantes poloneses no Estado do Paraná foram frutos da iniciativa de colonos e de pessoas pertencentes à comunidade polonesa, que mantiveram instituições em colônias e na área urbana.

Acredita-se que é importante e necessário estudar a história das instituições escolares, tanto no sentido de adquirir conhecimento a respeito da educação feita em diferentes épocas, tanto como, também, uma forma de contribuir com o avanço da história da educação brasileira. As instituições

> [...] constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes

> que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI, 2007, p. 5).

Entendendo instituição como prática essencialmente humana, pois sendo humana, é também histórica, faz-se necessário analisar sua reconstrução histórica.

> As expressões ‘reconstrução histórica da escola pública’ do mesmo modo que ‘reconstrução histórica das instituições escolares’ significam, pois, a reprodução, no plano do conhecimento, das condições efetivas em que se deu a construção histórica da escola pública ou das instituições escolares (SAVIANI, 2007, p. 17).

Portanto, relaciona-se com as afirmações de Marx e Engels (2010), no sentido de que é a realidade que determina as ideias, e não o contrário. Por isso, no estudo da história de uma instituição escolar é necessário contextualizá-la, apontando aspectos da sociedade em que ela se desenvolveu e suas atividades em seu período de funcionamento.

Assim, a análise de determinado objeto de estudo, considerado seu contexto econômico e social, parte da realidade material em que se efetivou. Nesta pesquisa, utiliza-se o método dialético do materialismo-histórico como referencial teórico. A teoria é, para Marx, “[...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Por conseguinte, é pela teoria que o sujeito reproduz, em seu pensamento, a estrutura e dinâmica do objeto pesquisado. O método de pesquisa, enquanto práxis, possibilita a reflexão teórica sobre a realidade e a possibilidade de transformá-la.

Na teoria marxista, a explicação da sociedade ocorre pelos modos de produção. A base da sociedade está no trabalho, é por meio dele que o homem se faz homem, transforma a sociedade e faz a história. Tudo isso se dá por meio de contradições, conflitos e antagonismos. O homem é, portanto, sujeito histórico e social (ANDERY, 2007).

> São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc. Mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmera obscura isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (MARX; ENGELS, 2010, p. 51).

Nesta perspectiva, todas as produções humanas estão intimamente condicionadas ao modo de desenvolvimento de suas forças produtivas, pois, na medida em que o homem produz seus meios de existência, está indiretamente produzindo sua própria vida material.

A história é, portanto, independente das representações do sujeito, é a realidade como ela é, e intimamente ligada ao trabalho, ou seja, a produção dos bens materiais. E é nessa realidade que transcorrem as ações e inúmeras relações que envolvem os sujeitos e a contextualização dos eventos (DECCA, 2006, p. 20).

O que o homem produz coincide com aquilo que ele é e manifesta na sua vida. O que ele é depende das condições materiais de sua produção, que pressupõem a existência de relações entre indivíduos, relações que estão condicionadas pela produção. As condições materiais de existência são tanto as que o homem já encontrou elaboradas, quanto as que ele próprio criou. Quando se fala de realidade, pressupõe-se que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nas palavras, pensamento ou imaginação. Mas da sua atividade real,

> É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento (MARX; ENGELS, 2010, p. 52).

O trabalho, para o homem, é fundamental, pois é por meio dele que se produzem condições para atender as suas necessidades, conforme a organização social definida historicamente. Portanto, no decorrer dos estudos desta pesquisa, foi essencial considerar as relações sociais e o modo de produção da sociedade brasileira no contexto histórico do século XIX. A compreensão do sistema escravista e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram elementos que colaboraram na compreensão acerca do incentivo da vinda de imigrantes.

A pesquisa que segue os pressupostos do materialismo-histórico compromete-se em ultrapassar a aparência imediata, fenomênica e empírica, e ir além para apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto proposto pelo estudo. Assim, parte-se da aparência para alcançar a essência do

objeto. O pesquisador reproduz a essência no plano do pensamento; mediante a pesquisa viabilizada pelo método reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011).

Consequentemente, a pesquisa tem, como pressuposto teórico-metodológico, o materialismo histórico, pois “para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico e do particular” (FRIGOTTO, 2010, p. 79), buscando romper com o modo de pensar dominante.

Dessa forma, estudar uma instituição escolar implica na análise da sociedade da época e os determinantes econômicos, políticos e sociais. Neste sentido, ressalta-se a importância do estudo da história das instituições escolares, pois

> [...] não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. O maior ou menor grau de relevância de uma instituição, seja do ponto de vista econômico, político, educacional e segundo critérios específicos, não pode tolher a escolha do historiador. Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer á luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas (SANFELICE, 2007, p. 79).

Busca-se estudar a institucionalização das escolas polonesas, no início do século XX, diante do fato que são poucos os estudos sobre esta temática e, também, porque o número de poloneses vindos para o Brasil é muito expressivo.

Para o empreendimento do estudo foram consultadas fontes que auxiliam na interpretação da realidade em que o objeto de estudo está inserido; tratando-se de educação escolar, é um caminho para se chegar o mais próximo possível do que foi vivido em determinada instituição. É importante destacar que as fontes primárias são aquelas da época do fenômeno estudado; já as fontes secundárias são estudos e obras de apoio.

> [...] não se constrói uma mesma história de uma instituição escolar restringindo-se a um estudo das atas produzidas pelos seus responsáveis burocráticos ou, de maneira inversa, privilegiando-se apenas os livros e o material didático de que ela fez uso em determinado tempo ou ao longo dos tempos (SANFELICE, 2007, p. 77).

Decca (2006) nomeia os documentos, ou seja, tudo o que possa tornar-se presente o que está ausente, de elementos pré-textuais empíricos. Para esse autor, todas as representações, simbolizações das instituições articuladas às relações de poder, aos seus valores, práticas e propostas pedagógicas, também os ritos,

emblemas, uniformes, são indícios que contribuem para *presentificar* a instituição. O autor também chama atenção para as crônicas, que geralmente são encontradas em instituições particulares de ordem religiosa, escritos por tradição; em outras palavras, com a intenção de produzir uma memória, podendo ser uma importante fonte de pesquisa.

As fontes históricas são produções humanas, e o ponto de partida, a base para o estudo de determinado fenômeno, ponto de apoio na construção da historiografia, mas não são delas que brotam a história: elas são testemunhas da história, é nelas que se apoiam os conhecimentos que serão produzidos. Cabe ao historiador selecionar as fontes de acordo com seu problema de pesquisa, e empenhar-se na preservação dos materiais, tendo em vista possíveis estudos (SAVIANI, 2004).

No estudo das fontes, é necessário fazer ligações entre as mesmas, e até mesmo confrontá-las: eis o trabalho do historiador.

> E meticulosa tecitura é esta, a de historiar uma instituição educativa na sua complexidade, definindo-lhe um quadro espaciotemporal (sic), reconhecendo-lhe uma ação sociocultural, material, simbólica, organizacional, antropológica, descobrindo-lhe, pois um sentido. [...] “não há história sem sentido [...] é preciso considerar os acontecimentos, ligá-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis” (MAGALHÃES, *apud* SANFELICE 2007, p. 79).

Com a análise das fontes é possível comparar e levantar dúvidas; porém, todo documento deve ser analisado em uma contextualização da época em que foi produzido.

> A análise dos dados representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada. Mediante este trabalho, vão se identificando as determinações fundamentais e secundárias do problema. É no trabalho de análise que se busca superar a percepção imediata, as impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, passando-se assim do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade. É na análise que se estabelecem as relações entre a parte e a totalidade (FRIGOTTO, 2010, p. 98).

Com o auxílio das fontes em mãos, segue-se o trabalho de olhar o todo da instituição, onde ela está inserida, pois não é possível ter a identidade da instituição somente pelo que ela é, ou seja, *no interior dos muros*, é preciso olhar seu entorno, um entorno junto a ela, mas que pode ser uma caminhada cada vez mais macro.

Trata-se de analisar a instituição e sua relação com fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, delineando sua identidade (SANFELICE, 2007)

Implica, então, ter como ponto de partida os fatos empíricos que são dados pela realidade, seguindo para uma superação das primeiras impressões, sendo, o ponto de chegada, o concreto pensado. Para tanto, a reconstrução histórica sobre a educação de imigrantes poloneses nos Campos Gerais - PR utilizou fontes primárias e secundárias encontradas em acervos públicos e particulares. Nos acervos públicos, como Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória de Ponta Grossa e Museu Campos Gerais, foram encontradas fontes, como Relatórios e Mensagens dos Presidentes do Governo, jornais impressos e fotografias. Já nos acervos particulares, principalmente na visita ao acervo da Congregação Servas do Espírito Santo,foram obtidas informações a respeito das crônicas escritas pelas religiosas, demonstrando cuidado em deixar registrados os acontecimentos da trajetória da escola. Contudo, deve-se reforçar que as crônicas, como fontes históricas, foram produzidas com a intenção de deixar memória, ou seja, quem as registrou teve uma intencionalidade, sendo seletivo no que quis deixar escrito. As fontes históricas, "[...] enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história" (SAVIANI, 2004, pp. 5-6). Cabe destacar que se optou em manter a grafia dos textos das fontes primárias utilizadas nesta pesquisa e destacá-las ao longo do texto em formato itálico.

Assim, a pesquisa, que tem como pressuposto o materialismo histórico, não é somente a crítica pela crítica que tem importância, mas que essa crítica e o conhecimento adquirido "[...] altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano historio- social" (FRIGOTTO, 2010, p. 89). Este é o grande desafio do pesquisador que opta por esta concepção: estar comprometido com a transformação do modo de pensar dominante.

Realizou-se um levantamento das teses e dissertações que tratam sobre a reconstrução histórica das instituições escolares e da imigração polonesa. Esta etapa da pesquisa configura-se como elemento importante para o conhecimento acerca das produções, e tem se constituído, nos grupos de pesquisa, como atividade essencial para socialização e difusão dos estudos. O grupo de pesquisa HISTEDBR-Campos Gerais - PR efetua este levantamento priorizando a produção realizada acerca das instituições escolares; porém, nesta pesquisa, optou-se pelo

levantamento das teses e dissertações que tratam das instituições escolares étnicas polonesas. O levantamento da produção historiográfica é uma contribuição do pesquisador à área da história da educação, e também uma etapa que deverá ser cumprida no momento da revisão da literatura acerca do tema estudado. Nesta pesquisa, especificamente, tratando-se das instituições escolares étnicas, o quantitativo das produções acadêmicas que tratam sobre a educação de imigrantes no Brasil pode ser retratado a partir do seguinte quadro:

Quadro 1 –Distribuição das Teses e Dissertações por ano

Ano	PRODUÇÃO	
	Dissertações	**Teses**
2006	1	1
2007	3	2
2008	1	0
2009	0	3
2010	2	0
2011	8	0
2012	1	3
TOTAL	**16**	**9**

Fonte: Martiniak (2014).

Os dados demonstrados apresentam um acréscimo na produção nos dois últimos anos, na região sul do país, que podem ser explicados pelo direcionamento dos estudos oriundos de grupos de pesquisas que aprofundam sua produção na temática acerca da imigração no Brasil.

Apontando a relevância do estudo, destaca-se que o número de pesquisas, nessa área, tem aumentado em decorrência da ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil, na década de 1970, e o fortalecimento dos grupos de pesquisas, que se consolidaram nas instituições de Ensino Superior e nos programas de pós-graduação. Ainda sobre este aspecto, as regiões Sul e Sudeste apresentam a maior concentração dos grupos de pesquisa em *História da Educação*, totalizando 72,2%; já os demais grupos de pesquisa estão distribuídos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. “Estes dados confirmam que a atividade de pesquisa no país está fortemente vinculada à pós-graduação” (HAYASHI; FERREIRA JUNIOR, 2010, p.175).

A maioria dos trabalhos concentrou-se na área da Educação, o que corrobora com a afirmação de Saviani (2007), ao declarar que a historiografia da educação é um campo de estudo que tem por objeto de investigação as produções históricas, e por objeto de estudo o educacional.

No Estado do Conhecimento, tomando como eixo a educação e imigração, foram encontrados 25 trabalhos, sendo dois da área de história e os outros da educação. Já sobre a história da imigração polonesa há registro de quatro trabalhos, sendo uma tese de doutorado.

Especificamente sobre a educação e a imigração polonesa foram produzidas uma tese de doutorado e duas dissertações de mestrado, totalizando três trabalhos.

Todos os trabalhos que tratam sobre a imigração polonesa concentram-se na região Sul, fato que se justifica por ter sido a região em que mais se fixaram imigrantes poloneses e, consequentemente, gerando maior interesse por essa temática.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, nos quais se busca realizar a análise da temática sobre a imigração e a educação dos imigrantes poloneses. No primeiro capítulo realizou-se a análise do contexto brasileiro do século XIX, apresentando os interesses do governo ao promover a entrada em massa de europeus; procurou-se mostrar as contradições existentes no projeto de substituição da força de trabalho escravo pela europeia.

No segundo capítulo buscou-se entender os motivos que desencadearam a vinda de poloneses para Brasil, e também apresenta uma análise acerca da escolarização dosimigrantes e de seus descendentes nos primeiros anos de instalação das colônias noParaná. Aborda, ainda, as dificuldades para a organização educacional e as estratégias utilizadas para a oferta do ensino aos filhos de imigrantes.

O terceiro capítulo apresenta como se deu a institucionalização das escolas criadas para atender a filhos de imigrantes poloneses, mantidas por duas congregações religiosas: Irmãs Servas do Espírito Santo e posteriormente as Irmãs da Sagrada Família; destaca-se o contexto religioso da época, que acabou por influenciar o domínio da educação religiosa para os poloneses em Ponta Grossa.

Esta pesquisa pretende contribuir para o entendimento acerca do processo de escolarização dos imigrantes, principalmente poloneses, em um período histórico em que havia pouquíssimas escolas públicas para atender a população

brasileira. Como alternativa possível para a escolarização dos poloneses, o incentivo à vinda de congregações religiosas tornou-se uma medida para concretização da educação para a comunidade polonesa.

CAPÍTULO I
A IMIGRAÇÃO NO BRASIL: O EUROPEU E O AFRICANO

A ocupação do território brasileiro, que antes pertenceu aos índios, por elementos estrangeiros, começou com a chegada dos portugueses no século XVI. Passados trinta anos da primeira expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, iniciou-se o processo de colonização do território, pois, até então, o Brasil não ofereceu condições iniciais para a extração de ouro e prata, que era o objetivo imediato dos colonizadores portugueses, não possibilitando transações comerciais como as que eram feitas nas Índias. Portugal dispunha de poucos recursos humanos e necessitava de melhor base financeira e administrativa para criar riquezas nas novas terras. O Oriente era o centro de interesse comercial de Portugal porque lá se encontravam as especiarias, produtos que os portugueses necessitavam (FURTADO, 1988). Após a chegada dos primeiros portugueses, com objetivo denão deixar a colônia em estado de abandono e suscetível a invasões, surgiram as primeiras povoações, que eram um misto de postos militares usados para a defesa do território e núcleos comerciais para extração de madeira.

Em 1530, D. João III, rei de Portugal, enviou uma expedição de caráter colonizador comandada por Martin Afonso de Sousa que, em 1532, fundou a primeira vila do país, chamada São Vicente. Apesar de demonstrar interesse pelas terras descobertas, Portugal ainda não dispunha de condições para investir na colonização de terras devida à extensa faixa marítima. A colonização foi atribuída à iniciativa privada, solução dada pela divisão territorial em capitanias hereditárias (FURTADO, 1988). O rei de Portugal dividiu a costa brasileira em “[...] doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas [...]” (PRADO JUNIOR, 1986, p. 32), que foram chamadas de capitanias e doadas a donatários que tinham autonomia para designar autoridades administrativas e juízes, receber impostos e distribuir terras em seu território.

O pacto colonial fazia com que a colônia só comercializasse com o intermédio da metrópole portuguesa. “A empresa montada por Portugal durante três séculos visava a extrair toda riqueza possível de suas colônias para sustentar o Estado absolutista e sua luxuosa corte” (MALERBA, 1999, p. 27).

Dessa forma, atendendo aos interesses da metrópole, a população que iniciou a ocupação e povoamento no Brasil colonial foi formada pelo povo português. Os colonizadores recebiam grandes extensões de terras nas quais era necessário colocar um grande número de pessoas para trabalhar na produção de matérias-primas para atender ao mercado internacional.

Podem-se distinguir seis diferentes tipos de imigrantes e primeiros povoadores no início da colonização:

> a) um pequeno número de fidalgos pobres ou burgueses protegidos que aqui vinham receber sesmarias;
> b) um maior número de camponeses sem terra e que aqui vinham geralmente por ambição de achar ouro e poucos para trabalhar em terra alheia a serviço de futuros senhores de terra;
> c) pequeno número de mecânicos e artesãos e que em pouco tempo se viram arruinados pela concorrência dos escravos que aprendiam seu ofício;
> d) judeus, cristãos novos e que se destinavam ao comércio;
> e) degredados e criminosos de toda a espécie;
> f) funcionários e soldados (BASBAUM, 1976, pp. 59-61).

A ocupação do território por esses elementos iniciou-se pela costa brasileira, pois a exploração do interior (regiões mais próximas do litoral, neste caso) só ocorreu com o avanço da atividade canavieira[2]. A sociedade que se formou no século XVI era baseada no trabalho escravo (no início indígena, posteriormente o africano) no latifúndio e na monocultura. Predominou, inicialmente, a atividade açucareira,devido à doação de terras da Coroa portuguesa para o cultivo dacana-de-açúcar e instalação de engenhos. Para que a produção açucareira se tornasse lucrativa, era necessário um grande número de trabalhadores, e uma extensa área de terra para plantação e produção do açúcar. Assim se instalou, na colônia brasileira e nas demais colônias da América, a grande propriedade e, com ela, o trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 1986).

Com a instalação da propriedade baseada no latifúndio e na monocultura, havia a necessidade de um grande número de trabalhadores na produção canavieira, conforme já mencionado. Entretanto, Portugal não dispunha de força de trabalho suficiente para atender à demanda da colônia. Por outro lado, o português não se dispôs a se engajar como “[...] simples trabalhador assalariado do campo”

---

[2]Para aprofundamento do tema, sugere-se consultar a tese de Nascimento (2009), na qual apresenta uma abordagem histórica com o objetivo de analisar a relação trabalho-educação no período da produção manufatureira de açúcar, com base no trabalho escravo.

(PRADO JUNIOR, 1986, p. 34), sendo necessário empregar a força de trabalho escrava indígena na lavoura de cana-de-açúcar. No princípio, os índios trocavam sua força de trabalho por objetos que, com o tempo, foram se tornando insignificantes. Foi necessário forçá-los a realizar o trabalho e manter vigilância para evitar fugas e abandono das tarefas. Devido a resistências ao trabalho e aos conflitos que surgiram entre colonizadores e indígenas, o problema foi resolvido com a substituição pela mão-de-obra dos escravos adquiridos na África, e que já eram empregados em diversos serviços na Europa (PRADO JUNIOR, 1986).

> As Colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, numa acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital (MARX, 1994, p. 871).

Durante quase todo o período colonial, o contingente de estrangeiros que entrou no país foi formado por portugueses e africanos. A corrente migratória portuguesa teve longevidade no fluxo migratório, apesar das fases de aumento e declínio. Já os africanos não vieram de forma espontânea na busca de riquezas, mas foram trazidos na condição de escravos para realizar todo o tipo de trabalho, em especial, na agricultura.

1.1 ANTECEDENTES DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA EUROPEIA: OS AFRICANOS

A entrada de africanos no Brasil está relacionada ao avanço das atividades econômicas, pois, na medida em que essas se expandiram, houve o aumentoda necessidade de mão-de-obra para as lavouras, para serviços domésticos e extração de metais, o que possibilitou a entrada do africano, empregado no modo de produção escravista.

O trabalho escravo na colônia era indispensável, não somente porque os donos das propriedades não se sujeitavam ao trabalho braçal, também porque não havia outra força de trabalho, já que o índio não se sujeitou ao trabalho escravo e

> [...] a escravidão foi recriada nas colônias, inicialmente, explorando os índios como trabalhadores escravos e, posteriormente, os negros africanos. O ressurgimento da escravidão nas Américas e nas Antilhas, aparentemente estava em contradição com a generalização do trabalho assalariado na Europa (NASCIMENTO, 2009, p. 29).

Os poucos imigrantes europeus que entraram no país, ao invés de trabalhar em terras alheias, preferiam dedicar-se a trabalhos artesanais, militares, trabalhos como vaqueiros ou aventurar-se na busca por ouro (BASBAUM, 1976).

De acordo com Andrade (1987), a forma como o capital foi implantado, em larga escala, na instalação e exploração da empresa agrícola, foi necessário manter os povos submetidos pela força, destruindo e dizimando os que se opunham à escravidão, e até mesmo controlando o acesso à propriedade da terra.

A forma como a colônia organizou-se, baseada no trabalho escravo, não estimulava a entrada de imigrantes livres em massa, justamente pela forma como as terras foram distribuídas (concentradas nas mãos de poucas pessoas), o que impulsionou o tráfico de africanos.

O comércio de escravos foi uma atividade que envolveu grandes interesses capitais dos proprietários de terras e dos traficantes. Por meio do tráfico, os escravos foram trazidos da África para suprir a força de trabalho na colônia, além de representar uma prática altamente lucrativa (MALERBA, 1999).

> A escravidão moderna, criada e explorada no desenvolvimento capitalista europeu, com o objetivo de gerar a acumulação primitiva do capital, tornou-se um sistema produtivo: o sistema mercantil escravista. Neste, a burguesia mercantil europeia vendia produtos manufaturados para a África e recebia em troca os escravos para serem vendidos aos senhores de engenho na Colônia; os senhores do engenho, por sua vez, vendiam para a burguesia mercantil europeia o açúcar produzido pelos escravos (NASCIMENTO, 2009, p. 31).

Ser traficante de escravos era visto como qualquer outra atividade profissional; ser dono de escravos, além de demonstração de posse, habilitava os senhores a se candidatar a sesmarias e até receber título de nobreza (BASBAUM, 1976). Além dos comerciantes de escravos, a venda era feita pelos donos de grandes e pequenas casas comerciais (NASCIMENTO, 2012).

Os negros vieram para o Brasil como força de trabalho, que impulsionou o desenvolvimento dos grandes engenhos, da produção do algodão, das atividades de mineração, dos trabalhos domésticos, além dos mais diversos serviços realizados nas cidades. A clássica afirmação do jesuíta André João Antonil reforça a importância do negro para a manutenção da economia brasileira, já que realizavam inúmeras atividades: “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho,

porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente" (ANTONIL, 1976, p.89).

O proprietário viu o africano como incapaz de compreender, aprender até mesmo de comportar-se como homem civil, necessitando de permanente ameaça de castigo. Os escravistas não se preocupavam com a aprendizagem da língua nativa pelos africanos, geralmente mandavam um escravo que falasse a mesma língua dos cativos para explicar aos recém–chegados as normas e rotina das fazendas. As atividades agrícolas eram aprendidas pela imitação e os feitores distribuíam, orientavam e controlavam as tarefas e, sobretudo, determinavam os castigos (MAESTRI, 2004).

Os escravos que tinham maior conhecimento da língua portuguesa eram introduzidos em atividades como carreteiro, pedreiro, charqueador, entre outras. Porém, essas tarefas eram, em geral, entregues aos crioulos e mulatos, tidos como os mais inteligentes. A escravidão no Brasil não teve estabelecimentos educacionais para os cativos[3],"o aprendizado era feito por acompanhamento, em forma isolada, com pouca sistematização" (MAESTRI, 2004, p. 204). Nas cidades, as senhoras ensinavam crianças escravas a limpar, lavar, cozinhar para, assim, poder usufruir os serviços.

Por três séculos, a força de trabalho, no Brasil, foi pautada no trabalho escravo, sendo um dos últimos da América a pôr fim a essa prática. O processo de abolição deu-se de forma lenta e gradual, para atender aos interesses dos grandes proprietários de terras e à pressão feita pela Inglaterra. Foram aprovadas leis[4] que, aos poucos, tentaram diminuir o contingente de trabalhadores mantidos no regime escravista. Assim, a abolição esteve atrelada aos interesses de grupos econômicos dominantes da época, entre eles fazendeiros - ex-escravocratas - interessados na abolição e no incentivo ao trabalho livre e assalariado.

Entretanto, muitos fazendeiros eram contrários ao fim da escravidão e consideravam a prática ideal para manter suas lavouras. Os escravos iam para onde o seu senhor mandasse, ocupavam-se das atividades que lhes fossem atribuídas,

---

[3]A pesquisa de Nascimento (2012) apresenta uma discussão acerca da constituição da escola pública, a partir da análise dos Congressos Agrícolas e a institucionalização escolar, com objetivo de atender os interesses dos fazendeiros. Nessa pesquisa, a autora apresenta um debate crítico sobre a exploração do homem negro escravo no Brasil, destituído de direitos, e sua luta pela abolição.

[4] Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, Lei Eusébio de Queiróz (BASBAUM, 1976).

moravam e comiam segundo ordens, oferecia continuidade e permanência, o que não podia se esperar de um trabalhador livre, que poderia ir embora a qualquer momento. Para estes fazendeiros,

> [...] aceitar o trabalhador livre era abdicar de uma parcela de autoridade profundamente arraigada na mentalidade senhorial. Era colocar-se nas mãos do trabalhador. Era ter que ouvir suas pretensões e cedo ou tarde medir-se com ele, quem sabe até numa situação de inferioridade. Isso seria para o senhor uma inversão da 'ordem natural' (COSTA, 1998, p. 72).

A extinção gradativa da escravidão ocorreu por pressões da Inglaterra, que estava à procura de mercado consumidor para ampliar seu comércio e, neste caso, a escravidão tornou-se um entrave para seus objetivos. Desde 1831 foram aprovadas leis para o fim do trabalho escravo; a lei que ficou conhecida como *Lei Feijó-Barbacena* declarou livre os escravos que desembarcavam no Brasil, proibindo, dessa forma, o tráfico, mas só foi efetivamente aplicada a partir de 1850, com a promulgação da *Lei Eusébio de Queirós*. A primeira lei, na verdade, veio atender aos interesses do governo imperial em demonstrar para a Inglaterra que o Brasil estava se empenhando em extinguir o tráfico negreiro[5]. Relatava a lei, na grafia da época:

> *Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. [...]*
> *Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Codigo Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despezas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará effectiva com a maior possivel brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos(BRASIL, 1831).*

Na teoria, a lei tinha, por finalidade, reprimir o tráfico de africanos e punir os responsáveis, desde os comandantes das embarcações, os financiadores, até mesmo os compradores de escravos.Entretanto, ela nunca foi executada, pois só foi criada para atender aos interesses capitalistas da Inglaterra. A lei nunca foi aplicada porque seus legisladores não tiveram intenção de fazer uma norma que, de fato,

---

[5]Essa necessidade deve-se ao fato que, em 1810, a corte portuguesa, que já havia se instalado no Brasil, fez um tratado de aliança e amizade com os ingleses, em virtude dos últimos terem dado apoio à coroa por meio da proteção na travessia do Atlântico durante a invasão dos franceses (BASBAUM, 1976).

resultasse efetivamente na suspensão definitiva do tráfico, mas uma lei apenas para *inglês ver* (GURGEL, 2008).

Entretanto, mesmo com a lei de 1831, que limitava o tráfico no Brasil, no mesmo período a lavoura cafeeira[6] expandia-se, exigindo mais emprego de mão-de-obra.

A decadência do açúcar foi lenta, e inúmeros fatores contribuíram para isso: a descoberta das minas de ouro fez com que muitas fazendas fossem abandonadas; a cultura da cana em outros lugares mundo gerou uma concorrência com melhor preço no mercado mundial; o início do cultivo e indústria do açúcar de beterraba na Europa; o processo rudimentar de produção, pois, enquanto no Brasil os engenhos eram movidos a braços de escravos, a boi ou água, nas Antilhas (de capital inglês), por exemplo, já funcionavam engenhos a vapor. O pequeno consumo interno manteve alguns engenhos em funcionamento, mas o açúcar já estava acabado como fonte de riqueza, cedendo lugar ao café, deslocando a supremacia econômica do Norte para o Sul, das mãos dos senhores para as mãos dos fazendeiros de café (BASBAUM, 1976).

Foi a partir de 1840 que a hegemonia econômica do Brasil passou da cana-de-açúcar[7] para o café, e cada vez mais aumentava a necessidade de mão-de-obra.

> O trabalho livre não podia concorrer com o escravo. Tudo levava a que cada vez mais se recorresse aos mercados africanos. A procura de negros aumentou. Enquanto nos tratados políticos a nação se comprometia a fazer cessar o tráfico, o interesse da lavoura exigia, cada vez mais, mão-de-obra escrava abundante, e o tráfico se intensificava. A sorte do café e dos escravos estava unida nesses primeiros tempos. A riqueza do senhor era medida pelo número de pés de café que possuía em sua fazenda e pelo número de negros (COSTA, 1998, p. 76).

A partir de 1850 foi cessado o tráfico para o trabalho nas lavouras. Parte dos fazendeiros do centro sul e oeste paulista supriam a necessidade de força de trabalho com escravos vindos de outras províncias, resistindo ao fim da escravidão,

---

[6] O café foi introduzido no Brasil em 1727, inicialmente plantado no Pará; em 1767 o estado já exportava alguns milhares de arrobas do produto para a Europa. D. João incentivou o plantio dos cafezais nas elevações próximas à cidade do Rio de Janeiro em 1817. Aos poucos, a cultura expandiu-se pelo Vale do Paraíba (que compreende parte dos estados de Minas Gerais, São Paulo e também Rio de Janeiro). A partir de 1850, o café tornou-se o elemento dinâmico da economia brasileira. “No final do século XIX o Brasil participava com cerca de 70% da exportação do mercado mundial de café” (FURTADO, 1988, p. 107).

[7] O ciclo do açúcar durou aproximadamente 300 anos e, por funcionar na grande propriedade, impedia a existência de pequenos produtores livres, sendo um obstáculo à imigração (BASBAUM, 1976).

pois consideravam mais compensador. A lavoura mais nova, desenvolvida no oeste de São Paulo, a partir de 1871, voltou-se mais para a introdução dos imigrantes europeus. O trabalhador assalariado tornou-se diferente do escravo porque tinha a capacidade de consumo, permitindo-lhe atuar dinamicamente sobre a economia (BEIGUELMAN, 1981).

O processo de extinção do tráfico continuou e, em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que libertou os filhos de escravos nascidos a partir da promulgação desta lei; posteriormente, a Lei do Sexagenário (1885) libertou os escravos com mais de 65 anos de idade. Esta última não trazia prejuízos aos proprietários, já que escravos em idade avançada haviam sido muito explorados, portanto, não tinham muito valor para seu senhor, pois o preço dos escravos variava conforme a idade, capacidade de trabalho e vigor físico. Com condições desumanas, como alimentação inadequada, péssimas circunstâncias de trabalho e expostos a jornadas intensas, era pequena a expectativa de vida de um escravo (ANDRADE, 1987).

Foi somente em 1888 que definitivamente se extingui a escravidão, por meio da assinatura da Lei Áurea. O Brasil foi um dos últimos países da América do Sul a abolir a escravidão, que ocorreu tanto pela reação dos africanos contra ela, por meio de revoltas e formação de quilombos, como pela pressão da Inglaterra e das elites mais esclarecidas, que viam a necessidade de mudanças de ordem social e econômica no país. Entretanto, existiram grupos que eram opositores à libertação dos escravos e que levantaram argumentos contrários às medidas liberalizadoras, que se justificavam “[...] em nome do direito de propriedade, da estabilidade social e do perigo da desorganização da produção agrícola, com a consequente, diziam ‘ruína econômica do país’” (ANDRADE, 1987, p. 8).

Enquanto os abolicionistas lutavam pela abolição do sistema escravista no país, o governo incentivava a vinda de imigrantes para substituir a mão-de-obra escrava.

1.2 RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE ESCRAVISMO E IMIGRAÇÃO

Foi na medida em que declinou o trabalho escravo que imigração se desenvolveu, marcando a relação entre escravismo e imigração. Nas áreas onde era pequena a presença do escravo (no quadro da economia geral) e havia maior ocorrência de trabalho livre, foram criadas muitas colônias, como é o caso dos

estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os fazendeiros que não dispunham de um plantel de escravos foram os maiores interessados para o incentivo da imigração e do trabalho livre. Enquanto estes defendiam a ideia da imigração, a maioria dos fazendeiros das zonas cafeeiras continuou apegada ao trabalho escravo, porém, "[...], a verdade é que as transformações na economia e na sociedade tornaram gradativamente o trabalho livre uma alternativa mais viável, quando não a mais vantajosa do que jamais fora" (COSTA, 1998, p. 38).

Outro aspecto intimamente relacionado com a questão do negro e a imigração em massa a partir do século XIX é o ideal de branqueamento da população. Nessa época era grande o número de negros inseridos na sociedade brasileira por meio do tráfico, que gerou grandes lucros aos fazendeiros pelo trabalho escravo.

O escravo deu toda a sua força e vida no trabalho do país[8], porém,na visão de parte da elite, o ideal era ter uma população predominantemente branca, que se aproximasse da europeia.

> Introduzir, por injeção de sangue branco europeu, novo elemento de vitalidade em toda a extensão das camadas do nosso povo é elaborar o plasma da nova nacionalidade, que, pelo valor do seu poder dinâmico, uniformidade e direção do seu pensamento, haverá de potenciar todas as nossas gigantescas possibilidades na nação mais robusta, bela, formosa e culta do planeta (DOMINGUES, 2004, p. 272).

Dessa forma, a solução era *branquear* o país, inserindo um grande número de estrangeiros de origem europeia, que aumentariam tanto em questão numérica a quantidade de brancos no país, como também poderiam deixar o país *menos negro*[9] por meio da miscigenação.

O quadro na página seguinte apresenta uma comparação entre o escravo negro e o europeu, do ponto de vista dos fazendeiros que defendiam a imigração no século XIX.

---

[8] "É sem dúvida um erro afirmar que o trabalho escravo criou e construiu o Brasil. Se é certo que o escravo deu sua carne e seu espírito ao nosso país, a escravidão é ao contrário uma das causas de nosso atraso" (BASBAUM, 1976, p. 79).

[9] A Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864 e 1870 contou com a participação de muitos negros e teve como saldo a eliminação de muitos deles, pois,mesmo despreparados eram colocados frente aos combates.

Quadro 2 – Comparação entre o negro e o imigrante do ponto de vista dos fazendeiros

Negro simbolizaria	**Imigrante branco europeu simbolizaria**
Atraso	Progresso e desenvolvimento
Barbárie	Cultura
Passado	Futuro
Devassidão	Moral
Escravidão	Liberdade
Primitivismo e selvageria	Civilização
Africanização e enegrecimento	Clareamento da raça ou branqueamento

Fonte: Domingues (2004, p. 63).

O imigrante representava o desenvolvimento do país que, a partir de 1889, firmou-se perante o mundo como uma nação republicana.O escravo era um sinal de atraso, não desejado para a época.

Outra discussão importante a ser feita é a exclusão que tiveram os escravos libertos para o trabalho, dando-se preferência ao imigrante branco europeu. Assim, por trás da necessidade da força de trabalho declarada pelas autoridades da época, queria-se branquear a população.

De acordo com Domingues (2004),a raça branca era considerada superior, e a difusão desse pensamento entre a elite brasileira ocorreu entre as décadas de 1880 e 1930. A fundamentação das ideias de branqueamento foi introduzida com a propagação dos preceitos teóricos do evolucionismo, do darwinismo social e, mais tarde, com o arianismo. Todas essas teorias salientavam a superioridade biológica, intelectual, cultural e moral da raça branca, sendo a negra avaliada como cientificamente inferior. Essas teorias não foram reproduzidas na íntegra na realidade brasileira, mas houve uma adaptação à realidade multirracial do país.

> Após a abolição, as teorias de branqueamento adquiriram maior vigor, principalmente em São Paulo, onde as políticas públicas foram implementadas em nome de uma evolução natural e espontânea do quadro étnico em direção ao branqueamento (DOMINGUES,2004, p. 41).

A exclusão do negro deu-se oficialmente por meio da legislação, que negou o acesso às terras com a lei nº 514 de 1848, onde propôs que em cada Província do Império brasileiro seriam concedidas *“[...] seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos [...]”.*

Destaca-se que, na época da promulgação da lei, o trabalho escravo não tinha sido abolido ainda, e fica evidente a facilidade de acesso a terra para estrangeiros brancos e o pensamento em organizar colônias agrícolas para os mesmos, o que veio a ser um grande incentivo para a entrada do imigrante no país. Diferentemente ocorreu com os negros, ao terem acesso negado às terras pela própria legislação, que deveria garantir a todos as mesmas oportunidades.

Outra lei que dificultou o acesso às terras para os negros, privando-os de tornarem-se proprietários, foi a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que teve caráter discriminatório em relação a eles. Segundo Domingues (2004, p. 34), “o governo do Império preocupava-se em endossar o projeto embrionário de substituição racial da força de trabalho, impulsionando a entrada de colonos europeus numa situação privilegiada”.

Assim, o acesso a terras públicas foi limitado aos ex-escravos e colonos, e colocou situação mais vantajosa para os brancos que entravam no país. Desta forma, a venda de terras públicas tinha a finalidade de financiar a imigração de trabalhadores europeus (NASCIMENTO, 2009).

A lei visava a, fundamentalmente, três objetivos: a proibição de aquisição de terras que não fosse por meio de compra; elevar o preço das terras, dificultando a sua aquisição; a destinação do produto das vendas de terras para a importação de colonos, ou seja, imigração. Na execução da lei prevaleceu o interesse dos grandes latifundiários, que era fazer com que o imigrante empregasse sua força de trabalho nas grandes fazendas de café (GUIMARÃES, 1968).

> Nenhum núcleo colonial de pequenos proprietários, em São Paulo ou no Rio de Janeiro pode prosperar ao lado das fazendas de café. Malograram todos eles, mesmo quando localizados em pontos de clima excelente, como Nova Friburgo ou então perto de uma capital da província, como aconteceu com a colônia de Santo Amaro, ao lado da capital de São Paulo [...] Colônias de pequenos proprietários rurais só puderam realmente prosperar quer em São Paulo, quer Rio Janeiro, quando elas se localizaram em regiões já abandonadas pelo café, quando portanto elas puderam viver sem sofrer os influxos da economia latifundiária (CARNEIRO, 1950, p. 40).

É certo que, desde 1850, diminuiu significativamente o número de escravos no Brasil com a proibição do tráfico, ao mesmo tempo em que, desde o período colonial, já havia iniciativas de imigração voltadas para a ocupação de terras, principalmente no extremo sul do país. Na mesma medida, a grande lavoura desenvolvia-se e as fazendas precisavam de mão-de-obra barata que produzisse a custos mínimos, e a de imigração, como estava ocorrendo, favorecia só o

desenvolvimento de núcleos coloniais. Entretanto, a necessidade era de um mercado com mão-de-obra livre. Assim, a imigração teria que deixar de produzir pequenos proprietários que alimentassem a agricultura de subsistência. A política migratória, como até então era feita, fazia do imigrante um pequeno proprietário e não um assalariado; a lei de terras veio alterar as funções da imigração, fazendo com que o imigrante fosse primeiro um trabalhador assalariado nas grandes fazendas, para só tornar-se proprietário por meio de seus próprios ganhos e compra de terra. Portanto, o imigrante pobre entrava no Brasil predestinado a ser força de trabalho na grande lavoura (MARTINS, 1973).

A inspiração para a criação da Lei de Terras intencionava que,se houvesse fácil acesso a terra, era impossível empregar os homens livres nas grandes lavouras. Com a escravidão não seria possível contar por muito tempo, era preciso criar obstáculos à aquisição da propriedade rural, fazendo com que o imigrante ficasse submetido ao trabalho nas fazendas. Da mesma forma, as terras indevidamente ocupadas deveriam tornar-se propriedade pública, e seriam vendidas para custear a imigração. Os políticos e legisladores da época conseguiram atrelar o imigrante às grandes propriedades, dificultando que se tornasse pequeno proprietário nas regiões onde havia predomínio de latifúndios, e em que a imigração era incentivada como forma de atender aos interesses de mão-de-obra (MALERBA, 1999).

Quando se fala em imigração europeia, é comum o discurso de que a entrada desses estrangeiros foi incentivada devido à falta de mão-de-obra para as lavouras. Mas a questão que se levanta é se realmente havia escassez de trabalhadores. Domingues (2004) desconstrói esse discurso ao apontar que, de 1851, quando se deu a proibição do tráfico negreiro, até o ano de 1900, entraram, no país, cerca de 2 milhões de imigrantes europeus, ao passo que no final do século XIX havia 4 milhões de negros livres e não-negros (brasileiros) fora do mercado de trabalho. Portanto, não houve aproveitamento do trabalhador nacional, mas preferência pelo trabalhador europeu branco.

Os negros atuavam em diversos tipos de atividade, o que faz cair,também, o discurso da superioridade do europeu para o trabalho. Ademais, a maioria das aprendizagens de ofícios ocorria no próprio ambiente de trabalho, não sendo exigida, necessariamente, uma especialização.

> Assim, o lento processo de extinção da escravidão foi administrado pelos fazendeiros (do café e do açúcar) com o objetivo de não haver perdas de capital. Por esta razão, queriam apenas mudanças tecnológicas que possibilitassem a redução e a dependência da mão-de-obra escrava, enquanto era providenciada a reposição da força de trabalho pela imigração de trabalhadores europeus (NASCIMENTO, 2009, p. 84).

A preferência na contratação de trabalho era para o branco europeu, depois para os nacionais brancos e, por último, os nacionais negros, aos quais eram destinadas as tarefas socialmente mais desclassificadas.

A política imigratória do século XIX fez com que o Brasil se definisse como país de cultura europeia e maioria étnica branca. Se o fluxo da entrada de africanos continuasse no transcorrer do mesmo século, o país seria de maioria étnica africana, e sua cultura não seria tão acentuadamente europeia (WACHOWICZ, 2010, p. 166).

O incentivo à imigração europeia foi muito além da questão de mão-de-obra, como muito se divulga, mas veio atender a um projeto de nação de maioria branca, estando as políticas atreladas aos interesses da classe dominante, que necessitava de força de trabalho para as lavouras em expansão, ao mesmo tempo em que dava preferência ao trabalhador livre que fosse branco.

1.3 A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA EUROPEIA

A imigração estrangeira europeia ocorreu, no Brasil, no século XIX, a partir de 1808[10], caracterizada pela presença de diferentes etnias como alemães, italianos, poloneses, russos, holandeses, árabes, entre outros (DIEGUES JUNIOR, 1964).

Tanto no contexto nacional como regional, o fluxo migratório europeu causou grande impacto na sociedade brasileira, por meio dos novos costumes introduzidos na cultura e até mesmo pela miscigenação, contribuindo para formação da população brasileira.

---

[10]Cabe destacar que, ao se afirmar que a imigração estrangeira inicia-se em determinado ano, não significa afirmar que não havia estrangeiros no Brasil (diferentes de portugueses e africanos, que constituíam a maioria da população), mas a entrada deu-se de diferentes maneiras, não se caracterizando como correntes migratórias. Como é o caso das invasões de franceses e holandeses, além dos casos esporádicos de viajantes, artistas, os padres espanhóis nas missões jesuítas, castelhanos que adentravam o território, disputavam o domínio das terras do rio da Prata. Mas é a partir de 1808 que houve maior incremento na imigração (DIÉGUES JUNIOR, 1964).

> Por fim, as contribuições culturais dos imigrantes foram incomensuráveis. Introduziram novos hábitos. No meio dos lavradores vieram muitos intelectuais e artistas, suportes de novos gostos e mentalidades, como ideias socialistas e anarquistas que rapidamente se difundiram pelo operariado em formação (MALERBA, 1999, p. 105).

Um aspecto de extrema importância é que o fluxo migratório estrangeiro europeu do século XIX[11] ocorreu em um período de muitas transformações no Brasil, como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e a mudança do Império para República.

Falar da passagem de pessoas entre países é mais que relatar uma simples mudança de uma localidade geográfica para outra, mas, antes de tudo, trata-se da passagem de um sujeito (ou grupo), vinculado a uma determinada sociedade, para outra. Migrar corresponde a um "[...] processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona" (MARTINS, 1973, p. 21). Desajustamento no sentido das necessidades, disposições que levam a migrar, ou seja, a inadequação do grupo ou sujeito na sociedade de origem provocando o deslocamento para, então, ajustar-se a uma nova sociedade; assim, o imigrante assimila-se ao esquema social e cultural da sociedade que o recebe (MARTINS, 1973).

O desajustamento do imigrante europeu deu-se devido a inúmeros fatores sociais e econômicos, como crises financeiras, problemas com a questão agrária, países que tinham seu território sob o domínio de outra nação, guerras, miséria, falta de emprego; todos esses aspectos fizeram com que muitas pessoas deixassem seus países e buscassem oportunidades de uma vida melhor em diversos países da América, entre eles o Brasil.

Esse fato influenciou o desenvolvimento econômico e provocou mudanças nos traços da população brasileira e, até metade do século XIX, constituía-se quantitativamente como maioria lusitana e africana.Porém, em termos de cultura, o predomínio era da europeia, pois, como bem se sabe, os negros eram, na maioria das vezes, proibidos de expressar suas tradições.

---

[11]A Europa também enfrentava uma série de transformações sociais e econômicas decorrentes das Revoluções Francesas e Industrial. Sobre o tema, consultar HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

> [....] o contexto luso-brasileiro, tradicional, surgido pela presença lusitana na organização do Brasil, começou a ser quebrado com a introdução dos imigrantes, na segunda década do século XIX.
> As primitivas comunidades alemãs ou italianas, a começar pela corrente suíça entrada em 1819, tornam-se os focos responsáveis por estas transformações. Constituíram elas os núcleos de onde partiam novos traços culturais, que vieram a quebrar a unidade, senão mesmo a monotonia, da paisagem cultural de origem lusitana. Outros aspectos embora também europeus, mas não portugueses, nem mesmo ibéricos, vêm enriquecer o quadro brasileiro, agregando à sua base lusitana outros elementos: os de origem alemã, primeiro, e depois, os de origem italiana, e mais modernamente os originariamente turco-árabes, poloneses, japoneses. Sem esquecer é claro, a contribuição de outros grupos (DIEGUES JUNIOR, 1964, p. 108).

Assim, o processo de formação da população brasileira foi marcado por movimentos migratórios externos[12]com a vinda de pessoas de diferentes nacionalidades, como portugueses, espanhóis, africanos, japoneses, alemães, russos, poloneses, árabes, italianos, entre tantos outros.

A história da imigração estrangeira europeia no Brasil pode ser dividida em três períodos (DIEGUES JUNIOR, 1964). O primeiro começa em 1808, marco do início da emancipação política do Brasil. Sob a proteção inglesa[13], D. João, regente de Portugal, foi forçado a transferir-se para o Brasil com a família real e sua corte portuguesa.

Após a instalação da corte, o Brasil tornou-se sede do império lusitano, o que gerou inúmeras mudanças, dentre elas a abertura dos portos às nações amigas, favorecendo as relações comerciais com outros países e libertando o Brasil do "[...] isolamento imposto pela condição de colônia ao extinguir o exclusivismo português e liberar o comércio brasileiro ao trânsito mundial" (MALERBA, 1999, p. 8). Além da abertura dos portos, que representou importante mudança ao marcar o fim do pacto colonial e acabar com o isolamento que existia devido à condição de colônia, houve a instalação das primeiras fábricas e manufaturas, e a criação do Banco do Brasil. O

---

[12]Ocorreram também descolamentos populacionais internos, que se deram principalmente em razão das condições econômicas, como é o caso do deslocamento para a ocupação da região dos estados de Mato Grosso e Minas Gerais, que ocorreu em razão da descoberta e exploração do ouro e outros minerais a partir do século XVII. Até então, a concentração populacional dava-se próxima à região litorânea, pois aí que surgiram as primeiras povoações, logo após o início da ocupação do território brasileiro por portugueses, nas primeiras décadas do século XVI (FURTADO, 1888).

[13] A Inglaterra tinha interesses econômicos no Brasil, por isso esteve envolvida em importantes acontecimentos do país; além de proteger a corte, incentivou a independência e fez pressão para a abolição do trabalho. Não era nenhuma questão humanitária, mas porque a indústria inglesa desenvolvia-se e necessitava de novos e livres mercados, e um reino forte na América dificultaria seus interesses (BASBAUM, 1976).

fato do príncipe regente optar pela abertura dos portos não foi uma questão de apego às ideias liberais tão em voga, mas, antes de tudo, porque Portugal estava com o comércio interrompido pela invasão francesa; para não isolar o Brasil do mundo, precisou abri-lo à navegação internacional (MALERBA, 1999).

Quando a corte portuguesa chegou ao Brasil, encontrou um país muito heterogêneo, com uma população dispersa e rarefeita, composta de quase 50% de escravos e outra grande parcela de elementos heterogêneos e mal assimilados. A condição de um país de heterogeneidade racial, cultural e social era imprópria para um país que se tornou sede de uma monarquia europeia. Era preciso fazer reformas; a ameaça da extinção do tráfico negreiro também preocupava o governo, pois as grandes lavouras necessitariam de mão-de-obra. A formação de novas correntes demográficas era uma necessidade, com a qual a administração portuguesa passou a se preocupar. As primeiras tentativas não obtiveram sucesso e, por isso, poucos núcleos coloniais foram formados. O Brasil não era atraente para os europeus pelos seguintes fatores: o clima tropical; a organização econômica e social pouco atraente.o regime político vigente, no qual a liberdade era praticamente inexistente; havia restrições de ordem religiosa, dificultando a imigração de países protestantes (PRADO JUNIOR, 1986).

Para atrair estrangeiros, D. João promulgou o decreto que assegurou aos imigrantes o direito a posse de terras no país: “[...] hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias [...]” (IOTTI, 2001, p.41). Era uma tentativa de favorecer a imigração, pois, havendo terras disponíveis, despertaria o interesse das pessoas fixarem-se no Brasil com interesse de serem proprietários.

Com relação à questão das terras, é importante destacar que foi com a extinção das Capitanias Hereditárias[14] que a Coroa passou a ter posse das terras, o que possibilitou uma nova ação do Estado perante as mesmas, já que não teriam vínculo hereditário entre as famílias que puderam, então, ser doadas ou vendidas e, assim, as terras passaram a ter valor comercial e foram capitalizadas.

---

[14]Sistema que vigorou no Brasil colonial até 1759, que consistiu na doação de 12 faixas de terras para donatários (pessoas de confiança da Coroa) que deveriam administrar, ocupar e defender de invasões o território. Entretanto, sabe-se que o sistema não vigorou devido a inúmeros fatores, como a falta de interesse de alguns donatários, os ataques indígenas, o não auxílio da metrópole e a grande extensão territorial do país (BASBAUM, 1976).

Ainda nesse primeiro período, havia a coexistência do trabalho escravo, o que desfavoreceu a imigração europeia, apesar de o governo investir em políticas migratórias. O escravo era a força de trabalho dominante, tanto nas lavouras quanto nas cidades.

> O Brasil está muito prejudicado pela escravidão; enquanto ela subsistir será sempre a pedra de escândalo para a maior parte dos imigrantes, e ao mesmo tempo, o fácil e muitíssimas vezes eficaz espantalho, de que os adversários e concorrentes do Brasil na arena da imigração sempre se servem para desacreditá-lo e dele conservar afastados os imigrantes: sereis míseros escravos brancos entre pretos; este dito foi e será eficaz em milhares de casos (BLUMENAU *apud* CARNEIRO, 1950, p. 15).

Assim, no início, o fluxo migratório foi pequeno, apesar da promessa de serem proprietários com a criação de núcleos coloniais; porém, algumas experiências foram negativas. Esta notícia chegou aos países da Europa e levou algumas nações, inclusive, a proibir a migração para o Brasil. Experiências como as fazendas em que se implantou o sistema de parceria também afastaram os imigrantes do Brasil. O clima não era um atrativo, tanto em relação à atividade agrícola quanto em relação à saúde dos europeus, não acostumados às temperaturas tropicais. Ele só foi favorável, posteriormente, para os imigrantes que foram encaminhados para a região sul, com temperaturas mais amenas (CARNEIRO, 1950).

As primeiras tentativas de imigração foram para constituição de colônias de povoamento, nas quais eram distribuídos lotes de terras agrupados em núcleos autônomos. Mais tarde, os colonos passaram a ser fixados nas fazendas, trabalhando em sistema de parceria.

> Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros (PRADO JUNIOR, 1986, pp. 186-7).

A primeira tentativa oficial de colonização estrangeira foi a fundação da colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1818), com a introdução de dois mil suíços. Na carta Régia de dois de maio do mesmo ano, D. João VI ofereceu a concessão de terrenos e outras vantagens para famílias suíças que tivessem interesse em instalar-se no Brasil. Com o Decreto de 6 de maio de 1818 foi firmada a compra da fazenda do Queimado, município de Cantagalo (RJ), para instalação das

famílias suíças, e aprovaram-se as condições para seu estabelecimento no Brasil. O governo brasileiro pagou as despesas da viagem, as famílias receberiam determinada porção de terra, animais, sementes, além de ajuda financeira; porém, todos deveriam professar o mesmo credo da Igreja Católica. Da Europa também deveriam vir, além de colonos, pessoas de diferentes profissões, como médicos e boticários,que receberiam da Coroa uma gratificação anual. Acompanhariam os estrangeiros alguns religiosos, que seriam submetidos à diocese a que fossem incorporados. Os suíços, ao chegarem ao Brasil, seriam naturalizados portugueses para se submeterem às leis impostas pela Majestade.

> Art. 13. Todos os suíços, que em virtude da presente convenção se vierem ali estabelecer, serão efetivamente, logo que cheguem naturalizados Portugueses, serão sujeitos às leis e usos dos Estados de Sua Majestade, e gozarão sem exceção de todas as vantagens e privilégios já concedidos, e que venham a conceder-se aos seus vassalos dos dois hemisférios (BRASIL apud IOTTI, 2001, p. 61).

Diante da experiência com os suíços em Nova Friburgo, instalados em terras impróprias para a grande lavoura, a colonização alastrou-se para outros locais do Brasil que não se mostrassem incompatíveis com os interesses da lavoura latifundiária. Assim, alemães foram instalados na antiga Feitoria de Courita, para situar a colônia denominada São Leopoldo, com a promessa de pagamento das passagens, concessão gratuita de lote, o subsídio de 160 reis diários no primeiro ano e metade dessa quantia no segundo, recebendo, ainda, cada família, certa quantidade de bois e cavalos. Entretanto, no início, as promessas não foram cumpridas, sendo necessária a intervenção das autoridades da Alemanha. Outra dificuldade na colônia foi com relação aos lotes, que não estavam medidos e nem demarcados, causando desentendimentos entre os imigrantes, até que o Presidente da província denominou um agrimensor para fazer a delimitação das terras (GUIMARÃES, 1968).

Até meados de 1830, a imigração estrangeira com fins de colonização, apesar de o governo oferecer algumas vantagens, como o pagamento de passagens, concessão de terras e subsídio diário, obteve alguns êxitos, como nas colônias de São Leopoldo, São Pedro das Torres, São João das Missões, Três Forquilhas e São José do Hortêncio, todas no Rio Grande do Sul. Já em Santa Catarina, a colonização alemã teve muitos empecilhos,pois as terras nem sempre eram as mais adequadas para a agricultura, ocorriam falhas na distribuição dos

auxílios, os núcleos eram distantes dos centros mais populosos e mal servidos por vias de transporte (GUIMARÃES, 1968).

Apesar das dificuldades, devido à ajuda material, facilidades financeiras, auxílios oficiais e à concessão de terras, a colônia São Leopoldo cresceu demograficamente, tanto que surgiram outras colônias menores ao seu redor (DIEGUES JUNIOR, 1964). Neste caso, percebe-se que o progresso da colônia em território rio-grandense deu-se também ao fato de ter, como objetivo, a ocupação do território, já que a região sul do país era despovoada, em comparação ao sudeste brasileiro.

Assim, no governo de D. João foram fundados núcleos coloniais baseados no minifúndio e no trabalho livre. Em 1817 fundou-se a colônia Viana, no Espírito Santo e outras pequenas em Itajaí (SC), Rio Grande do Sul e Viçosa, na Bahia (MALERBA, 1999).

Até 1850, as colônias de povoamento não tiveram grande impacto na economia, visto que o tráfico ainda supria a mão-de-obra para os grandes latifundiários.Não se notou grande progresso nas primeiras tentativas de colonização (exceto no Sul do país), com os europeus trazidos para trabalhar na agricultura, desde as colônias de povoamento idealizadas por D. João até as de parceria, propostas pelo senador Vergueiro, por não satisfazerem a prioridade dos latifundiários, que era a substituição da mão-de-obra escrava por outra que não comprometesse o sistema de produção das propriedades agroexportadoras (MALERBA, 1999).

O segundo período da imigração foi marcado a partir de 1847, com a distinção de duas diferentes políticas de imigração: a política do governo imperial, que criou núcleos coloniais de pequenos proprietários, prosseguindo a ideia colonizadora iniciada na colônia de Nova Friburgo (RJ); e com a política que atendia aos interesses dos fazendeiros, que precisavam de mão-de-obra para as lavouras, na medida em que o trabalho escravo tornou-se escasso com a proibição do tráfico negreiro (CARNEIRO, 1950).

Apesar das grandes lavouras serem oposição para os núcleos coloniais, em algumas regiões de São Paulo foram formados tais núcleos, mas sempre para responder interesses da cafeicultura (agricultura de exportação), que estava em crise de demanda de força de trabalho. Depois da proibição do tráfico negreiro, os núcleos seriam abastecedores de gêneros alimentícios para as regiões onde havia

escassez, era um foco de atração para os imigrantes, além da formação de um semiproletariado para a grande lavoura. Assim, embora fossem aparentemente constituídas para uma economia de subsistência, as existências desses núcleos foi assentada em função da economia de exportação (MARTINS, 1973).

> Desprovidos de capital e com seus ganhos empenhados durante alguns anos para amortização das dívidas contraídas na aquisição do lote e no recebimento de subsídios até se tornar autônomo, o imigrante não tinha condições de integrar-se na agricultura de exportação. Dependia, portanto, da produção de gêneros de ciclo curto e de remuneração certa (MARTINS,1973, p. 61).

Na região sul expandiu-se, de maneira significativa, a presença de imigrantes concentrados nos núcleos coloniais, diferentemente de São Paulo, onde o imigrante era considerado um elemento de trabalho para a agricultura, em substituição ao escravo (DIÉGUES JUNIOR, 1964). O sul do país beneficiou-se com a colonização, e muitas áreas tiveram sua ocupação humana feita pelos imigrantes.

Muitos fatores contribuíram para a preferência do sul receber colonização: a existência de terras devolutas, que permitiram que fossem feitas concessões de terras aos estrangeiros, tornando-os pequenos proprietários, a pequena presença do trabalho escravo, a inexistência de latifúndios, e mesmo grandes propriedades nas áreas onde os imigrantes eram encaminhados. Os núcleos coloniais expandiram-se em virtude dessas condições, e a atividade imigratória foi estimulada.

O governo imperial não incentivava a formação de núcleos coloniais próximos às lavouras de café, pois os colonos preferiam ser proprietários de terra a estar submetidos a um fazendeiro, além de que as lavouras de café eram a principal fonte de lucros no país, e precisavam de mão-de-obra.

> Essa lavoura é que lhes permitia acumular rapidamente, era ela que fornecia ao país as divisas de que ele necessitava e graças a elas é que se pagavam o funcionalismo, a Corte, o Exército e a Marinha. Ela, e não a pequena propriedade, é que era expressiva do processo de acumulação capitalista (CARNEIRO, 1950, p. 11).

O sul do país, não tendo grandes lavouras e sim extensas áreas para ocupação, propiciou o surgimento de núcleos coloniais. Além disso, havia interesse e estímulo financeiro por parte dos governos provinciais para o povoamento da região, beneficiado “[...] pela sua riqueza e prosperidade, e favorecido ainda por um clima mais favorável, tornara-se o polo único de atração, no Brasil, das correntes imigratórias” (PRADO JUNIOR, 1986, p. 190).

Os grandes fazendeiros não eram favoráveis à formação de núcleos coloniais, e o senado levantava o argumento que não era justo conceder aos estrangeiros as terras que se negava aos nacionais; porém, eles não levantavam bandeira em favor da doação de terras aos brasileiros. Os fazendeiros não apoiavam a iniciativa de existir colonos livres, pois dificultavam a obtenção de trabalhadores para as lavouras. Para eles, as terras deveriam ser vendidas a preços altos, dificultando a aquisição, levando o imigrante pobre a vender sua força de trabalho (CARNEIRO, 1950).

Nas fazendas surgiram as colônias de parceria, que foram idealizadas por Nicolau Campos Vergueiro que, com subsídios do governo instalou, na fazenda Ibicaba, Rio Claro (SP), 177 famílias de alemães, suíços, belgas e portugueses, entre 1847 e 1857. Nesse sistema, os colonos tinham pagas as despesas de transportes até a fazenda; esse gasto e sua manutenção seriam saldados quando o colono começasse a produzir. Cada família receberia certo número de pés de café para cultivar e colher. Tinham a permissão para plantar alimentos entre as fileiras de café durante os primeiros anos, mas todo o lucro deveria ser dividido com o fazendeiro. Entretanto, os latifundiários brasileiros, não acostumados ao trabalho livre, queriam tratar os imigrantes como faziam com os escravos. Os que contratavam e traziam os imigrantes não se preocupavam em saber se estes tinham experiência com a agricultura, pois recebiam pelo número de pessoas que enviavam ao Brasil. Foram poucos os colonos que conseguiram pagar suas dívidas: acabavam por fazer empréstimos dos fazendeiros e mantinham-se em péssimas condições de trabalho, levando ao fracasso do sistema e,consequentemente, à repercussão da propaganda negativa na Europa. Assim, os fazendeiros apegavam-se ainda mais ao trabalho escravo, o que lhes parecia mais compatível com a grande lavoura (MALERBA, 1999).

> O fazendeiro entendia que organizando núcleos coloniais particulares, como fez Vergueiro, e utilizando a força de trabalho sob o regime de parceria, teria na sua propriedade e à sua disposição a mão-de-obra que necessitasse. Não se constituía, assim, um mercado de trabalho livre, em que a mão-de-obra estivesse à disposição de todos os que dela necessitassem e pudessem adquiri-la. Embora a localização do trabalhador fosse autofinanciada, os fazendeiros tenderam com a encará-lo segundo os mesmo princípios que regiam seu relacionamento com os escravos: através da manipulação das dívidas e dos ganhos dos colonos, procuravam apropriar-se deles, como coisa sua (MARTINS, 1973, p. 55).

Essa organização chamada de parceria teve, no início, bons resultados para os fazendeiros, tanto que a região onde hoje é o estado de São Paulo chegou a contar com 70 colônias. O sistema não progrediu porque havia coexistência do trabalho escravo nas fazendas, e os fazendeiros estavam acostumados a lidar com escravos; os contratos eram assinados na Europa antes do embarque e, em geral, o maior proveito era para os fazendeiros que, muitas vezes, agiam de má fé. Os agentes recrutadores de imigrantes na Europa ganhavam por quantidade de imigrantes que enviavam; então, não havia preocupação em enviar para o país pessoas que tivessem compatibilidade com o trabalho agrícola. Os proprietários perderam interesse pelo sistema e, na Europa, foi difundida uma campanha negativa a respeito da imigração para o Brasil. A Alemanha, por exemplo, proibiu, em 1859, a imigração por descumprimento das promessas do governo brasileiro, que só foi retomada anos mais tarde (PRADO JUNIOR, 1986).

Em 1848, a lei nº 514 de 28 de outubro, do governo imperial, concedia a cada província seis léguas de terras devolutas para fins exclusivos de colonização, mas as terras não deveriam ter braços escravos. Observa-se, aqui, um incentivo à imigração, porém uma repulsa ao trabalho escravo, outro fator que há de se considerar é que, possivelmente, essas terras não estariam à disposição dos mulatos brasileiros.

> Negros e mulatos são aqueles que pertencem ao “outro” grupos, à outra camada sócia; são aqueles que possuem faculdades intelectuais e morais diferentes do branco; que devem ser utilizados por este nos trabalhos menos “dignos”, isto é, nas atividades que produzem riqueza [...]. Na sociedade “branca”, o mulato é um homem livre estigmatizado pelas marcas raciais do “outro” grupo, daqueles que foram escravos (IANNI, 1962, p. 248).

Surgiram, então, as colônias de Santa Cruz no Rio Grande do Sul, as de Joinville, Blumenau e Brusque em Santa Catarina.

> As marchas e contramarchas da imigração estrangeira nada mais significam do que o resultado do conflito de pressões entre, de um lado, os grupos representativos do pensamento democrático, partidários da instituição de “colônias” de pequenos e médios proprietários e, de outro lado, a camada dos latifundiários do café que impunham, cada vez mais fortemente, a solução ditada por seus interesses: a política de “braços livres”, isto é, a importação de trabalhadores estrangeiros para a substituição, em suas fazendas, do decadente e já improdutivo trabalho escravo (GUIMARÃES, 1968, p. 132).

Já no terceiro período (1888 a 1930), marcado pela extinção definitiva da escravidão, o imigrante passou a ser a mão-de-obra substituta do trabalho dos

escravos. Continuou-se a formação de núcleos coloniais, mas, até o final do século XIX, a grande necessidade era de força de trabalho para as lavouras de café.

O terceiro período da imigração brasileira ocorreu a partir de 1930, depois da grande crise do café e do golpe nesse mesmo ano, que restringiu incentivos financeiros para as lavouras. Agravado pela campanha de nacionalização do país proposta por Getúlio Vargas nos anos seguintes, culminou com a diminuição da entrada de estrangeiros. Apesar das medidas adotadas pelo governo, ainda ocorreu a entrada de imigrantes de forma espontânea. Somando-se aos milhares de estrangeiros que passaram a compor a sociedade brasileira, os imigrantes poloneses ainda tiveram grande representatividade numérica no Paraná.

CAPÍTULO II
AS COLÔNIAS EUROPEIAS NO PARANÁ: AS PRIMEIRAS INICIATIVAS, PRESENÇA POLONESA E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

A primeira iniciativa de formação de um núcleo de imigrantes europeus no território que hoje pertence ao estado do Paraná ocorreu em 1829, por iniciativa particular do tropeiro e latifundiário João da Silva Machado, conhecido posteriormente como Barão de Antonina. O Barão pediu autorização à Corte para concentrar a colônia nas margens do Rio Negro, na Capela da Mata (situada no caminho de tropas que fazia ligação de São Paulo ao Rio Grande do Sul), um núcleo de 238 imigrantes alemães. A formação desta colônia tinha objetivo de afugentar a população indígena xokleng para as matas, diminuindo os ataques que as tropas sofriam (WACHOWICZ, 2010).

O Barão de Antonina foi um grande latifundiário de terras da província de Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina, tomando posse e, depois, com a legalização, tornava-se proprietário da terra, “[...] mesmo que não tivesse, de imediato, vantagens financeiras. Por isso, foi chamado o primeiro papa terras do Paraná, o precursor dos grileiros” (WACHOWICZ, 1987, p.110).

As tentativas para colonização do território a partir da vinda de imigrantes para a região foram frustradas em virtude da falta de concessão de recursos financeiros para a manutenção das colônias. Sem auxílio do governo imperial, a colonização restringiu-se somente à iniciativa de particulares, como João Maurício Faivre e Carlos Perret Gentil.

Em 1847, o filantropo suíço João Mauricio Faivre fundou, na margem do rio Ivaí, a colônia Teresa, com cerca de 90 imigrantes franceses. A ideia de Faivre era fundar “[...] uma comunidade agrícola feliz, longe da escravidão e do dinheiro, que, segundo ele, corrompia os homens” (WACHOWICZ, 2010, p. 174). Os resultados dessa colônia não foram satisfatórios: permaneceram ali apenas 10 imigrantes que, com a população cabocla paranaense, conseguiram se manter e formar a localidade hoje denominada Teresa Cristina (WACHOWICZ, 2010).

Em 1852, um ano antes da emancipação política do Paraná, o suíço Carlos Perret Gentil, sem auxílio do governo fundou, na entrada da Baía de Paranaguá, a

colônia de Superagui, composta por 35 imigrantes suíços e alemães, e outros brasileiros em maior número. *"Os colonos na maior parte suíssos, occupão-se da cultura do café, canna, arroz, mandioca, milho, feijão, legumes e algum fumo para o gasto*"(PARANÁ, 1854, p. 54).

Em 1856 a colônia contava com 88 famílias e 403 pessoas e, até aquele momento, não havia escola para atender as crianças. Os imigrantes reivindicavam a construção de uma escola e de uma igreja, bem como a vinda de um professor e de um padre. "*É aqui ocasião de lembrar-vos uma das necessidades apontadas pelo diretor da colônia do Superaguy: reporto-me à criação de uma escola de instrução primaria ali*" (PARANÁ, 1861, p. 5).

Não se podia negar o grande atraso educacional em que se encontrava a Província do Paraná, justificada pelos governantes devido à falta de professores habilitados para o magistério e os escassos vencimentos (PARANÁ, 1856). Além dos parcos vencimentos, o processo de seleção, que contava com prova de moralidade e capacidade profissional, afugentava os candidatos ao magistério. A partir de 1861, a escola passou a atender somente os meninos, sob a inspeção do Dr. Francisco Ferreira Correa. A colônia não prosperou, pois entre as dificuldades estavam a questão geográfica, porque o mar era o único acesso a ela. Dela originou-se o município de Guaraqueçaba (WACHOWICZ, 2010).

Em 1853, a comarca de Curitiba foi elevada à Província do Paraná e contava com aproximadamente 60.000 habitantes; destes, um terço residia principalmente na região de Curitiba (PARANÁ, 1854). As regiões mais afastadas, como Guarapuava, Palmas e Campos Gerais possuíam baixa densidade demográfica; portanto, era imperativo que o governo ocupasse os espaços vazios existentes na província. A ocupação destes espaços deu-se por meio de campanhas que exaltavam as belezas do país e a possibilidade de novas oportunidades que se abririam para os estrangeiros.

> *[...] não posso deixar de prophetisar que a pasmosa salubridade d'esta província, a amenidade do seu clima, a uberdade das suas terras, a hospitalidade dos seus habitantes, e sobre tudo a rapida fortuna, [...] estabelecerão bem cedo essa corrente de emigração espontânea, que tanto desejamos, e que tão necessária é ao rapido progresso d'esta e de todas as provincias do império* (PARANÁ, 1857, p. 46).

No Paraná, a política imigratória oficial assumiu o caráter de formação de colônias agrícolas, já que a província não dispunha de grandes propriedades de

cultivo de um único produto, como os latifúndios de café de São Paulo, não sendo feito, então, o sistema de parceria.

> *Não há por ora na província estabelecimentos ruraes importantes, que demandem para seu custeio grande numero de braços, nem a industria agrícola se acha nella em tal pé que torne praticável o systema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na província visinha.*
> *Assim que, se o governo provincial quizer promover a colonisação, na escala em que o autorisa o orçamento vigente, ou hade ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou emprezas que quiserem importal-os, ou hade tornar-se emprehendedor de industria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniaes aonde os colonos, apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes.*
> *[...]*
> *Fica entendido que, quando assim me exprimo, refiro-me unicamente á colonização propriamente dita, isto é, á que se promove com intuito de cultivas nossas terras* (PARANÁ, 1857, p. 45)*.*

Os imigrantes encaminhados para o Paraná destinavam-se, assim, a formar colônias agrícolas próximas aos centros urbanos, que serviam tanto para o abastecimento das cidades como para a ocupação de terras.

Um destes exemplos foi a criação da colônia Assungui, em 1859, organizada em regime de pequena propriedade, localizada no Vale do Ribeira (hoje município de Cerro Azul), formada por estrangeiros e brasileiros. Um dos interesses dos governantes do Paraná era requerer uma colônia junto ao governo imperial, com o objetivo de a província equiparar-se à Santa Catarina, diante do fato que esta última se beneficiou com a fundação de duas grandes colônias. A colônia paranaense foi formada tanto por estrangeiros quanto por brasileiros (WACHOWICZ, 2010). “Em 1875, a população do Assungui assim era constituída: brasileiros, 875; franceses, 338; ingleses, 221 ingleses; italianos, 202; alemães, 171; espanhóis, 16 e suecos, 1”(WACHOWICZ, 2010, p. 176).

Outro interesse dos governantes do Paraná em instalar colônias deu-se pelo fato de que, na década de 1850, começou a decair a produção de alimentos (feijão, milho, farinha de mandioca etc.), pois escravos eram retirados da agricultura de subsistência das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Paraná para serem encaminhados para as lavouras cafeeiras, devido à proibição do tráfico negreiro, gerando dificuldades na obtenção de força de trabalho escravo. O Paraná, de exportador de alguns produtos alimentícios, tornou-se importador devido ao aumento do preço dos alimentos. A chamada carestia não era somente em território paranaense, sendo a imigração a solução para a baixa produção agrícola

da província,introduzindo, no meio rural paranaense,novos elementos de renovação, que iniciaram um processo de mudança da sua estrutura agrária (BALHANA, 1962).Desta forma, foi necessária a imigração de *"[...] colonos morigerados e laboriosos, que conhecedores de processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao maneio e culturas das terras, se empreguem nos vastos campos"* (PARANÁ, 1858, p.21).

Os imigrantes eram vistos como pessoas que trariam progresso na agricultura do país[15].

> *Por outro lado, o nacional, aprenderá do colono laboriosos, tudo quanto lhe for aproveitável da cultura europea, e se habilitará a malhorar e aperfeiçoar a sua lavoura.*
> *Essa experiência, pois, não póde deixar de ser muito proveitosa á nossa cultura e já vamos conhecendo as vantagens que ellaofferece*. (PARANÁ, 1877, p. 81).

Neste primeiro momento, a vinda de imigrantes para o Paraná buscou atingir o objetivo dos governantes em colonizar e *preencher* os grandes espaços vazios para garantir a segurança do território paranaense, e diminuir qualquer tentativa de invasão. Nos relatórios dos presidentes da província é comum observar a justificativa para a vinda de imigrantes europeus como meio de "*Povoar os nossos imensos e desconhecidos territórios, levar a vida aos sertões*[...]" (PARANÁ, 1875a, p.21). Entretanto, houve alguns fracassos nas primeiras tentativas oficiais de colonização em consequência dos problemas com a infraestrutura, em especial a falta de estradas para escoamento da produção, que obrigou muitos colonos a voltarem para seus países de origem ou, então, se deslocaram para Curitiba e outras províncias do império em busca de trabalho (WACHOWICZ, 2010).

Fazia-se necessário a melhoria na questão das vias:

> *Cumpre que as assembléasprovinciaes o secumdem em tão elevado intuito. É da immigraçãointelligente e laboriosa que, por assim dizer, depende o futuro do paiz.*
> *Nesta província onde as riquezas latentes do um solo fecundo, um clima ameno e admiravel, zonas diversas, são seguros garantes de prosperidade para o estrangeiro que vier habitar sob seus tectos- não há desesperar da colonisação.*

---

[15]Muitos imigrantes que entraram no Paraná tiveram dificuldades no desenvolvimento da agricultura, tanto pela questionada fertilidade do solo, como também por tentarem implantar processos de manejo do solo semelhantes aos que faziam na Europa. *"Semeavam feijão e milho, como se fora centeio ou trigo, revolvendo depois a terra com arado e, quando eram advertidos do erro que commettiam, lamentavam a ignorância dos brazileiros"* (PARANÁ, 1879, p. 55).

> *Ella vira por si mesma, livre, expontanea.*
> *Encaminhemol-a.*
> *Não nos falta liberdade individual, suficiente liberdade de culto, garantias plenas de propriedade, enfim, tudo o que pode aspirar aquelles que vêm em demanda de uma nova pátria.*
> *Porem carecemos de boas vias de communicação.*
> *[...]*
> *Sabeis perfeitamente que attrahir braços para a lavoura é promover o progresso da província* (PARANÁ, 1874, p. 98).

Os imigrantes constituíram-se na força de trabalho que o país precisava, e isto é perceptível na leitura e consulta aos relatórios dos presidentes da província paranaense,onde são elogiados como pessoas trabalhadoras (PARANÁ, 1876) que, com eles, haveria o tão desejado progresso do país. E mesmo com a falta de vias, o imigrante viria, pois a propaganda que circulava na Europa garantia que havia nas colônias, obras[16] ou execução à custa do Governo, *"[...] taes como estradas, escolas, igrejas e capellas, etc, etc.; permitte-se aos colonos trabalhar nessas obras publicas a salário durante os três primeiros mezes"* (PARANÁ, 1875b, p. 111-2). Além destas facilidades, também garantia, aos imigrantes, escolas de primeiras letras e padre; porém, ao chegarem em terras brasileiras, deparavam-se com uma realidade diferente daquela que foi prometida. A propaganda era um meio de atrair o imigrante, difundia-se que o Paraná,

> *Por sua posição geographica, felizes condições topografhicas, amenidade do clima e fertilidade do solo, o Paraná é a província do império mais apropriada para receber em seu seio immigrantes de todos os paízes, colonos laboriosos que procuram novo lar e uma pátria onde encontrem o seu bem estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos.*
> *[...] goza esta província do mais variado clima, quer na região do littoral, quer nos bellos planaltos entre serras, d'onde nascem magestosos rios, que dão vida e belleza aos campos e ás florestas.*
> *A sua natureza é explendida[...]*(PARANÁ, 1876, p. 77).

Tendo o Paraná inúmeros atrativos, foram organizadas colônias agrícolas. Segundo o relatório do presidente Lamenha Lins, de 15 de fevereiro de 1877, havia como procedimento para a instalação de colonos:

- Medição e demarcação de terras nos arredores das cidades e a entrega de um lote para cada família, tendo uma casa provisoriamente construída;
- Auxílio de 20$000 para os colonos acima de 10 anos;

[16] Nas quais os imigrantes eram empregados nos primeiros meses.

- Assim que estabelecido, o colono era empregado na construção das estradas do núcleo e recebia ferramentas;porém, o governo cessava o auxílio com a alimentação;
- Em cada núcleo deveria ser fundada uma escola[17] e capela;
- Além dos serviços prestados nas estradas, o colono seria empregado em outras obras públicas;
- Segundo o governo, depois de estabelecidos, os colonos deveriam pagar sua dívida junto ao governo.

Com estas medidas esperava-se o desenvolvimento econômico da província por meio da substituição da força de trabalho escravo pelos trabalhadores europeus. *"Por este modo poderemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada [...], derramando-se pelo interior desta vasta província, explorar e aproveitar os inexgotavies thesouros que Ella encerra" (*PARANÁ, 1877, p. 80). Eis um dos principais intuitos da instalação de estrangeiros no Paraná, a ocupação das terras, mas com europeus, brancos, considerados superiores, no pensamento da época, como já discutido anteriormente.

No relatório de 1877, Lamenha Lins, um dos presidentes da Província que mais incentivou a imigração no Paraná, há a situação das colônias nos arredores de Curitiba até aquele ano.

Quadro 3 – Relação de colônias e imigrantes

Núcleos	**Nacionalidades/ Estatística**
Colônia S. Venâncio	Franceses- 116 Suecos- 27
Colônia Argelina	Franceses- 39 Alemães- 36 Suíços- 24 Ingleses- 8 Suecos- 10
Colônia Abranches e Pilarzinho	Poloneses- 433 Irlandeses- 40
Colônia Santa Cândida	Poloneses- 266 Suíços- 40
Colônia Orleans	Poloneses- 251 Alemães- 19
Colônia Thomaz Coelho	Poloneses- 739
Colônia Lamenha	Poloneses- 746
Colônia D. Augusta	Poloneses- 281
	Continua na página seguinte

[17] As que foram criadas funcionavam, em sua maioria, em condições precárias.

Continuação da página anterior	
Núcleos	**Nacionalidades/ Estatística**
Colônia Santo Ignácio	Poloneses- 514
Colônia D. Pedro	Poloneses- 25 Suíços- 12 Ingleses- 7 Italianos- 5
Colônia Revierre	Poloneses- 406

Fonte: Organizado pela autora conforme PARANÁ (1877, p. 96).

Como se observa, a maioria dos imigrantes estabelecidos nos arredores de Curitiba era de poloneses que se dedicavam à produção de centeio, milho, feijão, batatas e legumes. Alguns colonos também faziam transporte de madeira e mercadorias (PARANÁ, 1879).

O governo também indicava, nos relatórios, a necessidade de construção de escolas nas colônias polonesas:

> *Analphabetos e vietimas seculares do mais duro despotismo coclesiastico e politico que se pode imaginar, urge, por meio de escolas bem dirigidas, chamar ao grêmio de nossa civilização os filhos destes colonos.Sem este esforço, a colonização polaca mentirá seu fim* (PARANÁ, 1879, p. 50).

Todavia, a manutenção de escolas e sua organização ficavam por conta das colônias, o governo apenas subvencionava o pagamento de professores.

Entre os anos de 1853 e 1866, o fluxo migratório europeu no Paraná foi 20.170 imigrantes instalados no litoral, Curitiba e Campos Gerais, na maioria de etnia eslava e italiana. De 1889 a 1906 entraram,no Paraná, 42.993 imigrantes, com a fundação de novas colônias em Campo Largo, Curitiba, São José dos Pinhais, Bocaiúva, Rio Negro, Palmeira, margem direita do Iguaçu e Porto União. Já entre 1897 a 1906,por conta da suspensão da imigração subvencionada, os imigrantes espontâneos, localizados por conta própria, somaram apenas 4.239 (MARTINS, 1995).

> De 1907 a 1913, quando se fundaram colônias em Guarapuava, Ipiranga, Prudentópolis, Irati, São Mateus, Porto da União, Castro e São José dos Pinhais, foram localizados 31.244.De 1914 a 1918 a guerra europeia fez cessar completamente a imigração. Mas em 1919 e 1920, entraram 685 imigrantes espontâneos.De 1921 a 1925 entraram 5.881 e de 1926 a 1929 entraram 29.116 (MARTINS, 1995, p. 350).

A maioria desses imigrantes dedicou-se aos núcleos coloniais rurais, outros seguiram a exploração dos produtos nativos, como madeira, erva-mate e atividades como pecuária, apicultura, vinicultura e comércio rural e urbano.

Muitas fábricas e oficinas paranaenses são de posse e direção de descendentes de imigrantes de origem alemã e italiana. O comércio importador passou aos alemães e teuto-brasileiros; o comércio de armarinhos foi muito dominado por sírios, e o comércio alimentício, por poloneses. Muitas antigas colônias, hoje, são cidades, vilas ou deram origem a bairros.

Em cada região do Paraná percebem-se peculiaridades referentes à imigração, em relação aos períodos de ocupação, grupos que se instalaram e atividades desenvolvidas. Na região dos Campos Gerais destaca-se a entrada dos russo-alemães, poloneses, alemães e também dos holandeses que, em questão numérica, não foram tão expressivos quanto aos poloneses, mas pela influência na economia da região, por meio do cooperativismo, é um grupo de grande visibilidade.

2.1 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO EUROPEIA NOS CAMPOS GERAIS

Até o final do século XVII, nos Campos Gerais[18], havia poucos núcleos populacionais, servindo principalmente de passagem aos viajantes. A descoberta e exploração do ouro na região das Minas Gerais alteraram a ocupação e o desenvolvimento das atividades econômicas no país.

A influência para a região sul está no fato que a mineração exigia bois para a alimentação, cavalos e mulas para o transporte, e a atividade pecuária poderia ser amplamente desenvolvida no sul do país. Assim, começaram as requisições de terras por pessoas de posses, as sesmarias,

---

[18] A região denominada Campos Gerais (PR) não possui uma única definição permanente, mas sofre modificações em virtude das necessidades e conveniências de uma identificação regional dentro do estado do Paraná. *Campos Gerais* foi definido por MAACK (1948) como “uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária”. Além disso, a região compreende ao Segundo Planalto Paranaense. De acordo com a definição do Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais da UEPG, os municípios que compreendem os Campos Gerais adequam-se aos seguintes critérios de homogeneidade: a vegetação primitiva do município deve ter sido de Campos Limpos, o município deve ter sido integrado à atividade do tropeirismo, integrar Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). Assim, abrangem os Campos Gerais os municípios: Arapoti, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Castro, Ipiranga, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbau, Ivaí, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Rio Negro, São José da Boa Vista, Teixeira Soares e Ventania (DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS, documento online, sem paginação).

> [...] donos de numerosos escravos, e por isso considerados homens de bem, nobres e fidalgos, homens bons da terra. Já então os detentores de riquezas eram os “bons”. Conforme o poder e o prestígio do requerente, este solicitava sesmarias para parentes formando a família enormes latifúndio (LANGE, 1998, p. 24).

Estas são as origens dos grandes latifúndios, concentrados nas famílias tradicionais, que já possuíam riquezas, fazendo com que permanecesse entre o círculo parentesco a concentração de terras.

Várias sesmarias foram, então, concedidas nos Campos Gerais, dando lugar a muitas fazendas. O povoamento deu-se por portugueses e também africanos, que eram em número reduzido, já que a pecuária não exigia o emprego de numerosa mão-de-obra (LANGE, 1998).

Já os primeiros habitantes nativos da região dos Campos Gerais foram mortos, expulsos ou domesticados para prestarem serviços à Coroa Portuguesa.As terras que antes lhes pertenciam foram doadas aos nobres e às famílias de posses que moravam em São Paulo, Santos e Paranaguá, formando, assim, um grande latifúndio familiar para o abastecimento de São Paulo (NASCIMENTO, 2008).

A iniciativa de ocupação dos Campos Gerais coube aos paulistas, pois a sociedade formada em Curitiba, no século XVII, ainda era precária para ocupar os campos vizinhos. Nas primeiras décadas do século XVIII inicia-se a ocupação dos Campos Gerais por homens de São Paulo, das famílias mais importantes, por meio de atividade econômica. Na época, os Campos Gerais “[...] não passavam de um sertão bruto” (WACHOWICZ, 2010, p. 95), para sua ocupação não houve o translado de uma sociedade inteira, ou seja, trazer famílias inteiras para o local, padres e agregados, sendo a maior parte das fazendas administradas pelos próprios escravos, que criavam e vendiam os animais e, esporadicamente, o proprietário passava pelas fazendas e recebia a prestação de contas[19] (WACHOWICZ, 2010).

A primeira iniciativa de colonização pelo governo provincial nos Campos Gerais (município de Lapa e Palmeira) ocorreu entre 1875 e 1876, onde havia sido firmado contrato para o estabelecimento de 30 mil imigrantes da Inglaterra. Porém, com a constatação de que a região carecia de recursos e só contava com auxílio do

[19] Paralelo às sesmarias existiam na região, também, os sítios, pequenas propriedades ocupadas e exploradas por posseiros, localizadas nas proximidades de povoados e nas margens da estrada das tropas; alguns, inclusive, dentro das próprias fazendas. Dedicavam-se à criação de animais, plantavam feijão e milho, abastecendo as tropas que passavam pela região (WACHOWICZ, 2010).

governo para a instalação dos estrangeiros, fez com que o contrato fosse rescindido. Algumas famílias já estavam no Paraná e ficaram instaladas em Curitiba (BALHANA, 1962).

Após o fracasso da tentativa com ingleses, uma comissão russa visitou os Campos Gerais para a instalação de famílias no território, escolhendo Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. A iniciativa de contrato com os russos representava "um esforço das autoridades provinciais no sentido de estender até o segundo planalto, os benefícios do sistema de colonização que vinha sendo posto em prática na marinha e no primeiro planalto" (BALHANA, 1962, p. 162).

Os imigrantes, assim que chegaram, foram alojados provisoriamente em casas particulares nas sedes urbanas, até que estivessem prontas as instalações em lotes coloniais. "*A província toda, como é fácil de crer-se, achava-se enthusiasmada com esta acquisição, que julgava importantíssima*" (PARANÁ, 1879, p. 52). A chegada dos russo-alemães[20] foi vista com entusiasmo, tanto pelas autoridades quanto pela população local.

> *Os colonos ficaram instalados em casa particulares na cidade. [...] Os colonos receberam de presente das pessoas mais abastadas duas vacas para cada família, assim dedicariam-se a criação de gado e agricultura. Revelando assim que "todos os habitantes daquella localidade comprehenderam perfeitamente que o estabelecimento de tão importante núcleo colonial vae abrir ao seu município uma nova era de prosperidade e riqueza [...]"*(PARANÁ, 1878, p. 14).

As terras compradas pelo governo para as colônias eram de antigas fazendas, não formando um bloco único; desta forma, foram formados vários núcleos coloniais dispersos e, por vezes, distantes entre si (BALHANA, 1962).

Nos meses de novembro e dezembro de 1877, e em julho, agosto e outubro de 1878, chegaram ao município de Ponta Grossa[21] 2381 russo-alemães,

---

[20]Eram assim denominados, pois vieram da Rússia, mas seus antepassados eram das terras alemãs, que emigraram para território russo a convite da soberana Catarina, de origem germânica, nas colônias próximas ao Volga. Entretanto, com a morte da Czarina, passaram a sofrer represálias não só com o povo, mas também com o governo como, por exemplo, com a cobrança de altos impostos; assim, muitos saíram da Europa buscando melhores condições de vida (CINQUENTENARIO DA DIOCESE DE PONTA GROSSA).

[21]A primeira expedição chegou a Ponta Grossa em 28 de novembro de 1877, seguida de outras, totalizando, até o fim do ano, 1206 imigrantes (PARANÁ, 1878, p. 14). Será dada maior ênfase na colonização em Ponta Grossa, por se aproximar do objeto de pesquisa.

estabelecidos na chamada Colônia Octávio[22], subdividida em 17 núcleos coloniais afastados dos centros urbanos (PINTO, 1983). A entrada dos russo-alemães nos Campos Gerais foi organizada e subvencionada pelo governo, e receberam os benefícios garantidos pelo regulamento da época.

> *Os colonos, segundo as ordens do governo, escolheram as terras em que se collocaram; designaram o local das respectivas povoações, e, conforme exigiram, tiveram as colônias divididas em lotes urbanos, rústicos e grande parte em commum.*
> *Alem desta vantagem, immensa e excepcional [...] receberam dos particulares, em gado, dinheiro e outros objectos de alto valor. Houve colônia em que cada uma das famílias collocadas recebeu quatro vaccas de presente* (PARANÁ, 1879, p, 53).

Nos núcleos coloniais cultivava-se trigo, centeio, cevada, batata, milho, feijão e fumo. Desenvolviam a criação de gado e trabalhavam no transporte de mercadorias (PARANÁ, 1879).

Entretanto, muitos desses imigrantes dirigiram-se para outras localidades; dentre os motivos do fracasso cita-se a pobreza do solo para a agricultura. Até mesmo D. Pedro II, ao visitar Ponta Grossa, em 1880, encontrou colonos descontentes, sendo a principal queixa a questão do solo (PINTO, 1983).

Desta forma, muitos russo-alemães migraram para os centros urbanos das cidades à procura de outras ocupações. Alguns homens trabalhavam como lenhadores, era comum mulheres e crianças coletarem areia fina nos rios e córregos da região para ser vendida para utilização nas residências de assoalho de madeira. Outros foram empregados na construção das vias:*"[...] tendo mandado dar serviços aos colonos de Ponta Grossa e Palmeira, nas estradas que ficam entre Serrinha e aquella cidade*" (PARANÁ, 1879, p. 59). Havia também a produção de broas de centeio, que não foram muito aceitas de início pela população local, que desconhecia o cereal usado na fabricação dos pães. Ainda houve a tentativa de venda de hortaliças, mas os moradores eram acostumados a manter hortas nos quintais de suas residências. Outros foram dedicar-se ao transporte de erva-mate, utilizando os famosos carroções. Os lotes abandonados pelos russo-alemães foram, mais tarde, reocupados por outros grupos de imigrantes e pelos que aqui permaneceram (PINTO, 1983).

---

[22]As outras colônias russo-alemãs nos Campos Gerais são: Ninimeu (Palmeira) e Virmod (Lapa), totalizando, entre os anos de 1877 e 1878, 3809 imigrantes estabelecidos na Província do Paraná (PINTO, 1983).

Na tabela a seguir nota-se a relação dos núcleos coloniais dos russo-alemães e sua permanência ou mudança.

Quadro 4 –Colônia Octávio em Ponta Grossa e o número de famílias

Núcleo colonial	Estabelecidas	Retiradas	Remanescentes
1. Tavares Bastos	50	8	42
2. Taquaryona	73	40	33
3. Tibagy	32	6	26
4. Dona Luiza	27	13	14
5. Moema	35	26	9
6. Eurídice	15	10	5
7. Santa Matilde	33	33	0
8. Botucuara	26	20	6
9. Itaiacoca	23	19	4
10. Guaraúna	52	29	22
11. Guarauninha	26	15	11
12. Uvaranas	76	65	11
13. Rio Verde	30	20	10
14. Santa Rita	28	10	18
15. Dona Adelaide	36	11	25
16. Trindade	30	24	6
17. Floresta	23	23	0

Fonte: Organizado pela autora conforme dados de Pinto (1983).

Os imigrantes que permaneceram nas colônias (que tinham terras melhores) adaptaram-se às condições locais dedicando-se ao cultivo de milho, feijão, batatas e outras culturas, até mesmo as hortaliças. Os que se dedicaram ao transporte de erva-mate introduziram, no Paraná, as grandes carroças, que também eram utilizadas por ucranianos e poloneses. As carroças tiveram importância por fazerem o transporte em áreas não servidas de estradas de ferro. Até a introdução do caminhão constituíram, como alguns autores apontam, como o ciclo dos carroções russos (LANGE, 1998).

Figura 1 – Carroça

Fonte: Casa da Memória do Paraná.

É interessante apontar as justificativas dadas pelo governo pelo abandono das colônias de grande parte dos russo-alemães. Em visita aos núcleos coloniais, em 1879, o presidente da província do Paraná, Oliveira de Menezes, fez algumas observações, explicando o fracasso exclusivamente pela forma como os russo-alemães conduziam seus núcleos. Para Oliveira de Menezes (1879), os russo-alemães, na escolha das terras, preferiam os locais de campo aos de mata, e estas últimas eram as terras mais apropriadas para a agricultura. Na divisão dos lotes havia uma parte reservada ao uso coletivo (a pedido dos próprios colonos), o que, mais tarde, foi motivo de desavenças. Trabalhavam com arados semelhantes aos usados na Europa, não apropriados ao solo da região e, ainda conforme o relatório, foram apresentados aos colonos os arados utilizados na região, mas *"[...] riram-se e disseram-me que os delles eram muito melhores"*(PARANÁ, 1879, p, 54). Cometiam erros no cultivo do milho e feijão, cultivando-os como faziam com o centeio e o trigo. O presidente, ao longo do documento, reforça a ideia do fracasso aos próprios colonos, mostrando-os como pessoas não esforçadas, com dificuldade de convivência em grupo:

> *Nas fazendas compradas, em algum das quaes havia grandes casas, não foi possível alojal-os porque uns não consentiam que outros pudessem gozar dessa vantagem, que também não lhes podia tocar. [...] Queixavam-se de que o terreno não produzia sem estrume; mas mostrando-lhes grande porção deste, disseram-me que si o gastassem em preparar a terra, não tinham com que fazer fogo. Observando-lhe que poucos passos atraz da casa, ficava o matto em que podiam lenhar, responderam que isso era muito trabalho*(PARANÁ, 1879, pp. 54-5).

Além disso, os imigrantes russo-alemães negavam-se a receber atendimento médico quando adoeciam, preferindo o padre. No documento, também é colocada até mesmo a forma como tratavam suas mulheres: *"[...] o russo considera a mulher como escrava, a sobrecarrega de todo trabalho, e, periodicamente, embora sem causa a castiga"*(PARANÁ, 1879, p. 56).

Oliveira de Menezes questionou, então, os russo-alemães para saber os motivos de sua retirada das colônias, e obteve como respostas

> *Uns- porque as terras nãos prestavam e que, tendo elles muitos filhos, era preferível pol-os a esmolar do que trabalhar. Outros- porque ainda não tinham padres das suas religiões*
> *Um grupo declarou-me que se retirava porque o governo não lhes havia dado dinheiro prometido, mas que voltaria para as colônias se o Imperador lhes garantisse dinheiro por dois annos*(PARANÁ, 1879, p. 56).

O fracasso nas colônias é colocado quase exclusivamente no próprio indivíduo, pois alguns tiveram êxito, enquanto outros, nas mesmas condições dadas, não o tiveram: *"Nas colônias é facto commum, ver-se um e mais colonos em estado de verdadeira prosperidade, [...] e nas mesmas condições materiaes, se vê outros que absolutamente nada tem feito, senão caximbar e dormir"* (PARANÁ, 1879, p. 57).

Anteriormente, os russo-alemães eram vistos como pessoas do progresso, mas, com os resultados não satisfatórios da sua instalação, passaram a ser vítimas de preconceitos, ao serem taxados pelo governo como "*Gente de costume quase patriarchaes; mas muito atrazada e de grande sentimento religioso*" (PARANÁ, 1878, p. 7).

Assim, muitos dirigiram-se ao litoral na tentativa de retorno à Rússia.

> *Devo referir-me ao facto mais notável que se deu ultimamente em relação a este serviço, isto é, ao movimento de repatriação dos russos-allemães que forão collocados nos Campos Gerais.*
> *Cheguei a esta provínci, econtrando um numero considerável d'aquelles colonos nas cidades de Paranaguá e Antonina e vendo que não diminuiu o movimento de descida para aquellas cidades afim de alli embarcarem com destino á Europa, procurei desde logo com o maior esforço, e nesse empenho continuo, conseguir que voltassem para os seus lotes ou que se estabelecessem nas outras colônias do Estado, especialmente nas da marinha.*
> *Já um grande número que se achava no litoral conseguiu embarcar para fora do paiz, mas tenho esperanças de obter que não se retirem da província os que ainda alli estão, e representão talvez numero igual* (PARANÁ, 1878, p. 15).

As terras abandonadas receberam imigrantes de outras etnias, em especial poloneses. Até o final da década de 1880 percebe-se, nos relatórios dos

presidentes, grande incentivo à imigração e a entrada de grande número de imigrantes. Mas, no final desse século, a Província já não dispunha de tantos recursos para custear a vinda de estrangeiros.

> *Tenho recebido e encaminhado ao Ministerio d' Agricultura innumeras relações de indivíduos, que, attrahidos por parentes estabelecidos aos diversos núcleos da Província, querem emigrar para esta, pedindo que se lhes adiante a passagem*
> *Infelizmente, carecemos de recursos para fazer esse adiantamento* (PARANÁ, 1888, p. 30).

A partir de 1900, o estado do Paraná passou a receber imigrantes de forma espontânea, e não mais por meio de contratos entre o governo brasileiro e os países europeus. Desta forma, a imigração tornou-se mais lenta e com números reduzidos na povoação do Paraná. O estado também não tinha recursos próprios para investir no transporte e instalação de grupos de imigrantes.

> *Cessada em 1890 (ou 1896) a chamada colonização official, desde então bem fraca corrente immigratoria espontânea se encaminhou para o Estado.*
> *Não serei de opinião que devemos [...] reviver a colonisação subsidiada.*
> *Devemos nos limitar a conceder ao immigrante um lote de terra em plena propriedade, por preço módico e a longo praso.*
> *O Paraná pela salubridade do seo clima e uberdade do seo solo, é um excellente ponto de destino ao immigrante, que aqui encontrará remunerada retribuição ao trabalho em todas as suas applicaçõe, amplas garantias de liberdade e igualdade, a par de franca e generosa hospitalidade (PARANÁ, 1901- MENSAGEM, p. 9).*

Apesar da falta de recursos, a mensagem presidencial de 1905 salientou a necessidade de investir na propaganda na Europa, para que mostrasse uma terra de seguranças e com a possibilidade de o estrangeiro tornar-se proprietário. "*Este facto torna excepcionalmente preferido o Estado do Paraná, como ponto de destino do emigrante [...]"* (PARANÁ, MENSAGEM, 1905, p. 40).

No ano de 1911 entraram, no Paraná, 9.788 imigrantes, dos quais 8.071 eram poloneses (PARANÁ, MENSAGEM, 1912). Na década seguinte houve uma drástica diminuição devido à falta de incentivos do governo, que ocasionou a entrada de poucos imigrantes: no total 533, sendo 319 poloneses (PARANÁ, 1926).

Mesmo com o fracasso da colonização russo-alemã e com a repercussão negativa que isso gerou, os Campos Gerais ainda continuaram contando com colônias agrícolas, devido à adaptação do colono ao tipo de agricultura que deveria ser desenvolvida no local.

> [...] os colonos antigos e novos já haviam aderido ao conceito de que os campos não podiam ser cultivados e só deviam ser usados para a criação

> de gado. Por isso, permaneceram efetivamente ocupadas, apenas aquelas colônias situadas em áreas mistas de campo e de mata. Os colonos cultivando as terras de mata e utilizando o campo para o pasto, ingressaram na rotina do sistema de rotação de terras, adaptando-se às práticas agrícolas da estrutura arcaica.
> Estas colônias, econômica, social e culturalmente sem expressão, pouco contribuíam para estimular novos empreendimentos colonizadores naquela região [...] As novas tentativas [...] resultaram agora de iniciativa particular (BALHANA, 1962, p. 170).

Na iniciativa particular e com êxito, destacou-se a criação da colônia Carambei, em 1911, pela *Brazil Railway Company* que, de início, ofereceu vantagens aos colonos, como a concessão de 50 hectares de terra, vacas e bois. Alguns holandeses ali se instalaram[23]. Um desses foi até a Holanda e trouxe mais imigrantes, apenas algumas pessoas. Com o passar dos anos e o incentivo do governo holandês, mais famílias instalaram-se na região e, com o desenvolvimento, ocorreu a criação de uma cooperativa que até hoje tem grande importância no estado do Paraná. Além de Carambeí há, nos Campos Gerais, as colônias Terra Nova e Witmarsum, formadas por colonos alemães, e Castrolanda, formada por colonos holandeses (BALHANA, 1962).

2.2 A DIVISÃO DO TERRITÓRIO E A DESPOLONIZAÇÃO DE UM POVO

A Polônia tem uma história ímpar em relação ao sentimento de pertencimento a uma nação, pois, durante vários anos, teve seu território sob o domínio de países vizinhos que tentaram impor-se, *despolonizando* o povo e tentando fazer com que a população perdesse suas características étnicas, obrigando-a a aceitar e viver conforme suas imposições. A situação de domínio só teve reversão após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a Polônia passou a ser país livre e independente. Os poloneses que vieram ao Brasil entre o final do século XIX e início do XX viveram, portanto sob a opressão e dominação de povos vizinhos.

> Convém, ainda, observar que vinham chegando de um país, onde tinham levado uma vida madrasta, sem eira, nem beira. Da mãe pátria, subjugada a

[23] Sobre a imigração holandesa, consultar a dissertação de mestrado de Sonia Valdete Aparecida Lima Cordeiro, *A constituição da Escola Evangélica de Carambeí: uma instituição educacional da imigração holandesa na região dos Campos Gerais – PR*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006.

> ferro e fogo e amordaçada, traziam pesada carga de privações e sofrimentos. A orfanada população polonesa, desanimada com o prolongado calvário de sofrimentos preferia expatria-ser a continuar agonizando junto ao túmulo da pátria morta (STAWINSKI, 1999, p. 17).

Esse histórico de dominação acabou por influenciar o modo como os poloneses viveram no Brasil, bem como seu sentimento de extrema valorização enquanto cidadãos poloneses em terras estrangeiras, por vezes fechados em relação à cultura brasileira. O querer manter-se como polonês foi, inclusive, um dos motivos da criação de escolas étnicas polonesas, como tentativa de preservar as características dessa comunidade (língua, costumes e festividades).

No final do século XVIII, a Polônia perdeu sua independência, ficando sob o domínio de três potências. Os poloneses recorreram a Napoleão Bonaparte, da França, com intenção de obter auxílio na libertação do país. Organizaram as chamadas Legiões Polonesas, que participavam das campanhas de Napoleão com o intuito de receber ajuda do mesmo, que nada fez em prol dos poloneses. Em 1806, Napoleão derrotou Prússia e permitiu a formação de um exército de Berlim para entrar em Varsóvia. Napoleão não teve muito envolvimento com a questão polonesa, apenas criou um paliativo, o Ducado de Varsóvia, cuja constituição igualava a nobreza à burguesia, extinguindo a servidão. Entretanto, a nobreza continuava na administração, mas a exploração do camponês deixou de ser senhoril para tornar-se temporariamente capitalista. Com a derrota de Napoleão, o Congresso de Viena confirmou a ocupação da Polônia e a servidão foi restabelecida. Houve tentativa de um levante contra os dominadores por parte dos camponeses em 1840, contudo, a conspiração foi detectada e reprimida. A burguesia urbana, inclusive, estimulava a libertação dos camponeses, pois via neles um promissor mercado de consumo para seus produtos (WACHOWICZ, 1981).

Assim, a Polônia, no final do século XVIII, deixou de ser uma nação independente, pois seu domínio estava dividido entre três nações: Rússia, Prússia e Áustria. Todas criaram medidas na intenção de *despolonizar* seus então súditos poloneses, gerando um clima de perseguição e opressão. No entanto, as ações mais severas foram tomadas pela Rússia.

Figura 2 – Ocupação da Polônia em 1870

Fonte: Wachowicz(1981).

Os poloneses sempre foram muito ligados à religião e, deste modo, os russos usaram de todos os meios para induzir os poloneses a separam-se da igreja católica e filiarem-se à Igreja Ortodoxa Cismática. Os sacerdotes foram perseguidos, proibidos do exercício público sacerdotal; muitos eram presos e deportados. Em substituição a eles, os russos obrigavam os poloneses a aceitarem a presença dos *popes* cismáticos[24].

Na área econômica, eram cobrados altos impostos que, muitas vezes, obrigavam os poloneses a venderem suas propriedades para pagá-los. Havia miséria e analfabetismo, a imprensa polonesa sofria com a censura, a falta de liberdade e isolamento impostos pelos russos. Mesmo com o isolamento, a propaganda migratória entrava no território de forma clandestina. Da região dominada pela Rússia, em 1890 e nos anos subsequentes, migraram cerca de 26 mil poloneses com passaportes russos. Desses, sua totalidade era de católicos, conforme exigência de recrutamento brasileiro, 95% eram agricultores e o restante eram carpinteiros, pedreiros, e ferreiros (STAWINSKI, 1999). Esse dado vem

[24] Sacerdotes da Igreja Ortodoxa.

ressaltar a procura pelo Brasil, por dispor de terras para cultivo, já que a maioria dos imigrantes era de origem camponesa.

Na dominação prussiana, houve uma tentativa de reforma agrária que não satisfez os colonos, pois as propriedades foram divididas em lotes de um a seis alqueires por famílias, mas estas eram numerosas e, portanto, não se atendiam suas necessidades. Essa situação era proposital por parte dos dominadores, para dificultar o progresso dos poloneses. Entre essas pequenas propriedades, existiam também alguns latifúndios pertencentes à nobreza ou proprietários ricos, geralmente germânicos. Os camponeses viram-se obrigados a trabalhar nestes latifúndios para conseguir sustentar-se nas pequenas propriedades e, por vezes, acabavam vendendo-as aos alemães (WACHOWICZ, 1970). Nas escolas passou a ser ensinado em alemão, fazendo com que a população não enviasse as crianças, pois temiam pela germanização de seus filhos; na época, a frequência das crianças polonesas não era obrigatória nas escolas. Até mesmo nomes geográficos eram germanizados: a língua alemã foi imposta na administração pública e em todos os tribunais. Entretanto, os poloneses não permaneceram estáticos à dominação prussiana: nas casas propagava-se o patriotismo à nação polonesa.

> Essa situação de constrangimento em sua própria terra, onde grandes massas trabalhadoras camponesas encontravam-se sem trabalho, inativas, com fome a rondar suas pobres casas, a superpopulação das aldeias, o grande crescimento vegetativo da população, a não existência de mão-de-obra, os pesados impostos e a perseguição religiosa, levaram os poloneses da parte prussiana a emigrarem:
> a- Para outras regiões alemãs;
> b- Para outros países europeus;
> c- Para o ultramar (WACHOWICZ, 2002, p. 18).

Para o ultramar, os poloneses migravam para os Estados Unidos e Brasil, em particular para a região Sul. A maioria eram camponeses e pobres, levados pelo anseio de se tornarem proprietários e por uma vida mais livre, já que estavam sob a dominação estrangeira, impedidos de praticar sua religião, a qual eram muito apegados, e até mesmo usar sua própria língua em alguns espaços. A região de domínio prussiano sofreu muitos problemas, que agravaram a crise econômica, entre eles fatores climáticos (chuvas catastróficas que prejudicaram as colheitas); a

Guerra da Criméia[25], que prejudicou o fluxo de cereais baratos, elevando o custo de vida; surgimento de epidemias de tifo, cólera e disenteria. Esta situação provocou o primeiro movimento migratório para a América, em 1854, especificamente para os Estados Unidos.

Os austríacos não colocaram impedimentos aos poloneses quanto à prática do catolicismo, também faziam algumas concessões aos povos que estavam sob seu domínio, já que a Áustria era um território formado por pequenas nações e temia sua desintegração. Assim, o imperador, na época Francisco José, incluiu na Constituição leis favoráveis à liberdade e desenvolvimento de cada nacionalidade dentro do império austríaco. Os poloneses podiam usar a língua polonesa em repartições públicas, escolas e igrejas, e até mesmo tinham o direito de formar juntas governamentais, mas, mesmo assim, estavam sob dominação, e as condições econômicas eram precárias. As propriedades agrícolas eram pequenas e eram raras as indústrias (STAWINSKI, 1999).

O fato é que, enquanto Estado, a Polônia não existia; porém, enquanto povo, sim. Muitos poloneses que entraram no Brasil foram registrados como austríacos, russos e prussianos, o que era uma situação humilhante. Diante da opressão na terra natal, lançaram-se além-mar, em terras estranhas, expostos a riscos que iam desde a viagem longa em condições precárias, até a questão de não saber ao certo que condições encontrariam no Brasil, sendo, na maioria das vezes, iludidos pelas propagandas.

Por mais que houvesse vantagens na questão da distribuição de terras, que atraíram grande contingente de poloneses ao Brasil, é pertinente destacar que os colonos enfrentaram muitas dificuldades. As colônias eram afastadas dos grandes centros, a difícil adaptação ao clima e também ao tipo de agricultura que desenvolveram no Brasil, pois o solo era diferente da Polônia e, na maioria das vezes, as terras estavam cobertas por vegetação fechada, exigindo a derrubada da mata. Além de todas as questões relacionadas ao trabalho, a adaptação do colono a uma cultura diferente, língua e hábitos, também foram dificuldades enfrentadas.

A Polônia do século XIX enfrentava crise econômica, política e social. Em séculos anteriores, o país encontrava-se em um cenário positivo devido às

[25]A Guerra da Crimeia (1854 a 1855) foi desencadeada pela aliança de franceses e ingleses contra o avanço russo sobre as terras do Império Otomano, tornando-se uma grande carnificina internacional (HOBSBAWM, 2014).

exportações de alcatrão, cereais e madeira, despertando, assim, interesse em países vizinhos, em especial da Prússia, Rússia e Áustria. Esta situação desencadeou invasões que fragmentaram a organização política e a estabilidade econômica. Em consequência, muitos poloneses abandonaram o país em busca de vida digna e livre. As principais razões do movimento migratório foram o excesso de mão-de-obra nas aldeias e vilas, o elevado crescimento demográfico, a falta de terras, a ausência de legislação agrária, o êxodo rural para os centros industriais e as perseguições políticas e religiosas. Mas o grande motivo para deixar a Polônia e dirigir-se a um país totalmente desconhecido foi a expectativa de tornar-se proprietário de terra, possibilidade amplamente difundida na Europa pelos agentes recrutadores, que distribuíam artigos, folhetos, apresentando condições excepcionais oferecidas pelo Brasil (WENCZENOVICZ, 2010).

O relatório do presidente da província do Paraná, Miranda de Ribeiro, evidencia a propaganda feita na Europa, exaltando as terras brasileiras. "*Nos jornaes e revistas européas, e ainda há pouco nas folhas belgas, fazem-se as mais honrosas referencias ao Brazil e, especialmente a esta província a respeito de suas condições favoráveis para o desenvolvimento da immigração"* (PARANÁ, 1888, s/p).

O Paraná, como também Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eram territórios com grande disponibilidade de terras e, por isso, formaram-se as colônias agrícolas, o que era um atrativo ao imigrante, possibilitando ser proprietário de terras.

> *Que o paiz carece de ser povoado nas extensões baldias de suas terras, que os elementos de riqueza nellas jacentes precisão de ser explorados para accrescentamento de seus recursos, que a infusão do sangue de raças mais enérgicas avigorará o organismo do povo brasileiro, verdades são incontestáveis e a reclamarem solução conveniente aos poderes do Estado* (PARANÁ, 1883, s/p).

Assim, a região sul incentivou a imigração para a ocupação de terras, devido às características atrativas para os europeus, dentre eles o clima propício à agricultura. Os agentes recrutadores encontraram, na Polônia, campo favorável para divulgar a região, já que o país encontrava-se dividido entre três nações e enfrentava muitas dificuldades.

A população polonesa, com caráter agrário, ao mesmo tempo em que enfrentava a carência de terras, teve preferência para migrar ao Brasil, já que aqui as terras eram abundantes, como declaravam as propagandas. Cerca de noventa

por cento dos poloneses que entraram no país eram agricultores (WACHOWICZ, 1981).

A propaganda foi tão enfática que acabou criando uma lenda para atrair os imigrantes poloneses ao estado:

> Dizia a lenda que o Paraná até então estava encoberto por névoas e ninguém sabia de sua existência. Era uma terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e predestinou-lhe o Paraná. Tal decisão a Virgem Maria havia comunicado ao Papa, o qual sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa convocou todos os reis e imperadores da terra, para sortear a posse de tal território. Por três vezes consecutivas foi tirada a sorte, e sempre o Papa era o contemplado. Então o Papa solicitou ao Imperador brasileiro que distribuísse essas terras aos poloneses, para que a tivessem à fartura e ali pudessem viver felizes, expandindo o seu cristianismo (WACHOWICZ, 1981, p.37).

Desta forma, incentivados pelas maravilhas e tesouros que encontrariam nas terras paranaenses, os imigrantes poloneses desembarcaram nas terras brasileiras.

O estado do Paraná foi fortemente marcado por traços europeus decorrentes do grande fluxo imigratório, que começou a partir do final do século XIX. Italianos, alemães, holandeses, ucranianos, entre outros ajudaram a formar a população de hoje, mas grande parte dos poloneses que adentraram no estado veio para trabalhar na agricultura de subsistência, nas colônias agrícolas, abastecendo os grandes centros urbanos. Também houve destaque nos transportes, ao utilizarem os famosos carroções para o escoamento dos produtos para os centros urbanos.

Dois períodos caracterizaram o movimento migratório polonês para o Brasil entre os anos de 1890 e a I Guerra Mundial[26]. O primeiro abrange dos anos de 1890 até 1897, marcado pelo custeio das despesas de viagem por parte do governo brasileiro. Entre 1897 e 1906 houve decadência no número de imigrantes, que vinham de forma espontânea, atraídos por parentes e amigos. A partir de 1906, o governo, necessitando de mão-de-obra barata e numerosa para a construção de estradas de ferro (em particular entre São Paulo e Rio Grande do Sul), voltou à sua política de propiciar passagem gratuita a quem desejasse imigrar. A primeira Guerra

[26] Sobre a situação dos imigrantes que já estavam no Brasil durante a primeira guerra: “Com a primeira guerra mundial, a situação dos colonos estrangeiros nos Campos Gerais e também em Santa Catarina e Rio Grande do Sul agravou-se, porque eles viviam em comunidades próprias e mantinham os costumes nacionais de seus países, falando o idioma de origem. Com isso, estavam contrariando a ideologia nacionalista que se impunha naquele momento” (NASCIMENTO, 2008, p. 43).

Mundial interrompeu o fluxo migratório, não só de poloneses, como de outras nacionalidades. Após a II Guerra Mundial, muitos estrangeiros entraram no país como refugiados, mas a maior entrada de poloneses foi na década de 1890, conhecida como *febre brasileira* (WENCZENOVICZ, 2010).

A fixação de poloneses no Paraná se deu por iniciativa de Edmundo Sebastião Wos Saporski, que é considerado o *pai da colonização polonesa no Paraná*, pois foi dele quem partiu a iniciativa de fundar, no estado, a primeira colônia. Passou pelo Brasil em 1867, a caminho de Buenos Aires, depois esteve um ano em Montevidéu; estabeleceu-se em Blumenau, colônia alemã de Santa Catarina. Lá manteve um bom relacionamento com o Pe. Antonio Zielinski, e das conversas entre eles surgiu a ideia de, a exemplo da colônia alemã, conseguir terras e estabelecer colonos poloneses. Escolheram o Paraná, estado sobre o qual, na época, o engenheiro André Rebouças havia escrito um trabalho a respeito da região. Fizeram, então, um requerimento ao governo imperial em 1869; em agosto do mesmo ano aportaram, em Itajaí, 64 poloneses, que foram assentados na colônia de Brusque.

Em julho de 1871, a Câmara de Curitiba ofereceu terrenos aos colonos na localidade de Pilarzinho. Desta forma, 32 famílias polonesas foram transferidas de Brusque para a nova colônia, com a permissão do imperador. Em 1873 vieram 258 pessoas da Polônia, que foram primeiramente estabelecidas em Joinville, mas foram informados da existência de poloneses nos arredores de Curitiba e, assim, com auxílio do então presidente da província do Paraná, Frederico Abranches, transferiram-se e formaram a colônia Abranches. Sobre esta colônia, seu fundador e presidente da província não deixou de tecer comentários a respeito dos novos moradores. *“É um nascente núcleo creado n’um extremo do rocio e povoado por colonos polacos. Diligentes e laboriosos não é em vão que esses colonos tem pedido ao solo a retribuição de seu trabalho”* (PARANÁ, 1875a, p. 25). Em 1875 chegaram ao estado mais 274 poloneses, que formaram a colônia Santa Cândida. No ano seguinte, outra leva de imigrantes chegou para formar a colônia Lamenha, também nos arredores de Curitiba (GLUCHOWSKI, 2005).

Em 1878 chegaram poloneses a São José dos Pinhais, um total de 550 pessoas e, na mesma época, foram estabelecidos em Ponta Grossa 84 poloneses, na colônia Moema. Em 1884 foram estabelecidos 220 poloneses em Castro. Além do Paraná, outros estados receberam imigrantes poloneses, como Santa Catarina,

Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Especificamente na região de Ponta Grossa, em 1892, foram criadas as colônias conforme o quadro 5.

Quadro 5 – Número de Poloneses distribuídos nas colônias

COLÔNIA	TOTAL DE COLONOS
Eurídice	23
Taquara	125
Rio Verde	78
Butuquara	73
Itaiacoca	48
Guaraúna	140
Adelaide	97
Floresta	29

Fonte: Organizado pela autora de acordo com Gluchowski (2005, p. 34).

As propagandas de incentivo à imigração e colonização atraíram um contingente de trabalhadores pobres, que fugiram do seu país de origem em busca de melhores condições de sobrevivência. Além da propaganda do governo, era comum que os poloneses que estavam no Brasil enviassem cartas a seus conterrâneos a respeito das condições que encontraram aqui. Nelas é possível identificar as impressões da nova terra. Um polonês escreveu que "*O Brasil é um país vasto que pode abrigar a todos os poloneses e ainda sobrará lugar, ao mesmo tempo, um país onde corre leite e mel e de liberdade excepciona! [...] Tenho terra a vontade, basta que Deus dê saúde"* (ANAIS, 1977, p. 52).

Em virtude da situação de domínio e pobreza que a Polônia se encontrava, o Brasil, em comparação àquele país, oferecia melhores oportunidades, apesar das dificuldades encontradas, pois apresentava a liberdade tão almejada pelos poloneses, já que viveram sob a dominação de outros povos, não se encontravam livres e também não tinham uma nação definida. Vivenciaram, na Polônia, o sistema de servidão; assim, sentiam-se livres no Brasil, porque viram as possibilidades de serem proprietários de sua terra, e por mais que houvesse dificuldades, a vida no Brasil ainda lhes parecia melhor que a situação enfrentada na Polônia. *"Estou muito melhor que na Polônia, somente pelo fato de não estar submisso a nenhum*

senhor"(ANAIS, 1977, p 109). *"Querido pai, não existe nenhuma escravidão"* (ANAIS, 1977, p. 84).

A possibilidade de tornar-se proprietário de terra também era uma das realizações dos poloneses em território brasileiro: *"Meus queridos irmãos, eu não trocaria convosco a minha propriedade. Eu agora sou dono, isto não é assim como era na Polônia"* (ANAIS, 1977, p. 112).

Em geral, logo que eram acomodados nas terras doadas pelo governo paranaense, os colonos construíam suas moradias, ainda de forma provisória para, então, trabalharem nas vias de acesso à colônia, construindo as estradas. Esse trabalho era financiado e pago pelo governo; depois, iniciavam o trabalho na agricultura.

Em uma carta de um colono fica explícita a doação de terras que, muitas vezes, estavam recobertas por mata, sendo necessário o trabalho de derrubada.

> *Aqui é nosso destino e nossa vida. Recebemos terra, segundo a medida brasileira, 100 morgas e segundo a medida polonesa "2wlocas" e 20 morgas. O terreno está coberto por enorme mata. É preciso ter saúde para trabalhar, porque é necessário cortar tudo[...] (*ANAIS, 1977, p. 88).

Portanto, com a derrubada do terreno, os poloneses acabavam por praticar o tipo de agricultura dos brasileiros, que consistia na derrubada da mata e queima para a limpeza do terreno para, então, iniciar o plantio. Entretanto, os colonos pediam que seus conterrâneos trouxessem sementes: "Ao viajar, levem consigo algumas sementes, especialmente aqueles que vierem por primeiro" (ANAIS, 1977, p. 87). Tal solicitação ocorria porque já estavam acostumados com o uso de certos cereais e verduras que aqui não encontravam.

Para os colonos, a situação do Brasil era bem melhor do que aquela que vivenciavam na Polônia; assim, incentivavam a vinda de seus parentes.

> *Escrevemos, pedindo que levem tudo o que puderem: roupa de cama, vestidos, calçados, sementes de toda espécie, principalmente hortaliças, porque o transporte é gratuito e a manutenção é por conta do governo, até o momento em que cada um conseguir a própria manutenção. Venham para o Paraná, São Mateus, onde nós nos encontramos* (ANAIS, 1977, p. 89).

Era comum, também, o pedido de utensílios e objetos de uso pessoal, pois o Brasil estava desenvolvendo sua indústria, a maioria dos produtos eram importados e os preços elevados, portanto, era mais vantajoso traze-los da Europa.

> *Querida esposa se estiveres para partir, traga consigo utensílios domésticos e ferramentas para a lavoura, como enxadas, martelos, puas, serras. Compre um par de sapatos para meus pés e para as crianças, porque aqui são caros. Traga sementes de cereais, alfafa e sorgo* (ANAIS, 1977, p. 113).

No Brasil, os poloneses procuraram encontrar meios de se manterem unidos e preservar sua cultura, para que ela não *desaparecesse* diante do novo contexto em que viviam, pois durante anos conviveram com as imposições de outras nações e queriam viver a liberdade tão almejada. Um dos modos de resistência do colono se deu por meio da religião, à qual, como já se observou, sempre foram muito ligados. Nas colônias, juntamente com a construção das moradias e estradas, uma das primeiras providências era a construção de uma igreja ou capela (LUPORINI, 2011) que, além das práticas religiosas, permitia a socialização do colono, como forma de uni-lo aos demais poloneses.

> O preceito da assistência à missa dominical ou outros ofícios religiosos adquiriu no Brasil uma conotação mais ampla: havia a satisfação de poder comunicar-se com os companheiros, de confraternizar, de conhecer as novidades, de saber como iam os outros na sua respectiva propriedade. A frequência dos ofícios religiosos tornou-se uma fuga do cotidiano. Tudo isto ocorria à sombra da igreja, antes e depois da missa (WACHOWICZ, 1981, p. 93).

A necessidade de comunicar-se com os demais colonos era grande devido à forma como os poloneses viviam. No Brasil, os lotes de terras eram maiores em relação ao que era visto na Polônia e, assim, tornavam-se distantes, o que acabava dificultando a comunicação. Em terra natal, nos aldeões, as moradias eram agrupadas e concentradas, facilitando a socialização. Assim, a igreja tinha papel de destaque na colônia, as datas religiosas eram sempre comemoradas, o padre era uma figura de destaque e influência, muitos deles eram vindos da Polônia e realizavam as cerimônias em língua polonesa.

Em 1892 havia cerca de 20 padres poloneses no estado; entretanto, com a febre migratória, o número aumentou. Isso causou preocupação dos líderes religiosos nacionais, pois os padres estrangeiros tinham grande prestígio onde atuavam e, de certa forma, exerciam poder nas localidades. A igreja católica brasileira temia perder a liderança para os padres estrangeiros, que se tornavam, de certa forma, concorrentes. Com a mudança do regime político do Brasil, que passou de monarquia à república e houve a separação entre Estado e Igreja, tendo a última mais autonomia na tomada de decisões, as autoridades religiosas do Paraná

desejavam nacionalizar o catolicismo dos imigrantes poloneses, fazendo a gradativa substituição dos padres daquela nacionalidade por padres brasileiros, ou a transferência de padres poloneses para diversas localidades. Entretanto, com a grande imigração, entraram no Paraná muitos intelectuais, que auxiliaram na divulgação, por jornais e revistas, da ideia de trazer mais padres poloneses ao estado para atender às colônias, ao invés de padres brasileiros. Ocorreu então que, em 1894, o bispo que assumiu a diocese de Curitiba, D. José de Camargo Barros, trouxe à cidade padres da Congregação de São Vicente de Paulo, irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, e as irmãs da Sagrada Família para reforçar o clero polonês. Contudo, o bispo de Curitiba organizou a Cúria, na qual todos os bens paroquiais e das capelas foram escriturados em seu nome: desta forma, a Igreja Católica Brasileira não perdeu o controle e influência nos locais em que atuavam religiosos estrangeiros (WACHOWICZ, 1981).

> A presença do padre polonês era essencial na manutenção das tradições e dos costumes, i.é, da fé polonesa. Sua presença como líder natural desse grupo primário, era essencial na preservação da língua polonesa e da polonidade entre os colonos (WACHOWICZ, 1981, pp. 106-7).

Era essencial para o colono ter um padre polonês para a manutenção de seu sentimento de polonês, pois, assim, preservariam sua língua e costumes. A paróquia não tinha só a função religiosa, mas era o centro da comunidade, local de diversas atividades. As Congregações religiosas foram, também, responsáveis pela criação de instituições, como asilos, orfanatos e escolas. Mas a igreja não se manteve como único domínio nas comunidades: com o passar dos anos e a vinda de cada vez mais imigrantes, foram surgindo as sociedades de domínio leigo.

As sociedades agregavam imigrantes, tinham caráter recreativo e de ajuda mútua. Nelas realizavam-se diversas atividades, como comemorações de datas importantes, recepção de autoridades, bailes, inclusive tornou-se espaço para atividades escolares. Os colonos organizavam-se e pagavam um professor para as crianças, as aulas ocorriam no espaço das sociedades e eram as chamadas escolas-sociedades.

A imigração polonesa para o Brasil não teve um planejamento, quer por entidades brasileiras ou polonesas. A vida nas colônias acabou sendo isolada, autossuficiente; portanto, individualista, em virtude da falta de comunicação entre as

mesmas. Cada colônia era um mundo próprio, por mais que agregasse pessoas do mesmo país.

Por estarem em território estrangeiro, os imigrantes preocupavam-se em manter a unidade, o que se dava nas sociedades, que permitiam concentrar e defender interesses em comuns, resolver assuntos comunitários e, também, confraternizar. A primeira sociedade polonesa no Brasil foi fundada em uma reunião no dia 15 de junho de 1890, era a chamada Sociedade Polonesa Tadeu Kosciuszko, à qual se filiaram doze sócios. Ao longo do tempo foram surgindo várias sociedades, tanto no Paraná como nos demais estados do Brasil, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Ponta Grossa registra-se, em 1898, a fundação da sociedade São José. Por mais que tenham sido muitas as sociedades em questão numérica, em geral eram fracas e desorganizadas, pois cada colônia fundava sua associação, não tendo uma instituição única que as unisse; portanto, eram esparsas, além de enfrentarem problemas financeiros, já que eram mantidas pelos colonos que, em geral, eram pobres. Foram várias as tentativas de unir as sociedades em uma coordenação geral. Realizou-se em 1898, em Curitiba, uma assembleia para fundar a Liga Polonesa para a América do Sul, mas, por questões de intrigas de caráter financeiro, o projeto não obteve sucesso. A partir de 1900, com o aumento do número de poloneses no país, bem como a entrada de muitos líderes intelectuais, o número de sociedades foi crescendo, ao mesmo tempo em que tentativas de uma união nacional surgiam, sem sucesso (GLUCHOWSKI, 2005).

Um marco da organização das colônias no Brasil é a vinda do consulado polonês ao Paraná, em 1920. A questão da escolaridade ganhou destaque, pois era uma forma de manter os costumes e a língua polonesa no país. Ademais, as escolas polonesas, em geral, encontravam-se em condições precárias, porque não havia um sistema de educação, e as trocas de professores eram frequentes. No âmbito escolar surgiram as associações Cultura e Oswiata.

2.3 A EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES POLONESES

A maioria das colônias polonesas localizava-se distante dos grandes centros, o que levou os poloneses a se dedicarem, na sua maioria, às atividades agrícolas, o que também é uma das justificativas para o isolamento que se encontrava o colono em relação às questões nacionais do país. Inicialmente, eles

viam as escolas como forma de instruir seus filhos, mas não era considerada uma forma de ascensão social, pois, para a dedicação à agricultura não se exigia, do colono, um nível de conhecimento mais elaborado, e a mão-de-obra restringia-se ao auxílio dos próprios familiares, ou seja, as crianças, desde pequenas, ajudavam os pais na lavoura. A taxa de analfabetismo entre os poloneses era grande, principalmente os oriundos de regiões ocupadas pela Rússia e Prússia, que dificultavam o processo de escolarização do povo (WACHOWICZ, 1981).

As primeiras atividades escolares ocorreram em espaços coletivos, como capelas, ou até mesmo na residência do professor que, muitas vezes, era o colono mais instruído, que soubesse ler e escrever e que dominasse as operações. O pagamento ao professor era feito com gêneros coloniais. O horário e calendário escolar eram determinados pelos pais, considerando a época das colheitas. Essas escolas das colônias funcionavam de forma precária (WENCZENOVICZ, 2010).

As escolas dirigidas pelas religiosas eram, em geral, mais organizadas e mantinham-se em funcionamento, pois ofereciam continuidade no trabalho, já que não sofriam com as constantes trocas de professores e não fechavam. Porém, não estavam ligadas a um sistema organizacional mais amplo: o mesmo ocorria com as escolas leigas.

Os professores que atuavam nas escolas leigas variavam muito, pois iam desde o simples colono que tivesse domínio de algum conhecimento, até mesmo, em poucos casos, pessoas com maior formação. Contudo, em geral, a remuneração era baixa, já que as escolas leigas eram mantidas pelos colonos. O preço pago aos professores variava muito: inclusive, havia variação na quantia paga a uma mesma pessoa no decorrer dos meses.

> Como prova disso, sirvam os seguintes fatos de Lucena: Quando em 1904 o professor na colônia São João exigiu 25 mil-réis de salário mensal, 67 colonos dessa linha não quiseram comprometer-se a pagar essa soma, e a escola deixou de funcionar. O Sr. Ladislau Maczewski, da mesma colônia, informa que na escola em que lecionava tinha recebido em julho 17$600 de salário, em agosto- 20$800, em outubro- 14$000, em novembro- 11$000 e em dezembro- 14$800, o que dava um total de 95$400 por todo o semestre (GLUCHOWSKI, 2005, p. 173).

As escolas não estavam ligadas a nenhuma unidade, não existia um sistema[27], nem uma uniformização no ensino, e não havia material didático. Havia necessidade de organização entre as sociedades e pessoas que trabalhassem diretamente com o ensino. Assim surgiu, em 1920, a Cultura, que unia as sociedades educativas polonesas. Destaca-se que era a união de caráter leigo, assim, não estavam associadas a ela as escolas católicas. A Cultura permitia que as escolas associadas ministrassem aulas de religião, que eram dadas por leigos, mas sem caráter de obrigatoriedade, "[...] se uma sociedade local desejasse aulas de religião, teria o direito de introduzi-las" (GLUCHOWSKI, 2005, p. 178). A Cultura preocupou-se com as escolas leigas por estarem mais abandonadas.

Em 1922 surgiu, em Curitiba, a União das Escolas Polonesas Católicas, a Oswiata, pois os religiosos acreditavam que era oportuno ter sua própria organização de vínculo religioso, com programa semelhante ao desenvolvido pela Cultura, mas com o diferencial da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas a ela associadas. Ambas as associações tiveram papel importante por possibilitar, aos professores, melhores condições de trabalho, por meio de realização de cursos, de inspeção e supervisão, e ajuda para manter bibliotecas (GLUCHOWSKI, 2005).

A primeira escola dirigida por um polonês, no Paraná, foi aberta em 9 de outubro de 1876 na colônia Órleans, em Curitiba. Jerônimo Durski, considerado pai das escolas polonesas, ministrava as disciplinas exigidas pelo governo e, principalmente, ensinava o polonês. Ele também foi autor do primeiro manual bilíngue (português-polonês) para uso nas escolas. Foram matriculadas, na escola, 41 crianças polonesas, e há registro de um estudante inglês. A escola foi fechada pelo governo em 1881, por intrigas entre o professor e o padre da colônia. Surgiram escolas em outras localidades do estado, mas sabe-se que para elas faltava "[...] qualquer tipo de organização escolar mais ampla, ainda que seja a mais primitiva,

---

[27] A educação que visa à promoção do homem esteve presente em todas as sociedades, de maneira simples nas sociedades primitivas e de maneira mais complexa e diversificada nas sociedades atuais. Quando educar é um objeto explícito de atenção, sendo uma ação intencional, a educação torna-se sistematizada.Portanto, é quando o homem toma consciência da situação, capta os problemas, reflete sobres eles, formula-os em termos de objetivos realizáveis, procura e organiza meios de alcançar os objetivos e mantém o processo de ação-reflexão-ação. O sistema educacional é resultado da educação sistematizada, e ultrapassa o individual. São três as condições para a construção de um sistema educacional: consciência dos problemas da situação, conhecimento da realidade (as estruturas) e formulação de uma pedagogia (SAVIANI, 1987).

falta um sistema, faltam manuais e falta material escolar" (GLUCHOWSKI, 2005, p. 168).

> O cargo de professor, como um indivíduo que desempenhasse algum papel social não existia. Tratava-se de um mártir, que tinha que suportar não apenas os caprichos de todas as pessoas influentes, mas também de cada colono, de quase todo pai e toda mãe de aluno que freqüentasse a escola, que se julgavam capacitados para mandar no "senhor professor". Além disso[...] o salário do professor oscilava entre 30 e 60 mil-réis mensais [...] algumas vezes acrescido de alguns produtos alimentícios, e não poucas vezes até de vara, fazia com que nenhum profissional, nenhuma pessoa que pensasse seriamente no seu futuro quisesse viver com o pão de professor, mas "exerciam o magistério" pessoas ingênuas [...]. É por isso que, se aqui ou acolá aparecia algum indivíduo mais esclarecido, honesto, dedicado à questão da educação e aficionado da profissão, era apenas uma questão de tempo, mas mais cedo ou mais tarde esse professor abandonava a profissão (GLUCHOWSKI, 2005, pp. 176-7).

Havia a falta de professores para as crianças brasileiras. Assim, era praticamente impossível fornecer professores para as colônias; ademais, as crianças polonesas não sabiam o português. A falta de recursos materiais e humanos, por parte do governo brasileiro, para proporcionar condições sociais e culturais para uma rápida assimilação, por parte dos imigrantes, dos elementos culturais brasileiros, fez com que a aculturação dos estrangeiros fosse lenta.

No Brasil, os colonos encontravam-se livres, mas experimentaram a falta de orientação, já que estavam acostumados a obedecer. Assim, perceberam que deveriam cuidar de seus interesses e terem iniciativa para organizar o ensino nas colônias. A ausência de auxílio governamental em relação à educação levou o imigrante a criar sua própria escola, que era organizada e mantida por sua própria iniciativa, surgindo, desta forma, as escolas-sociedade (WACHOWICZ, 2002).

As escolas-sociedade eram espaço de lazer e convivência, e onde se realizavam as atividades escolares. Eram os sócios que mantinham financeiramente o pagamento do professor e a manutenção da escola. Nem todas as colônias conseguiam construir e manter sociedades, mas tinham preocupação com a alfabetização das crianças: para isso improvisavam, em paióis ou em salas isoladas, espaço para as atividades escolares. O professor, se fosse solteiro, residia junto à escola. Ocorria de o professor ser colono e, assim, deixava de lado, por algumas horas, a atividade na agricultura para dedicar-se ao ensino das crianças.

Como as escolas muitas vezes funcionavam de forma precária, pois, como já foi mencionado, as condições de higiene eram inadequadas, a claridade era insuficiente e o material usado pelos alunos era falho, não eram todas as escolas

que dispunham de carteiras, e sim bancos, faltavam giz, quadro-negro; às vezes existiam cartilhas, outras, até livros de orações eram improvisados como material (WACHOWICZ, 2002).

Houve a criação de um material de alfabetização para as escolas polonesas, iniciativa de Jerônimo Durski, que é considerado o *pai das escolas polonesas* no Brasil. Ele chegou ao Brasil em 1851, era músico e professor. De início estabeleceu-se em Santa Catarina, na colônia D. Francisca; mais tarde, foi morar na Lapa. O Presidente da província, na época Dr. Adolfo Lamenha Lins, ouviu falar da existência de um pedagogo polonês em terras paranaenses, chamou-o até a capital e nomeou professor da escola pública da colônia polonesa Órleans, nos arredores de Curitiba, que foi oficialmente a escola polonesa pioneira no Brasil. Jerônimo Durski também foi professor em outras localidades do estado, como Campo Largo, Portão, Campo Comprido, Ferraria, São Luis do Purunã e Palmeira. Seu destaque não se deu somente pelo trabalho enquanto professor, mas pela iniciativa de organizar uma cartilha para ser usada nas escolas polonesas. Em 1891 escreveu o *Manual para as Escolas polonesas no Brasil*, que se constituía de uma obra bilíngue (português-polonês) e apresentava noções elementares da língua portuguesa, tanto para crianças como para adultos. A primeira parte da obra era uma cartilha de alfabetização em polonês; na segunda, iniciava-se a alfabetização em português, principalmente com palavras e expressões mais usuais. Além disso, também se incluiu conteúdos para as aulas de catecismo, conhecimentos relacionados ao sistema de medidas e monetário e, por fim, caligrafia (ANAIS, 1970).

Anteriormente não havia obra semelhante, sendo esta uma iniciativa que atendeu principalmente o agricultor, que precisava de uma rápida adaptação ao português e alfabetização em terras estrangeiras (WACHOWICZ, 2002).

2.4 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE IMIGRANTES POLONESES VINCULADA À IGREJA

Com a precariedade no ensino oferecido nas colônias foi solicitado, primeiramente pelos moradores da colônia Abranches, que fossem enviadas religiosas professoras da Congregação das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, que chegaram ao Paraná em 17 de outubro de 1904. A escola dirigida pelas

irmãs obteve êxito, tanto que, assim como os colonos de Abranches, outras colônias solicitaram a vinda de religiosas para o trabalho na educação escolar. Fundaram-se escolas em Prudentópolis (1907), São Mateus (1908), Tomás Coelho (1911) e Rio Claro (1912) (WACHOWICZ, 2002).

Na época ainda existia o ideal de uma educação para os meninos, que seria o herdeiro das propriedades; portanto, precisava de uma educação melhor, com vistas a sustentar futuramente uma família. Já para a menina, cabia receber as instruções da mãe, pois estava condicionada a ser uma dona de casa, não tendo necessidade de receber instrução mais elaborada.

As Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo passaram a ofertar cursos específicos para as meninas, instruindo-as na alfabetização e em noções para serem futuras mães e donas de casa, tendo formação relacionada à higiene, culinária, costura e trabalhos manuais, boas maneiras, comportamento social, cuidados com as roupas. As irmãs também tinham o interesse de recrutar futuras religiosas para sua ordem (WACHOWICZ, 2002).

As escolas mantidas por religiosas ofereciam continuidade, pois as aulas eram ministradas pelas irmãs, não havendo troca de professores, conforme já mencionado. Além disso, diferentemente das escolas-sociedade, os colonos não precisavam preocupar-se na manutenção e organização da escola, cabendo a eles somente as taxas de mensalidade.

Além das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, também se destaca, no Paraná, o trabalho desenvolvido pelas Irmãs da Sagrada Família, que iniciaram seus trabalhos nos arredores de Curitiba para, posteriormente, dirigir-se a outras localidades do estado, inclusive para Ponta Grossa - PR, assumindo a Escola Sagrada Família.

Segundo Wachowicz (2002), até 1914 havia, no Paraná, 46 escolas polonesas, sendo 34 leigas e 12 dirigidas por religiosas, com o total de 1860 alunos, dos quais 840 frequentavam as escolas religiosas e 1020 as escolas leigas.

As escolas de imigrantes foram um espaço para a preservação das características étnicas dos diversos grupos, por agregarem pessoas de uma mesma nacionalidade. Escolas foram fundadas tanto em centro urbanos quanto nos núcleos coloniais; nesses últimos, as escolas eram mais precárias e mantidas pelos próprios colonos. Algumas eram religiosas, dirigidas por congregações do país de origem dos

grupos; outras eram leigas, mantidas pela comunidade. Existiram as escolas leigas, religiosas e as escolas-sociedade.

> O que há em comum nestes diversos tipos de escolas de grupos de imigrantes é o fato de haverem sido escolas étnicas. Significa dizer que eram escolas cujo currículo retratava as dimensões culturais próprias do respectivo grupo, como língua, religião, modo de ser e valores (KREUTZ, 2011, p. 153).

No geral, uma das primeiras iniciativas dos colonos, depois de estabelecidos, foi a construção de uma igreja e de um espaço para a escola. A escola tinha como função a alfabetização nos núcleos coloniais, e também era uma forma de aprenderem o português, absorvendo um dos elementos da cultura brasileira. Em muitas escolas, a alfabetização foi dada inicialmente na língua materna para, posteriormente, entrarem em contato com o português.

> As medidas de nacionalização, dada a natureza com que foram adotadas, não [...] representam as providências adequadas para a assimilação do imigrantes. O que se chamou de nacionalização foi mais um sentido político que educacional, ou, de modo geral, cultural. Quis impor-se o abrasileiramento, se assim podemos chamar, do imigrante e de seus descendentes, sem se levar em conta a diferenciação cultural existente (DIEGUESJUNIOR, 1964, p. 83).

Ao que parece, o problema não era apenas o ensino puro e simples, mas a educação em um sentido mais amplo: era preciso trabalhar a cooperação entre os diversos grupos. Ao se proporem medidas nacionalizantes, não se consideraram as etnias, ignorando as diferenças culturais entre eles.

Com proclamação da república, em 1889, a questão do nacionalismo passou a ganhar maior ênfase.Na perspectiva do liberalismo, articulava-se a formação do “Estado Nacional, laico, soberano, como referência maior para as diversas instâncias da vida coletiva” (KREUTZ, 2011, p. 157). Começou a se pensar na formação de uma nação unida e forte, baseada nos princípios de ordem e progresso, difundindo uma cultura uniforme. Assim, a escola seria o espaço de transmissão de uma única língua e cultura, que formaria um só povo. Para efetivar estas ideias, começaram a ser promulgadas leis que fizessem com que o ensino se tornasse nacional, como a implantação de um currículo escolar homogêneo, pois, até então, havia autonomia para o ensino nas escolas. O Estado foi criando mecanismos, dificultando o trabalho e funcionamento das escolas que se denominavam étnicas, pois ensinavam na

língua do grupo de origem. Passou-se a colocar restrições ao uso das línguas estrangeiras nas escolas, e estas passaram a ser fiscalizadas pelo poder público.

A campanha de nacionalização, "[...] representou um esforço de exaltação da terra e da gente brasileira" (NAGLE, 1974, p. 234). No ensino, a campanha expressou-se por inúmeras leis e decretos para impedir a desnacionalização do ensino e da infância.

No Paraná, até o ano de 1901, o Decreto n° 93 estabeleceu, no artigo 2°, que era inteiramente livre aos particulares o exercício do ensino primário, secundário e superior. A partir de 1909 passou-se a exigir que o ensino se desse na língua nacional, proibindo o ensino da língua estrangeira (WACHOWICZ, 2002, p. 40).

Em 1917, o Código de Ensino do Paraná acabou tornando obrigatório o uso da línguanacional no ensino e, para receber auxílio do governo, as escolas deveriam ensinar Corografia,História e Língua Portuguesa; caso não o fizesse, não receberiam auxílio do governo.

> *Art. 180 _ E' obrigatório em todos os institutos particulares do curso primário ou secundarionacionaes ou estrangeiros o ensino da LinguaPortugueza.*
> *Art. 181 _ Não poderão receber quaesquer favores directos ou indirectos doEstado os institutos ou escolas particulares que não cumprirem os seguintespreceitos:*
> *1° Communicar ao Secretario do Interior a sua abertura e o seu encerramento annuaes;*
> *2° Ensinar a Chorographia do Brasil, a Historia do Brasil e a LinguaPortugueza, ao menos, de accordo com o programmaofficial do curso primario;*
> *3° Adoptar exercicio de gymnastica escolar e canticos escolares entre os quaes o Hymno Nacional do Brasil;*
> *4° Manter-se em rigorosas condições de hygiene;*
> *5° Fornecer á Secretaria do Interior, os mappasestatisticos e todas asinformações que lhe forem solicitadas.*
> *6° Ter um livro especial de registro de matricula e frequencia de alumnos,e todos os mezes enviarão a Secretaria do Interior, uma relação de matricula e frequencia.*
> *7° Fornecer á Secretaria do Interior, os seguintes esclarecimentos: o dia da installação, o nome, o estado e a nacionalidade do respectivo director, sexo a que se destina,programmas de ensino, numero de aulas, e o pessoal docente*(PARANÁ, 1917).

A legislação acabou impondo limites para o funcionamento das escolas étnicas. Muitas adotaram o bilinguismo, ensinando de acordo com o programa nacional, mas tendo um horário especial para o ensino da língua estrangeira.

Segundo Wachowicz (2002), no ano de 1937 funcionavam, no Paraná, 167 escolas polonesas, das quais 128 estavam em funcionamento, 31 haviam sido fechadas por falta de professores e 8ainda em fase de construção. Do total de

escolas, 10 ensinavam em polonês (o que era ilegal perante as leis paranaenses, mas como o mesmo autor aponta, eram pré-escolas, e as crianças não dominavam o português), 14 em português e 143 eram bilíngues(português e polonês). Frequentavam as escolas polonesas 6296 crianças, das quais 1076 não tinham descendência polonesa.

Paralelamente ao desenvolvimento das escolas étnicas, no ano de 1937 ocorreu a nacionalização compulsória de Getúlio Vargas, implantação do Estado Novo e fechamento das escolas étnicas.

Em nível federal, a publicação do decreto 406, em 4 de maio 1938, ordenava que todo o material didático usado nas escolas de imigrantes fosse em língua portuguesa, todos os professores e diretores fossem brasileiros natos e proibia o ensino da língua estrangeira a menores de 14 anos.

Assim, as escolas étnicas perderam suas características, pois não se ensinaria em língua estrangeira e nem se utilizaria material na mesma língua.Ao mesmo tempo, muitos pais também começam a enviar os filhos para as escolas públicas brasileiras, como uma forma de aprenderem melhor a língua nacional.

A organização da educação para os filhos dos imigrantes poloneses, nos Campos Gerais, se deu por meio de congregações religiosas. Diante das tentativas frustradas e pouco efetivas de organizar o ensino público, as escolas confessionais católicas ganharam prestígio no interior das comunidades de imigrantes.

CAPÍTULO III
A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS POLONESAS EM PONTA GROSSA: DA CONGREGAÇÃO SERVAS DO ESPÍRITO SANTO À SAGRADA FAMÍLIA

As terras que hoje pertencem ao município de Ponta Grossa têm suas origens nas sesmarias, cuja notícia da primeira expedição de alvará ocorreu em 19 de março de 1704, feita pelo governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, atendendo ao pedido do capitão-mor Pedro Taques de Almeida e seus familiares. O capitão era cidadão de São Paulo e ocupou vários cargos públicos (LOPES, 2000). Na região predominavam fazendas, cujas terras, que concentravam grandes extensões territoriais, foram concedidas por meio de sesmarias a famílias que possuíam posses e que se dedicaram, em especial, à criação de gado.

Desta atividade econômica e o envio dos rebanhos para a região de Minas Gerais fez surgir o tropeirismo[28], que deu origem a inúmeros municípios, entre eles Ponta Grossa. Ao longo do caminho[29] das tropas, que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, os tropeiros conduziam rebanhos de muares e gado para serem vendidas na feira de Sorocaba e, no percurso, paravam para descansar as tropas nos chamados pousos.

> O pouso era estabelecido em locais na proximidade de aguadas, pastagens e facilidades para atender à tropa, ou seja, para fazer a ronda, no caso de transporte de animais. Os locais onde a tropa era deixada para pernoitar e onde os tropeiros armados faziam a ronda era, de preferência campo fechado por mato, rio, com uma só saída [...] Os tropeiros pousavam em local que oferecesse abrigo, lenha e aguada para cozinhar as refeições, dessedentar animais e dependendo da época do ano, da existência de pinhões (LANGE, 1998, p. 41).

[28] O tropeirismo iniciou-se no século XVIII e seguiu até o século XIX. O chamado ciclo das tropas durou aproximadamente 150 anos. O desenvolvimento dos meios de transportes, como a construção da Estrada de Ferro Sorocaba, em 1875 e, posteriormente, a Estrada de ferro São Paulo- Rio Grande do Sul contribuíram gradualmente para a redução no movimento das tropas no sul do país. Regionalmente, tropas ainda eram conduzidas até meados de 1960 (LANGE, 1998).

[29] Nos primeiros séculos da história do Brasil, tanto os meios de locomoção como as vias eram precárias e insuficientes. As únicas vias existentes eram os chamados caminhos, que tiveram sua origem com os indígenas. Depois de utilizados por bandeirantes, transformaram-se, com o decorrer dos anos, em caminho de tropas. Não havia, no período colonial, preocupação com relação ao problema de transporte por parte das autoridades portuguesas (WACHOWICZ, 2010).

Os pousos acabavam por atrair pessoas que prestavam algum tipo de serviço aos tropeiros e, assim, surgiram povoações que, mais tarde, se transformaram em cidades, cuja origem foi decorrente da atividade tropeira.

> Essa atividade era lucrativa para os tropeiros, que passaram a enriquecer com tal comércio, do qual os mineradores dependiam. pelo poder econômico que tinham, esses homens- originários de São Paulo e Minas Gerais, em sua maioria- também passaram a ser abastecedores dos lugarejos por onde passavam, bem como eram portadores de notícias e mensageiros de cartas. Eles levavam as notícias de um lugarejo ao outro, especialmente informações de política (NASCIMENTO, 2008, p. 28).

A atividade tropeira propiciou não somente o desenvolvimento econômico, com a venda dos rebanhos e com o comércio desenvolvido ao longo dos pousos, mas contribuiu com o desenvolvimento social, pois, ao percorrer diferentes lugares, os tropeiros faziam a ligação da região sul com outros estados brasileiros.

A região dos Campos Gerais foi o principal centro pecuarista paranaense devido à instalação de fazendas de criação de gado formadas no final do século XVII e início do século XVIII. Entretanto, a ocupação dos campos foi lenta, pois as fazendas necessitavam de pouca mão-de-obra, e a presença dos proprietários era quase nula, sendo confiada a capatazes a administração das mesmas. Só no decorrer do século XVIII que surgem os povoamentos nas áreas próximas ao caminho das tropas, os quais, durante anos, permaneceram como aldeias até serem elevadas à categoria de freguesia. Os pontos de junção de moradores que formavam as aldeias davam-se, geralmente, próximos a um local de pouso de tropeiros. A rua principal era denominada Rua das Tropas, na qual passavam os animais em marcha e, nas imediações, acabavam surgindo pontos comerciais e capela religiosa que, com o tempo, transformaram-se em povoações e vilas. O tropeirismo foi o impulso para a formação de muitos núcleos habitacionais dos Campos Gerais, dentre eles o município de Ponta Grossa.

> Todo e qualquer viajante, comerciante ou aventureiro que se dirigisse por terra de São Paulo para o extremo sul do país, nos finais do século XVIII e nos inícios do século XIX, deveria atravessar as terras da Comarca de Castro, alcançando o bairro de Ponta Grossa, que se constituía, à época, num local obrigatório de passagem, ligada que estava ao Caminho do Viamão (PINTO, 1983, p. 17).

Na medida em que o bairro de Ponta Grossa cresceu, a população solicitou às autoridades a criação de uma freguesia, pois, assim, teria mais autonomia, o que ocorreu em 15 de setembro de 1823. O interesse em elevar à freguesia deu-se ao

fato de que Ponta Grossa começou a apresentar lucros, resultante de interações socioeconômicas: “[...] a existência de uma vida comunitária que, incipiente de início, se desenvolve através das transações comerciais derivadas principalmente da atividade pecuarista” (PINTO, 1983, p. 24). Devido a essas condições, a comunidade poderia se desenvolver, independentemente da Vila de Castro.

Foi escolhida a colina mais alta para a construção de uma capela em homenagem à Sant’Ana. Ao seu redor começaram a ser construídas as primeiras moradias. O local passou a ser sede da freguesia; entretanto, nesta condição, seu território, administrativamente, continuava pertencendo à Comarca de Castro.

Na década de 30 do século XIX, por ter uma organização representativa, Ponta Grossa passou a ser quarto distrito da Comarca de Castro, podendo fazer eleições para escolha de juízes de paz. Os distritos passaram a ter subprefeitos, que eram nomeados pelas suas respectivas Províncias. Ponta Grossa, mesmo sendo emancipada, dependia juridicamente da Comarca de Castro (NASCIMENTO, 2008).

Em 1855, Ponta Grossa foi elevada à Vila e, em 1862, à cidade. Ao longo dos anos tornou-se importante centro comercial, cultural e social, o que atraiu muitos estrangeiros para a região.

Figura 3 – Vista de Ponta Grossa, Francisco Lange (1901)

Fonte: Casa da Memória do Paraná

De pouso de tropeiros, Ponta Grossa tornou-se cidade que, no final do século XIX, teve sua formação populacional incrementada com a vinda de

imigrantes. De acordo com Balhana (1962, p. 158), “[...] é fácil compreender que uma região pobre de capitais e de elementos humanos dependesse para sua renovação de intervenções externas, mais do que iniciativas locais”.

Em Ponta Grossa, os primeiros imigrantes foram russo-alemães, mas também vieram ucranianos, alemães, poloneses, italianos, russos, sírios e libaneses, entre tantos outros que, ao longo do tempo, contribuíram para a formação da sociedade ponta-grossense.

Figura 4 – Postal da chegada de família de poloneses em Ponta Grossa

Fonte: Casa da Memória

Mesmo com as muitas dificuldades, desde a sua saída da terra de origem até a chegada ao Brasil, os imigrantes contribuíram para o processo de desenvolvimento econômico e demográfico de Ponta Grossa, e sua integração na sociedade não se deu exclusivamente pela agricultura, mas também pelas diversas atividades desenvolvidas no centro urbano e como trabalhadores assalariados (PINTO, 1983). Na relação dos casamentos registrados entre 1889 e 1920, no município de Ponta Grossa evidencia-se a profissão desempenhada pelos imigrantes.

Quadro 6 –Distribuição dos imigrantes por atividades produtivas registrado no Cartório Sant’Anna em declarações de casamentos entre 1889 e 1920

Profissão	**Quantidade**
Açougueiro	1
Agrimensor	-
Continua na página seguinte	

Continuação da página anterior	
Profissão	**Quantidade**
Alfaiate	-
Barbeiro	-
Barriqueiro	1
Boleeiro	-
Canteiro	-
Carpinteiro	2
Carroceiro	2
Chapeleiro	-
Comerciante	11
Curtidor	-
Dentista	-
Eletricista	-
Encadernador	-
Enfermeiro	-
Ferreiro	6
Ferroviário	5
Funileiro	-
Fundidor	-
Guarda-livro	-
Industrial	-
Jardineiro	-
Lavrador	52
Marceneiro	4
Mecânico	1
Médico	-
Oleiro	1
Operário	13
Padeiro	-
Pastor	-
Pedreiro	3
Professor	1
Pintor	2
Sapateiro	1
TOTAL	110

Fonte: Adaptado pela autora conforme PINTO(1983, p. 118).

A maioria dos imigrantes estava ligada ao comércio, agricultura e indústria. Dos 110 poloneses que se declaram no registro do cartório, percebe-se que 52 eram lavradores, o que corrobora com a afirmação de que “a maioria dos poloneses que

imigraram para o Brasil eram, em sua maioria, trabalhadores braçais" (LUPORINI, 2011, p. 171). Outro destaque é em relação aos sírios: dos 22, 18 desempenhavam atividades comerciais.

Os poloneses tiveram destaque numérico, tanto no Paraná quanto em Ponta Grossa. Em 1893, segundo a Gazeta de Polska (ANAIS, 1971, p. 118) havia, na região dos Campos Gerais, cerca de 200 famílias polonesas instaladas nas terras de Castro e Ponta Grossa, as quais, antes, haviam sido ocupadas pelos russo-alemães, onde desenvolviam atividades agrícolas e criaram gado.

Os poloneses sempre estiveram ligados à questão da religiosidade, tanto é que, logo que se instalavam nas colônias, uma das primeiras providências era a construção de uma igreja, conforme mencionado anteriormente. A Igreja constituía-se no único lugar público, respeitando a cor e classe, em que todas as pessoas se reuniam para participar das atividades religiosas, como procissões, enterros, e até mesmo eleições. "O bimbalhar dos sinos marcava os quartos de hora. Grande era o número de feriados religiosos, dias santificados e festejos promovidos pela Igreja" (COSTA, 1999, p. 244).

No início, as famílias que moravam nas colônias agrícolas produziam para o próprio sustento; progressivamente, o excedente era utilizado para a comercialização e a produção levada para a cidade em carroças. Também tiveram participação ativa no transporte de mate e demais mercadorias, principalmente com o surto ferroviário na década de 1880, que empregou inúmeros estrangeiros na construção de estradas de ferro no Paraná. A maioria destes imigrantes eram pobres e desempregados, que buscaram condições de sobrevivência por meio do emprego da sua força de trabalho nas estradas de ferro. Por outro lado, as estradas de ferro estimularam o desenvolvimento econômico por meio do escoamento da produção e circulação de diversas mercadorias, bem como o crescimento e desenvolvimentos dos centros urbanos. Desta forma, a construção da ferrovia tornou-se um recurso benéfico, que propiciou o aumento dos lucros dos empresários pela grande circulação de produtos ou, conforme os relatórios do governo, "*A Estrada de Ferro do Paraná facilita o pronto escoamento dos produtos e a rapidez de comunicação com a capital e com um dos mais prósperos portos comerciais do Brasil*" (BRASIL, 1915, p. 565).

Apesar da expansão da rede ferroviária, os imigrantes estrangeiros ainda continuavam utilizando as carroças, de formato retangular, com toldo e puxadas por

dois a quatro cavalos, tanto para o transporte de mercadorias como para utilização em eventos sociais e religiosos. Nas festas de casamento eram comuns cortejos de carroças.

Figura 5 – Carroças típicas utilizadas pelos imigrantes em Ponta Grossa, na Rua Dr. Colares (s/data)

Fonte: Acervo Casa da Memória do Paraná

Construíam suas moradias de tábuas de pinho, sendo até mesmo o telhado de madeira, pois as telhas eram caras e difíceis de adquirir. Tinham como características os assoalhos muito limpos, e também, nas paredes, quadros com imagens de santos. Os homens trabalhavam no campo com o cultivo de batata, centeio e trigo, e as mulheres dedicavam-se aos cuidados das casas e filhos, assavam pães de centeio em fornos de barro e as famílias, normalmente, eram numerosas. Em Ponta Grossa, frequentavam a Igreja São João (DIOCESE, 1976), que se tornou local de encontro da comunidade polonesa, pois nela eram atendidos por um padre da mesma etnia. A religião era uma forma de mantê-los unidos e, assim, preservar a polonidade[30]: a fé católica estava associada ao ser polonês. A Igreja além de centro espiritual era referência das sociabilidades étnicas.

[30]Até os dias atuais, realizam-se celebrações em polonês na cidade de Ponta Grossa, que são organizadas por descendentes de poloneses, ligados à Braspol, associação polonesa.

Figura 6 – Igreja São João (s/data, anterior a década de 1920)

Fonte: Acervo Casa da Memória do Paraná

Essa questão religiosa não foi diferente das demais comunidades polonesas, o local de encontro dos imigrantes era foi a capela construída em honra a São João Batista onde, atualmente, encontra-se a Praça Barão de Guaraúna.

Figura 7 – Largo da Igreja São João (s/ data, anterior a 1920)

Fonte: Casa da Memória do Paraná

Não há data exata da fundação da Capela São João, mas, ao lado dela, existia o cemitério com o mesmo nome, fundado em 1811, na região central[31], que funcionou até 1890 (CHAMMA, 1988). Mais tarde construíram uma nova Igreja, em 1897, que recebeu o nome de Sagrado Coração de Jesus, e até hoje tem como título de referência dado pela população a *Igreja dos polacos* (CHAVES, 2001). A Igreja foi construída com auxílio do Padre Antônio Rymer, juntamente com os moradores da colônia polonesa. Com o tempo, a igreja tornou-se pequena e houve a necessidade de ampliá-la, em 1920; a comunidade polonesa colaborou com a doação de recursos para a construção de um novo templo, no estilo gótico (DIOCESE, 1976).

Figura 8 – Início da construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus

Fonte: Acervo Casa da Memória do Paraná.

[31] Os mortos eram enterrados no Cemitério dos Jesuítas, ao lado da Capela Santa Bárbara, distante do centro urbano ou, ainda, nas próprias fazendas. Devido à longa distância, os moradores solicitaram a construção do Cemitério São João na área central da cidade (CHAMMA, 1988).

Figura 9 – Igreja São João, ao lado da Igreja Sagrado Coração de Jesus (s/ data)

Fonte: Acervo Casa da Memória do Paraná

Além da Igreja, a escola foi um dos meios de preservação étnica dos poloneses. Assim como ocorreu em outros lugares do Paraná, em Ponta Grossa, os imigrantes sentiram necessidade de uma escola para seus filhos, que ensinasse na língua do grupo. Desta forma, surgiram escolas isoladas nas colônias, mantidas pela comunidade de estrangeiros; e escolas de caráter confessional, mantidas por congregações religiosas.

Em Ponta Grossa, os filhos dos imigrantes poloneses receberam a instrução primária por meio de duas congregações religiosas: a Congregação Servas do Espírito Santo e a Sagrada Família.

3.1 A CONGREGAÇÃO SERVAS DO ESPÍRITO SANTO E A OFERTA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PARA OS FILHOS DOS IMIGRANTES POLONESES

No período imperial,a ausência “[...] de escolas não acontecia somente na região dos Campos Gerais, já que o povo brasileiro vivia quase que no analfabetismo absoluto” (NASCIMENTO, 2008, p. 36). Após a emancipação de São Paulo, a Província do Paraná contava, em 1858, com 78 escolas públicas e 11 escolas particulares, que atenderam 227 alunos (PARANÁ, 1859). Dessa forma, como havia um número insuficiente de escolas mantidas pelo poder público para a

população brasileira, essa situação forçou os imigrantes a criarem e ofertarem a educação nas suas colônias. As escolas eram mantidas pelos imigrantes, pois a "[...] comunidade se reunia e criava condições materiais para que um membro [...] assumisse a função do ensino ou contratavam um professor" (RENK, 2009, p. 50).

No município de Ponta Grossa, de acordo com Wachowicz (2002), há registro de cinco escolas polonesas que funcionaram até ano de 1937[32].

Quadro 7 –Escolas polonesas em Ponta Grossa

Localidade	Professores
Ponta Grossa	Irmãs DomicelaGasieweska e Teresa Górecka
Ponta Grossa	Escola Velho Católica
Colônia Taquari	Ana Grzeszczyszynowicz
Boa Vista das Conchas	Fechada
Ponta Grossa	Regina Domaradzka

Fonte: Organizado pela autora conforme Gluchowski (2005).

Gluchowski (2005) também aponta um levantamento das escolas polonesas nos Campos Gerais, registrando as escolas da colônia Guaraúna[33] e Colônia Gertrudes. A escola da colônia Guaraúna foi fundada em 1903, registrando, até 1924, um total de 23 alunos, sendo treze do sexo masculino e dez do feminino, todos poloneses. A mensalidade era de cinco mil réis por aluno. Em 1924 encontrava-se inativa, pois, segundo Gluchowski (2005), havia sido fechada pelas autoridades paranaenses devido à diminuição de recursos subvencionados pelo estado do Paraná. Conforme exigência do governo estadual, uma escola particular somente poderia ser subvencionada desde que o professor atendesse, gratuitamente, vinte alunos pobres (PARANÁ, 1914).

As escolas particulares que ainda perseveravam na oferta do ensino primário eram divididas em religiosas e laicas. Os colégios religiosos dirigidos por frades atendiam somente meninos; já os colégios dirigidos por irmãs atendiam somente as meninas, diferentemente dos laicos, que atendiam ambos os sexos (PARANÁ, 1908).

[32]Não foram encontradas informações precisas sobre o período de funcionamento dessas escolas.
[33] Colônia pertencente ao município de Teixeira Soares.

O colégio religioso, em Ponta Grossa, era dirigido pelas Irmãs Servas do Espírito Santo, pertencentes a uma congregação de origem alemã, mas que mantinham aulas para crianças polonesas.

Figura 10e 11 –Prédio do Colégio Sant'Ana (s/d)

Fonte: Acervo Casa da Memória do Paraná

As religiosas da Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo, irmãs Regina, Dionísia e Suitberta chegaram à cidade em 20 de março de 1905, e iniciaram seus trabalhos na escola vinculada à Paróquia Santana. Foi a primeira escola confessional católica de Ponta Grossa. No início, a escola era denominada brasileira, mas, no decorrer dos anos, conforme registro das crônicas, reporta-se a constituição das escolas polonesa, alemã e paroquial (ou escola dos pobres). Portanto, as aulas foram divididas de acordo com o público atendido: para as crianças pobres, era a escola paroquial[34], que funcionava na sacristia da Igreja do Rosário[35]; para os filhos de poloneses e alemães[36], uma escola para cada respectiva etnia; e a escola Santa'Ana, de caráter particular, para os *brasileiros* que desejassem e pudessem pagar.

---

[34] Em 1942 há a suspensão do auxílio à escola por parte da Igreja, e com já reduzido número de alunos, a escola deixa de funcionar.

[35] Igreja do Rosário, construída possivelmente em 1852, em frente ao Largo do Rosário, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. A capela era mantida pela Irmandade do Rosário, e era muito frequentada por escravos (CHAVES, 2001).

[36] A escola alemã começou a funcionar em 1908.Nas crônicas são poucas as referências a ela, e seu fechamento foi devido à proibição do ensino em alemão, no ano de 1917. Nesse ano, é importante frisar que o Brasil participava da I Guerra Mundial, contra a Alemanha. Nas crônicas também se registram represálias às Irmãs, por parte de algumas pessoas de Ponta Grossa, em virtude de sua origem germânica.

Nas crônicas observa-se claramente a distinção entre os grupos, como ficou registrado no ano de 1908, com a realização das avaliações *"Também na Escola dos poloneses e na Escola dos pobres realizaram-se os exames com êxito" (CRÔNICAS, 1908, p. 20).* No decorrer dos registros das crônicas, frisa-se a instituição destinada ao atendimento das crianças que não tinham recursos para manter-se, como a escola dos pobres[37]: a classe que não dispunha de meios para pagar mensalidades. A escola Paroquial foi fundada em 1908, com o nome de Escola do Sagrado Coração de Jesus e,no início, as aulas eram realizadas na sacristia da Igreja do Rosário. A partir de 1938 houve uma diminuição do número de alunos, em virtude da exigência do uso do uniforme escolar, sendo que a maioria não tinha condições de comprar; e também porque muitos alunos frequentavam a escola pela oferta do ensino religioso, e como as escolas públicas também ofertavam essa disciplina, muitos saíram da escola paroquial.

As atividades da escola polonesa iniciaram-se em 1907; segundo consta nas crônicas, os poloneses tiveram certa dificuldade em aceitar religiosas de etnia alemã ensinando crianças polonesas porque, neste período, a Polônia estava sendo subjugada pela Alemanha.

> *A escola polonesa, depois de muitas dificuldades, chega finalmente a se concretizar. Os poloneses, no início, não queriam aceitar irmãs polonesas falando a língua alemã. Em todo caso, ao final, foi possível formar uma classe com tais alunos. Antes não esperávamos que os poloneses levantassem tais dificuldades. O homem propõe e Deus dispõe. Se for da santa vontade de Deus, isto se realizará, não devemos perder a coragem. Nossa confiança em Deus não será diminuída pelas dificuldades e sofrimentos* (CRÔNICAS, 1907, p. 13).

As aulas eram ministradas, em polonês, pela Ir. Geraldina e, no ano de 1908, registrou cerca de 55 alunos, número que levou as religiosas a pensarem na possibilidade de adquirirem outro espaço para as aulas, já que, até então, pelo reduzido número de alunos, as aulas ocorriam no mesmo prédio do Colégio Sant'Ana, com atividades diferenciadas para as crianças polonesas.

> *Desde o dia 15 de janeiro até o dia 15 de junho esta classe funcionou em uma de nossas salas de aula, mas como a mesma já não os comportava mais e nos fazia falta para o colégio, devia-se pensar em alugar um local para abrigar esta escola* (CRÔNICAS, 1908, p. 15).

---

[37] "Escola dos pobres" é o termo utilizado nas crônicas, reproduzido neste trabalho, não devendo ser interpretado como juízo de valor atribuído pela autora.

Assim, o padre Tibetzke, da paróquia frequentada pela comunidade polonesa onde hoje é a Igreja Sagrado Coração de Jesus, procurou e alugou uma casa nas proximidades do Colégio Santana para abrigar a escola polonesa. Segundo as crônicas, a casa não era muito confortável; entretanto, seria um espaço para as aulas das crianças polonesas. Nessa época a escola polonesa recebeu o nome de Escola São José, pois as irmãs haviam feito novenas em honra a este santo católico para encontrar um local para a escola, e a procura durou cerca de seis meses. A irmã Gerhardina, além de dar continuidade à proposta de romanização da Igreja Católica, fundou a Pia União de Filhas de Maria para que as meninas frequentassem em período contrário a aulas (CAPRI, 2003).

Figura 12- Irmã Geraldina e as Filhas de Maria, grupo católico (s/ data)

Fonte: Casa da Memória do Paraná.

As Irmãs ainda mantinham a escola alemã que, em 1908, contava com 15 alunos. Registrou-se, nesse ano, a expectativa de que a escola aumentasse em número de alunos, pois ainda era pouco conhecida. Há de se destacar que, em Ponta Grossa, a comunidade alemã não era tão expressiva numericamente quanto a polonesa.

Já em 1909, a escola polonesa passou a contar com mais uma professora religiosa, a Irmã Maxicencia, que atendeu 60 alunos. No ano seguinte, em 1910, a

religiosa passou a trabalhar na escola paroquial, pois o número de alunos poloneses diminuiu e isso não justificava o trabalho de duas religiosas.

No ano de 1913 as aulas iniciaram-se em 15 de janeiro. Era grande o número de alunos na escola polonesa, tanto que foi necessário o aumento da escola com a construção de uma nova sala de aula. A escola foi dividida em classes e uma nova professora, que não era religiosa, passou a lecionar na escola,

> *Não havendo mais uma Irmã polonesa, uma boa e talentosa mocinha polonesa chamada Stanislava Lakarevitz, ocupou-se das aulas nesta escola [...]. Logo no primeiro dia de aula, chegaram muitas alunas e principalmente as polonesas as quais se apresentavam em tão grande número que nem a maior sala as poderia abrigá-las, pois já representavam 80 a 90 alunas*(CRÔNICAS, 1913, p. 31).

A escola polonesa, mantida pelas irmãs, teve grande expressão na sociedade ponta-grossense, isto se demonstra pelo espaço destinado para comemoração e celebração de eventos festivos, no qual a comunidade era convidada a participar. As comemorações deram visibilidade aos trabalhos das religiosas, pois não ficaram circunscritas"[...] apenas à escola ou à igreja, locais onde ocorriam o ensino e as cerimônias, mas foi levada às ruas e às festas familiares, por meio das procissões e comemorações após a Primeira Comunhão" (CAPRI, 2003, pp. 115-6).

Pelo caráter confessional desta instituição escolar, era ministrado o ensino de religião aos alunos, conforme atendimento diferenciado pelos religiosos aos grupos étnicos. Um padre ministrou aulas de religião às crianças brasileiras, enquanto uma religiosa ficou responsável pelo ensino das crianças de famílias estrangeiras:

> *Às crianças brasileiras um dos Padres ministrou o ensino da religião, enquanto a Ir. Maximiliana exerceu esta mesma função às crianças polonesas e alemãs. No domingo branco [38]as crianças polonesas fizeram sua primeira comunhão [...]*(CRÔNICAS, 1913, p. 34).

As escolas eram frequentemente inspecionadas pelos inspetores escolares[39] designados pelo governo, que tinham como papel acompanhar e fiscalizar as escolas no cumprimento da legislação e ordens do governo estadual (PARANÁ, 1915). Os alunos que frequentaram as escolas confessionais sempre se

---

[38]Refere-se às solenidades religiosas da Primeira Comunhão do rito Católico.

[39] Sobre a atuação dos inspetores escolares consultar a dissertação de MARTINIAK (2003).

destacaram, obtendo bom êxito nos resultados dos exames. Entretanto, em 1917, no exame realizado em 21 de junho, nas três escolas que foram visitadas pelo inspetor escolar, os resultados não foram satisfatórios. Para o inspetor escolar, as escolas estrangeiras não ensinavam o português de forma suficiente. As religiosas justificaram que o resultado do baixo desempenho foi em virtude da visita ser inesperada, e que os exames de Português, História do Brasil e Aritmética eram extremamente rigorosos.

Depois do resultado dos exames, as Irmãs foram orientadas a fechar as escolas:

> *Dois dias depois, recebemos uma declaração vinda por ordem do Inspetor a qual abri com o coração aos pulos e cujo conteúdo era ainda pior do que poderíamos esperar, pois o mesmo dizia que nossa Escola não ensinava suficientemente o português e por isso, éramos obrigadas a fechar as Escolas, conforme a lei* (CRÔNICAS, 1907- s/p.).

As religiosas procuraram o auxílio de um senhor influente na cidade, Vicente de Castro, para que intercedesse com o inspetor escolar e revertesse a ordem de fechamento das escolas. Mesmo com a influência de Vicente de Castro, conseguiram com que a Escola Santana, que atendia os alunos em caráter particular, não fosse fechada; porém, as escolas alemã e polonesa tiverem que cessar suas atividades. *"Como desejávamos levar ao término os alunos destas duas escolas, pois faltava só um mês para o encerramento do ano, resolvemos então dar aí o ensino em português"* (CRÔNICAS, 1917, p. 1). Evidencia-se, nesta situação, que as escolas (polonesa e alemã) ensinavam em língua estrangeira para os filhos de imigrantes, já que passaram a ensinar em português para poderem concluir o ano letivo. Anos mais tarde, em 1927, as Irmãs contrataram uma professora brasileira para o ensino do português, como forma de atender às exigências do governo.

O Código de Ensino de 1915 determinou que as escolas particulares, principalmente as estrangeiras, deveriam ensinar a Língua Portuguesa e, caso isso não ocorresse, ficariam impedidas de receber qualquer tipo de auxílio do governo estadual. Esta medida reforçou o processo de nacionalização iniciado no país e procurou consolidar os ideais nacionalistas propagados pelo governo, como amor e respeito à Pátria. Isso se legitimou por meio de instrumentos legais e ações de fiscalização dos inspetores escolares, principalmente às escolas estrangeiras, que passaram a adotar o bilinguismo e, assim, garantir a "[...] *completa nacionalização do ensino"* [...] (PARANÁ, 1917, p. 10).

Tradicionalmente eram feitas comemorações de encerramento do ano, mas, em 1917 não o fizeram, em virtude do fechamento das escolas. No ano de 1918 não há registro de atividades da escola polonesa e, consultando as fontes primárias, afirma-se que a escola alemã não funcionou. Só há retorno da escola polonesa em 1919. Nesse ano, portanto, funcionaram as escolas polonesa, paroquial e o colégio Sant'Ana, como ficou confirmado na realização dos exames que *"[...] se realizaram nas seguintes datas: dia 20 na Escola Poloneza, dia 24 na Escola Paroquial, dia 25 e 26 no colégio. As crianças fizeram seus exames de modo a satisfazer a todos"* (CRÔNICAS, 1919, p. 7).

A comunidade polonesa sempre esteve muito ligada à religião, em particular ao catolicismo. Mas há a presença, em Ponta Grossa, de outra religião vinda da Europa, de pessoas que se identificavam como Velhos Católicos que, inclusive, abriram sua própria escola, atraindo alunos poloneses das escolas das irmãs:

> *O mês de maio, trouxe uma pequena provação para a Ir. Geraldina. Poloneses incrédulos e maus abriram uma escola e trabalharam contra as escola católicas. Para suprimir esta escola perversa, os católicos poloneses abriram também uma escola. Muitos alunos da Escola Polonesa da Ir. Geraldina passaram para as novas escolas. Algumas alunas porém ficaram fiéis à sua antiga professora e estas poucas foram para a Escola Paroquial* (CRÔNICAS, 1920, p. 9).

A escola polonesa acabou por reduzir o número de alunos. Assim, as crianças polonesas que ainda permaneceram na escola foram transferidas para a escola paroquial. Ao mesmo tempo, a Irmã Geraldina foi trabalhar junto à Congregação da Argentina. Mantiveram-se até 1922 as atividades na Escola Paroquial, com atendimento aos alunos que não podiam pagar, e no Colégio particular.

Com o retorno da Irmã Geraldina em dezembro de 1922, a escola polonesa foi reativada em 1923.

> *O início do ano foi promissor, porque vieram muitas alunas para a Escola Paroquial e para o Colégio. Tanto para a Escola como para o Colégio, logo no primeiro dia vieram 100 crianças. Só a Escola Polonesa estava pouco freqüentada, mas dia a dia aumentava o número de alunos* (CRÔNICAS, 1923, p. 22).

A escola estava intimamente ligada às questões da religião católica, não somente por ser dirigida por religiosas, mas eram ativas no envolvimento com os ritos da igreja: *"Dia 19 de junho os poloneses fizeram sua procissão do Corpo de*

Deus e a igreja matriz a fez no dia 27 de junho"; "Dia 27 de abril, foi o dia da Primeira Comunhão na igreja dos poloneses" (CRÔNICAS, 1924, p. 25).

A escola polonesa dirigida pelas Irmãs Servas do Espírito Santo teve seu encerramento no ano de 1933 quando, por determinação do bispo da Diocese de Ponta Grossa, o ensino para os filhos de poloneses que desejassem deveria ser feito por irmãs polonesas. Para o religioso, a criação de uma escola para os poloneses, dirigida por freiras polonesas, justificava-se porque grande parte da população da diocese era desta etnia, portanto, "[...] não poderia ficar abandonada pelos representantes da Igreja Católica, correndo o risco de perder-se dos valores e padrões morais estabelecidos pela instituição" (CAPRI, 2003).

Em relação à mudança da educação religiosa de congregação, ficou registrado:

> *Dia 1º de fevereiro começamos o ano escolar com 100 alunos no primeiro dia. Também na Escola Paroquial, apareceu uma multidão de alunos, porém a Escola Polonesa não se abriu mais, porque as Irmãs da Sagrada Família eram polonesas e quiseram fundar uma escola aqui. Alguns padres forçaram, mais ou menos, a vinda das Irmãs polonesas para cá, porque achavam que as mencionadas Irmãs tinham mais liberdade do que nós e estariam em melhores condições de entender a situação dos poloneses. Isto não nos causa tanto dissabor, se considerarmos que o principal, entre nós, é estarmos, pelas circunstâncias em poder preencher nossos deveres comunitários de acordo com as nossas constituições, assim como reza a santa regra. Assim, a nossa Ir. Gerardina que há 22 anos sempre ia para a Colônia Polonesa, ficará mais libertada e poderá permanecer mais tranquilamente ao lado de suas co-irmãs*(CRÔNICAS, 1933, pp. 44-45).

A Congregação Família aceitou o convite de D. Antonio Mazzarotto, criando uma instituição voltada para o atendimento das crianças polonesas em um contexto histórico marcado por embates religiosos e políticos.

3.2 OS EMBATES RELIGIOSOS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO DOS POLONESES

No final do século XIX, a Igreja Católica no Paraná foi marcada por traços do período imperial, por se constituir por um conjunto de pequenas paróquias, sem ação social, conservando velhas tradições e burocraticamente desorganizada (BALHANA, 1980).

Ao romper com a Igreja Católica, o Estado criou um novo campo de relações com as diferentes confissões religiosas. Durante quase quatrocentos anos, a Igreja

estava sob a condição de instituição oficial do Estado. Os republicanos que, no final do século XIX, exaltavam a necessidade do progresso e da modernidade, reforçavam a figura de um “[...] clero enganador, do maquiavelismo jesuítico e romano, considerados por manter a consciência da massa no atraso e na ignorância” (AQUINO, 2012, p. 146), a igreja era uma representante do passado, devendo perder sua universalidade, dando espaço à ciência (AQUINO, 2012).

A inspiração para as mudanças na Igreja do Brasil veio por meio de um documento do Vaticano, do ano de 1890, o qual propôs os pontos centrais para as ações da igreja do país: unidade entre os bispos; reformas do clero, congregações e ordens no Brasil; controle das irmandades e confrarias; introdução de devoções europeias; intensificação da catequese; busca de novas formas de arrecadação. No que se refere às Congregações estrangeiras, a imigração europeia contribui com a entrada de religiosos para atuaram junto às colônias, nas paróquias, hospitais e escolas (AQUINO, 2012).

Para o país, foi salutar a atuação dos religiosos, principalmente na área assistencial e educacional. Com a criação de hospitais, asilos, creches e escolas, diminuiu a responsabilidade do Estado com a manutenção e criação destas instituições. Como é de conhecimento, o país ainda era carente no atendimento educacional, faltavam prédios escolares, materiais, professores e condições de acesso e permanência dos alunos. Isto, de certa forma, foi amenizado com a criação de diversas instituições, tanto assistenciais como educacionais, pelas congregações religiosas.

Com a separação da Igreja e estado, a primeira tentou expandir-se, sendo um dos meios a criação de dioceses e a introdução de novas ordens e congregações, criação de seminários e colégios confessionais. A Igreja passou a criar ao menos uma diocese em cada estado brasileiro, dispondo, assim, de um sistema de governo interno, organizado e com concentração de recursos financeiros.

A proclamação da república foi acompanha pela liberalização e consequente expansão das congregações no Brasil. Logo após a proclamação, o primeiro documento que estabeleceu a separação entre Estado e Igreja foi o decreto 119-A de 1890, que garantiu a liberdade de culto e o direito de manutenção das propriedades eclesiásticas, que era um dos temores de perda por parte da Igreja, já que, em diversos países em que a república havia sido proclamada, houve confiscos de bens. Além disso, o governo responsabilizou-se pelo prazo de um ano pelo

pagamento de gastos eclesiais, sendo que essas ações marcaram o processo de mudanças nas relações entre Igreja e Estado. Para a Igreja, a separação foi um grande desafio, pois esteve, durante quatrocentos anos, atrelada ao Estado, e recebeu uma liberdade antes não imaginada (AQUINO, 2011). Nesse mesmo contexto havia sido recém-criado, na diocese de Ponta Grossa, um projeto de expansão e renovação da Igreja no Brasil, o chamado projeto de romanização[40], que teve início com a separação entre a Igreja e o Estado, logo após a proclamação da República.

A separação entre Igreja e Estado representou uma grande mudança, pois desde o tempo colonial, a Igreja Católica esteve atrelada ao Estado, recebendo, a partir de então, uma liberdade antes não imaginada, inclusive o ensino passou a ser laico na constituição republicana de 1891.

No Brasil, a romanização caracterizou-se pela maior integração entre a Igreja Católica com a Igreja Católica de Roma; nas dioceses, a centralização focou-se na figura dos bispos. Foi um momento de expansão das dioceses, o que demandou a criação de uma rede de templos, colégios, conventos, santuários que ampliassem o espaço religioso. Até a proclamação da república, a criação desses espaços dependia do Estado, que pouco fazia devido a questões econômicas. Entre os anos de 1890 e 1910, as capitais dos estados e cidades importantes do interior foram transformadas em sedes diocesanas e arquidioceses (AQUINO, 2011).

Pela Bula Pontifícia Ad Uniiversas Orbi Ecclesias, de Leão XIII, foi criada, entre outras dioceses, a de Curitiba, em 27 de abril de 1892, desmembrando a região do Paraná do bispado de São Paulo. A diocese abrangia territórios do Paraná e Santa Catarina. No Paraná havia 39 paróquias, das quais 11 estavam sem provimento de sacerdotes. Eram 47 sacerdotes, 15 eram poloneses, 15 italianos, 7 brasileiros, 5 franceses, 3 alemães e 2 portugueses. Em 10 de maio de 1926 foi criada a Diocese de Ponta Grossa, mediante a Bula Quum In Dies Numerus, do Papa Pio XI, às quais pertenciam dozes paróquias, abrangendo os municípios de

---

[40]"A sacralização da figura do Papa e da organização eclesiástica contribuiu e foi alimentada pela expansão do domínio administrativo e simbólico do papado, a partir de uma maior intervenção da Santa Sé no episcopado de diferentes países, em um contexto de perdas territoriais e políticas da Igreja na Europa de fins do século XIX. Esse movimento de centralização da Igreja Católica na Santa, verdadeira reorganização ante a modernidade identificada como ateísmo na visão celestial, foi denominado, já no século XIX, como mostra Wernet (1987, p. 180), pelo termo 'romanização'[...]" (AQUINO, 2011, p. 219).

Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmas, Prudentópolis, Rio Claro, Tibagi e União da Vitória (DIOCESE, 1976).

O Brasil, sendo um Estado laico, permitia a liberdade de culto. Em consequência, a Igreja Católica passou a ter, como preocupação, tomar medidas para não perder o domínio do campo religioso. Em Ponta Grossa, D. Antonio Mazzarotto, atendendo aos interesses da Igreja naquele momento, tinha também, como função, a transmissão e inculcação da doutrina católica, que se deu por manuais, viagens e cartas pastorais (ZULIAN, 2013).

Dom Antonio Mazzarotto[41] sempre realizava visitas às paróquias, e também foi autor de trinta e seis cartas pastorais[42], publicadas todos os anos no dia 23 de fevereiro, data da sua consagração episcopal. Ele convidou congregações religiosas para o atendimento de paróquias e colégios, criou novas paróquias e fundou o Seminário São José (ZULIAN, 2004).

Na década de 1930 havia, em Ponta Grossa, um sacerdote polonês, Padre Bartnicki da Igreja Antigo Católica[43], que tinha algumas diferenças com a Igreja Católica Romana, e trouxe preocupações para a diocese. As Igrejas Antigas Católicas eram igrejas livres que derivaram da Igreja Católica, surgiram na Europa e Estados Unidos a partir de 1870, quando passaram a questionar a infalibilidade papal do Concilio Vaticano I. Essas igrejas eram católicas, mas não estavam ligadas a Roma; acreditavam, ainda, em Jesus Cristo, tinham bispos, padres e sacramentos, exceto o da confissão (ZULIAN, 2013).

Os Antigos Católicos tinham uma postura diferente em relação ao papa do catolicismo,

> [...] isto é, enquanto o papa se autorreconhecia como o legitimo representante dessa igreja e os seus instituídos seriam os únicos a enquadrarem-se nessa categoria, os católicos velhos não admitiam a existência de uma única cabeça visível da igreja, constituindo dessa forma a base teórica para formação e justificativa da existência das igrejas nacionais. Os bispos eram eleitos por todos os eclesiásticos e por representantes laicos do respectivo episcopado (ZULIAN, 2013, p. 150).

---

[41] O bispo nasceu em Santa Felicidade (PR) em 1890. Em 1905 entrou para o seminário, sendo ordenado sacerdote em 1914. Atuou como docente no Seminário Episcopal e lente catedrático de latim no Ginásio Paranaense. Dom Antonio faleceu em 15 de julho de 1980 (ZULIAN, 2009).

[42] D. Antônio Mazzaroto utilizou as Cartas Pastorais como meio para divulgar o discurso pelo qual pretendia impor a definição do mundo social conforme os interesses da Igreja (CAPRI, 2003).

[43] Também chamada de Velho Católica.

A relação entre a Igreja Velho Católica e a educação dos poloneses está na manutenção de uma instituição escolar[44] que passou a atrair alunos poloneses, inclusive os que frequentavam a escola das Irmãs Servas do Espírito Santo.

D. Antônio Mazzarotto, como tentativa de manter cada vez mais fiéis junto à Igreja Católica, convidou as Irmãs da Sagrada Família, que eram polonesas, para assumirem a educação dos filhos de imigrantes poloneses e, assim, fazer com que os alunos permanecessem na fé católica romana.

Nos anos de 1932 e 1933, há registro no jornal Diário dos Campos de um embate entre a Igreja Católica e parte da comunidade polonesa pertencente à Igreja Antigo Católica[45].

Entretanto, com a Igreja Antigo Católica[46] ganhando espaço, até mesmo no jornal da cidade, logo despertou preocupação das autoridades religiosas católicas, e D. AntonioMazzarotto publicou, no jornal, uma matéria alertando os poloneses a respeito da mesma.

> *Para o cumprimento do nosso munus pastoral exige a nossa consciencia de bispo vos advirtamos, irmãos e filhos carissimos, que está nesta sede episcopal um Senhor polonez que anda de batina e que, dizendo-se sacerdote não é sacerdote catholico e sim scismatico e heretico, o qual pretende como se affirma fundar uma nova igreja nacional polaca, como se a Igreja de Jesus Christo não devesse ser, como sempre foi, de todos os povos, que todos os povos veio salvar Nosso Divino Redemptor.*
> *Que todos os nossos queridos filhos fiquem de sobreaviso, para que não se deixem enganar por lobos vestidos com pelles de ovelha [...]* (DIARIO DOS CAMPOS, 05/07/1932).

O bispo alertou os poloneses de que a Igreja Antigo Católica não tinha relação com a Igreja Católica de Roma, e que a Polônia daquela época mantinha relações com a Santa Sé Romana. Desta forma, se aderissem aos ensinamentos do padre Bartinick poderia ocorrer *"[...]de se tornar um traidor da patria de seus gloriosos antepassados e um apostata da verdadeira Religião, pelo que incorrerá na gravissima pela de excomunhão"* (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05/07/1932).

O padre Bartinick recorreu ao jornal e expôs uma nota em resposta às palavras do bispo no texto "Precavenham-se os Christãos: *Somos obrigados a*

---

[44] Não foram encontrados registros específicos a respeito da escola dos Velhos Católicos, somente referências nas Crônicas das Irmãs Servas do Espírito Santo.

[45] A Igreja Antigo Católica foi fundada em Ponta Grossa em 1931, no jornal há registro de convite para as comemorações de um ano da igreja: *"Domingo, 18 do corrente, realiza-se uma grande festa em comemoração do primeiro anniversario de fundação da Igreja Antigo Catholica"* (Jornal Diário dos Campos, 16/06/1933).

chamar attenção do Bispo de Ponta Grossa, e também proporcionar-lhe alguns ensinamentos porque evidencia-se que s. revma não tem completa noção de Historia (Diario dos Campos 09/07/1932). Padre Bartinik esclareceu que a Igreja Antigo Católica surgiu 500 anos depois de Cristo e era reconhecida em diversos países da Europa, não se tratava de uma seita, nem uma igreja herética, e sim "[...] *a poderosa Igreja Antigo Catholica official, e o padre Teophilo Bartnicki é seu representante oficial no Brasil"*(DIÁRIO DOS CAMPOS, 09/07/1932).

Além de questões relativas à religião, no ano de 1932 também havia um embate em relação à posse do templo católico frequentado pelos poloneses. Segundo a reportagem do jornal (14/07/1932) havia, na cidade, o templo São João, frequentado por poloneses; esse seria substituído por uma nova construção na Praça Barão de Guaraúna, feita com recursos financeiros da comunidade local polonesa. Havia a difusão da ideia de que o padre da Igreja Antigo Católica queria assumir a direção da comunidade polonesa:

> *Mas, eis que surge um padre polaco scismatico, que estando portando em dissidio com a maxima autoridade da Igreja, o Exmo. Bispo diocesano D. AntonioMazzarotto, pretende assumir a direção espiritual da coloniapoloneza, preterindo o Rev. Padre Robert, legítimo representante do catholicismoapostolico romano junto á coloniapoloneza!*
> *O falso padre scismatico, propõe a alguns polonezas não catholicos, expelirem o legitimo padre catholico, que é o cura da dita Igreja para pôrem a elle em seu logar, mediante um ordenado de rs. 300$000, dispensando assim as esportulas que o padre catholico recebe por occasião dos baptisados e casamentos.*
> *Informa-nos a commissão que representa a coloniapolonezacatholica, ella reagirá energicamente, contra a usurpação do que lhe pertence ha mais que trinta annos e se fôrnecessario irá a juizo defender seus direitos. De facto, ou os catholicospolonezesobedecem o chefe da Igreja que é o Santo Padre o Papa, ou deixam de ser catholicos, para se tornarem hereticos e scismaticos (DIARIO DOS CAMPOS, 14/07/1932).*

Já na edição do dia 15 de julho de 1932, um dos membros da colônia polonesa expôs, em uma nota ao jornal, que não era desejo de todos os membros que o padre do templo São João fosse substituído, mas que o templo pertencesse à comunidade polonesa e não ao bispado. Ficou claro que havia divergências em relação à posse do templo.

Para resolver a questão, foi organizado um comitê representativo da colônia polonesa, do qual fizeram parte os presidentes de todas as associações polonesas da cidade (DIARIO DOS CAMPOS, 19/07/1932).

Contudo, surgiram críticas em relação ao comitê, feitas por um membro da comunidade polonesa:

> E quaes e quantos são os presidentes?... De quantos Clubs?... Duas Senhoras de "Panderevski" da estimada colonia não fazem tambem uma sociedade poloneza da cidade??? ... É bello, é nobre, é interessante!
> E quantas sociedades surgiram na ultima hora "do dia 25 do p.p.", para brindar o Rvdo. Padre da Igreja de S. João com um prato de chicoriaassucarada ?! (DIARIO DOS CAMPOS, 21/07/1932).

No ano 1932, o cônsul da Polônia e o conselheiro da imigração polonesa visitaram a cidade a fim de resolver questões referentes à colônia.

Em setembro do mesmo ano foi transcrita, no Jornal Diário dos Campos, uma nota publicada pela embaixada polonesa no Rio de Janeiro, referente ao Padre Bartinick, segundo a qual o referido padre chegou ao Brasil e apresentou-se à embaixada, e foi-lhe aconselhado que fosse para a Argentina, onde existiam colônias de imigrantes adeptos da Igreja Antigo Católica. *"Alem disso a Embaixada lhe deu a entender que poderia ser expulso pelas autoridades brasileiras, se começasse a sua propaganda anticatholica entre os polonezes que jà vivem divididos num anbiente cheio de fermentação"* (DIARIO DOS CAMPOS, 13/09/1932).

No ano de 1933, a Igreja Antigo Católica preparava-se para as comemorações de um ano de fundação, foram programadas celebrações religiosas, tanto e em português como em polonês, almoço festivo e uma conferência com o tema *Necessidade da liberdade espiritual*. O convite foi feito no Jornal Diário dos Campos, pelo padre TeopiloBartinick.

Mas a comemoração não chegou a acontecer devido a um incêndio que, no dia 06 de janeiro de 1934, acabou por destruir a Igreja Antigo Católica[47].

> *Um intervallo de poucos dias, e eis que volta a enrubescer o ceuprincezino. Seriam duas horas da madrugada de hoje, quando, logo após um estampido de regular proporção, ouvido por muitas pessoas que ainda se encontravam acordadas, um grande clarão é notado para os lados de Nova Rússia. Dirigimo-nos Immediatamente para o ponto de onde partia o fulgor de fogo e ali chegados vimos, que era uma igreja sita a avenida Dr. Francisco Burzio, construida não havia muito tempo, à qual o seus adeptos dão o nome de "Igreja Antigo Catholica", que estava preza das chammas* (DIARIO DOS CAMPOS, 06/01/1934).

No jornal seguiram notícias a respeito das causas do incêndio, se seria ou não criminoso.Foi, inclusive, aberto inquérito, mas as investigações não foram

[47]Durante a pesquisa não foram encontradas imagens referentes à Igreja.A única informação foi encontrada no Jornal Diário dos Campos, com relação à localização da mesma, na Rua Francisco Búrzio, sendo uma construção em madeira.

concluídas. Seguiram-se duas notas, no ano de 1934, em repúdio à presença do padre Bartinick na cidade. Destaca-se,em uma delas que,

> *Entretanto, no nosso meio, em Ponta Grossa vive disfarçado sob as vestes de sacerdote catolico, tido como innocente, um ilustre estrangeiro que, depois de haver sido repelido de Curityba pelo sensato povo polonês, depois de haver corrido Leca e Meca, veiu instalar-se em má hora em Ponta Grossa e para que? Para implantar a má semente na laboriosa e pacifica coloniapoloneza. Vai mais alem a ousadia do ilustre cruzado: ameaça invadir as igrejas catolicas do interior* (DIARIO DOS CAMPOS, 19/01/1934).

Depois do incêndio, há registro de passagens do Padre Teophilo Bartinick pelos municípios de Irati e Entre Rios, no Paraná (ALMEIDA; ZULIAN, 2014).

A partir do ano de 1933, a educação mantida por religiosas ficou a cargo das Irmãs Polonesas da Sagrada Família. Não há registros de transferências de alunos da antiga escola para a nova, mas, oficialmente, a *missão* de educar os filhos de imigrantes poloneses mudou de congregação por determinação do bispo da época.

Foram enviadas à Ponta Grossa três religiosas: Irmã Janina Knaut para a função de Madre Superiora, Irmã Melania Gwizdala e Irmã Boleslawa Gazdzicka (CAPRI, 2003).

A constituição da Escola Sagrada Família teve sua gênese marcada por embates religiosos entre dois grupos: o grupo de fieis, que formava a Igreja dos Antigos Católicos; e o grupo da Igreja Católica. Outro fator que desencadeou a vinda das congregações religiosas foi em um momento em que a Igreja Católica vivenciava a Romanização, sendo uma das ações do movimento o incentivo à vinda de congregações para realizarem diversos trabalhos na área educacional e social, como orfanatos e asilos.

As aulas iniciaram no mês de fevereiro de 1933, com doze alunos, em uma residência alugada, com duas salas de aula. Tiveram muitas dificuldades financeiras, e os alunos que não podiam contribuir em dinheiro, realizavam pequenos serviços na escola. Com o aumento no número de alunos, adquiriu-se um novo imóvel em 1934. Até o ano de 1937 havia o ensino em polonês, mas, com a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas, todas as aulas passaram a ser em português (CAPRI, 2003).

A vinda das irmãs e a mudança do domínio do ensino para os filhos dos poloneses para a congregação polonesa estão intimamente relacionadas às questões religiosas da década de 1930 em Ponta Grossa, pois a Igreja dos

chamados *Antigos Católicos* conseguiu atrair os poloneses que seguiam o catolicismo romano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados ao longo da pesquisa, foi possível responder as questões propostas inicialmente, mas surgiram muitas indagações a respeito da história da educação para os imigrantes europeus, que poderão gerar novas pesquisas. Também é importante destacar que o estudo poderá ser complementando, já que o conhecimento nunca se esgota, sempre é possível investigar mais sobre um mesmo objeto, porém com novos olhares. No decorrer da realização desta pesquisa foram encontradas dificuldades em relação às fontes: por ser tratarem de documentos históricos, não foi possível acesso a todos como se previu, já que muitos foram extraviados; outros, ainda, apesar de ter conhecimento da existência, não foi possível encontrá-los.

Entretanto, mesmo com as dificuldades, foi possível alcançar os objetivos propostos. Ao se retomar o contexto da imigração europeia no Brasil, notou-se que a mesma foi incentivada pelo governo brasileiro em um período de muitas mudanças sociais e econômicas. A partir de 1808, com a vinda da Corte portuguesa, as relações comerciais do Brasil mudaram, pois o país abriu-se para o comércio com o restante do mundo, desfazendo o antigo pacto colonial.

Na sequência, outra mudança de extrema importância, relacionada com a imigração foi em relação à posse das terras, que passaram a ser do Estado, sendo possível vendê-las e negociá-las. Não mais eram dadas a quem quisesse tomar posse, como ocorreu com as sesmarias, em que grandes extensões de terras eram a dadas a *pessoas de bem*. Assim, o Estado podia organizar colônias, dividindo lotes e vendendo ou doando aos colonos estrangeiros. Com a propaganda feita na Europa, de que havia terras disponíveis no país, despertou o interesse para que muitas pessoas deixassem o local onde moravam para migrarem ao Brasil e, assim, realizar o sonho de se tornarem proprietários de terras.

Mas é importante frisar que a propaganda não retratou a verdadeira realidade do país, pois muitos colonos foram instalados em terras não tão boas para a prática da agricultura, muitas vezes afastadas dos grandes centros, recobertas de mata e com muitas dificuldades em relação ao transporte, já que havia escassez de estradas. As primeiras levas de imigrantes chegaram ao país com um grande incentivo financeiro, mas, no decorrer dos anos, o governo foi cortando os gastos com a subvenção. Assim, no início do século XX, a imigração já ocorria de forma

espontânea, ou seja, os colonos eram responsáveis pelas despesas e instalação no país, e o número de imigrantes que entrou no Paraná, por exemplo, foi bem mais reduzido, se comparado com as décadas finais do século XIX.

O incentivo à imigração estrangeira relaciona-se, também, à questão da substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada. Foi a partir de 1850 que iniciou o processo de abolição do escravismo. Até então, a mão-de-obra das lavouras e de todos os serviços era realizada por escravos, sendo abolido este tipo de trabalho somente em 1888. Neste período cresceram as lavouras de café, e os escravos libertos não eram empregados assalariados. Para os governantes e cafeicultores, era necessária a vinda de mão-de-obra de outros países, que trouxeram novas técnicas e instrumentos para a agricultura. A vinda dos imigrantes também está relacionada com o ideal de branquear a população brasileira, aproximando-a cada vez mais dos modelos europeus, por isso o incentivo à vinda de estrangeiros.

No Paraná, contexto mais próximo do objeto de estudo desta pesquisa, a imigração teve como principal objetivo a ocupação do território, pois era despovoado e havia muitos espaços vazios. O mesmo ocorreu com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já nos estados da região Sudeste, a grande leva de imigrantes era, na maioria, para servir à lavoura cafeeira, em plena expansão. Portanto, na região sul foram criadas as colônias agrícolas que reuniram pessoas da mesma etnia, que trabalhavam para abastecer de produtos os centros urbanos próximos.

Nas colônias, os imigrantes procuravam manter a identidade étnica do grupo, que se dava por meio das atividades religiosas, festividades e também com a manutenção de escolas, que eram mantidas pelos colonos; apenas algumas receberam ajuda financeira do governo para o pagamento do professor. As escolas funcionavam de forma precária e nelas lecionava o colono mais instruído.

As escolas das cidades tinham melhores condições e, muitas vezes, o professor era do país de origem do grupo. Com a vinda de congregações religiosas com o propósito de romanização e propagação da fé católica, a educação para os imigrantes passou a ser atendida por freiras e padres.

Em Ponta Grossa, sobre as escolas de imigrantes poloneses, sabe-se de sua existência e funcionamento. Entretanto, não foi possível encontrar detalhes a respeito dos alunos, da estrutura física, dos professores brasileiros que atuaram no

espaço da escola, pois aquelas criadas para atender esta etnia não tiveram continuidade no funcionamento, mesmo no interior das colônias.

A Escola Sagrada Família foi criada para atender a comunidade polonesa local, em um momento em que havia embates religiosos na década de 1930, entre a Igreja Católica e a Igreja Velho Católica. As religiosas da Congregação Sagrada Família assumiram a educação dos filhos de imigrantes somente a partir de 1933, pois antes, o ensino era ministrado pelas Irmãs Servas do Espírito Santo, do Colégio Sant'Ana. Essas irmãs mantiveram uma escola polonesa, uma alemã, uma particular e uma escola paroquial para os alunos cuja família não podia pagar.

Em meio à existência de um padre de outra vertente religiosa que poderia, na época, atrair os poloneses, juntamente com o processo de romanização da Igreja Católica, o Bispo Dom Antonio Mazarotto confiou a uma nova congregação, de origem polonesa, o domínio do ensino para os filhos de imigrantes: assim foi criada a Escola Sagrada Família.

Muito mais do que a questão étnica, pois antes o ensino para poloneses era feito pelas irmãs alemãs, a institucionalização da escola está fortemente ligada às questões religiosas. Neste sentido, a vinda de uma nova congregação religiosa para a cidade de Ponta Grossa tornou-se elemento importante, que possibilitou aglutinar a comunidade polonesa em torno da fé católica e, assim, manter o poder e a expansão da Igreja na região dos Campos Gerais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leticia Leal; ZULIAN, Rosângela Wosiack. A Igreja Antigo Católica em Ponta Grossa (1932-1934): análise da disputa religiosa na comunidade polonesa local. **Revista Ateliê de História**, Ponta Grossa, v. 2, n.1, p. 179- 218. 2014.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.32, n. 63, p. 143-170, jun.2012.

_____. A implantação da República e a Igreja Católica no Brasil e em Portugal: o caso das Congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. IV, n. 10, p. 215- 232, maio. 2011.

ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. **Curitiba**:Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná.v. II, 1970.

ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. **Cartas dos emigrantes do Brasil**. v. VIII, 1977.

ANDERY, Maria Amélia et al. A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1883). In: _____. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. cap 22, p. 395-425.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

ANTONIL,AndreJoão. **Cultura e opulência do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 239 p.

BALHANA, Altiva Pillati. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná II: mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. In: **SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA**, 2., 1962, Curitiba. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História.

_____. Carlos Alberto de Freitas.**Ideias em confronto**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: das origens a 1889. 4.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL**. Lei de 7 de Novembro de 1831**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acesso em 12 de maio de 2014.

_____. **Lei18 de setembro de 1850.**Disponível emhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em 10 de janeiro de 2013.

_____. **Lei Nº 514, de 28 de outubro de 1848.**http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html. acesso em 15 de maio de 2014.

_____. Inspetoria Federal das Estradas. **Relatório apresentado ao ExmºSr. Ministro da Viação e Obras Publicas pelo Br. José Estácio de Sá Lima Brandão, Inspetor Federal das Estradas**, no ano de 1913. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1915.

CAPRI, Elizabeth Johansen. **De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos**: a Escola Sagrada Família – 1933-1945. Curitiba: UFPR, 2003.

CARNEIRO, José Fernando Domingues. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CHAMMA, Guísela. V. F. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder.Ponta Grossa: SMEC, 1988.

CHAVES, Niltonci Batista (Org.). **Visões de Ponta Grossa:** imagesof Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

COSTA, Emilia Viottida.**Da senzala à colônia.** 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRÔNICAS das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. Ponta Grossa, 1905- 1959.

DECCA, Edgar Salvadori de. Narrativa e História. IN: SAVIANI, Demerval. et al. **História e história da educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. cap. 1, p. 17-24.

DIÁRIO dos Campos. Ponta Grossa, PR, 05 de julho de 1932.

_____. Ponta Grossa, PR, 09 de julho de 1932.

_____. Ponta Grossa, PR, 14 de julho de 1932.

_____. Ponta Grossa, PR, 19 de julho de 1932.

DIÁRIO **dos campos.**Ponta Grossa, PR, 21 de julho de 1932.

_____.Ponta Grossa, PR, 13 de setembro de 1932.

_____.Ponta Grossa, PR, 06 de janeiro de 1934.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas educacionais, 1964.

DIOCESE DE PONTA GROSSA. **Cinquentenário (1926-1976) no seu jubileu áureo**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976, 420 p.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: FAZENDA, Ivani. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional.**12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski, 2005.

GURGEL, Argemiro. **Uma lei para inglês ver**: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. Disponível em:<http://www.tjrs.jus.br/export /poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/ revista_justica_e_historia/issn_1677065x/v6n12/Microsoft_Word_ARTIGO_UMA_LEI _PARA_INGLxS_VER...._Argemiro_gurgel.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2014.

HAYASHI, Carlos Roberto Massao; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **O campo da história da educação no Brasil**: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 15, n 3, p. 167- 184, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n3/09.pdf>

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. II: século XIX.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOPES, José Carlos Veiga. **Origens do povoamento de Ponta Grossa**. 2. Ed. Curitiba: Cidade Clima Comunicação e Arte, 2000.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua princesa**. Curitiba: Copel, 1998.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Polonesa: os fundamentos da Educação Escolarétnica revisitados. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. (orgs.) **Imigração e Educação no Brasil**: Histórias, Processos e Práticas Escolares. Santa Maria: Editora UFSM,2011. p. 165 ‑ 190.

MAACK, R. 1948. Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do estado do Paraná. Curitiba, Arquivo de Biologia e Tecnologia, v.II, p. 102-200. Disponível em: <http:www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm>. Acesso em 30 jun. 2014.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: séculos XVI- XVIII. vol. 1. Petropolis: Vozes, 2004. p. 192- 209.

MALERBA, Jurandir**. O Brasil Imperial (1808-1889**): panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINIAK, Vera Lucia. **A Escola Normal dos Campos gerais**: a atuação do diretor segundo diretrizes do Estado. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2003.

_____. **Estudos sobre a educação e imigração no Brasil**: análise das instituições escolares étnicas. 14f. 2014. Mimeografo.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.**A ideologia alemã**. Tradução de F. Muller. São Paulo, Martins Claret, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1, Vol. I e II. Trad.: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974, p. 231- 233.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais- PR**. Ponta Grossa: UEPG, 2008.

_____. **Reconstrução histórica das instituições escolares públicas dos Campos Gerais- PR**. Curitiba: Lisegraff, 2012.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **Historia, trabalho e educação**: relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindustria canavieira. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARANÁ. **Código de Ensino de 1917.** Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_ Republica/codigo%20do%20ensino%20do%20estado%20do%20paran%E1%20-%20decreto%20n.%2017%20de%209%20de%20janeiro%20de%201917.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

_____.**Relatório do vice-presidente da província Ribeiro Rezende em 6 de setembro de 1854**.

_____. **Relatório do presidente da província Gomes Nogueira em19 de abril de 1861**.

_____. **Relatório do vice-presidente da província Vaz de Carvalhaes em7 de janeiro de 1857**.

_____. **Relatório do presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858**. Curityba: Typ. Lopes, 1859.

_____. **Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 2.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1875**. Curityba, Typ. daViuva Lopes, 1875a.

_____. **Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes publicados por ordem do Ministério dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Finanças**. Rio de Janeiro: Imprensa oficial, 1875b.

_____. **Relatório do presidente da província Eniz Alves de Oliveira Bello**. 1883.

_____. **Relatório do presidente da província Miranda Ribeiro**. 30 de junho de 1888.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Coronel Luiz Antônio Xavier, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**. 1908. Curityba: (s.n.t.) 1v.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica, pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos**. Coritiba: Typ. do Diário Official, 1914.

_____. Relatório do presidente da província Adolpho Lamenha Lins, 1877.

_____. Relatório do presidente da província Oliveira Menezes, 1897.

PARANÁ. Mensagem do presidente da província Francisco Xavier da Silva, 1901.

_____. Relatório do presidente da província Adolpho Lamenha Lins, 1876.

_____. Mensagem do presidente da província Vicente Machado da Silva Lima, 1905.

_____. Mensagem do presidente da província Caetano Munhoz da Rocha, 1926.

_____. Mensagem do presidente da província Carlos Cavalti de Albuquerque, 1915

_____. Mensagem do presidente da província Fernando Xavier da Silva, 1912.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PINTO, Elisabete; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa**: um século de vida (1823- 1923). Ponta Grossa: Gráfica Kugler, 1983.

RENK, ValquiriaElita. **Aprendi falar português na escola**! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2009.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (orgs). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira; estrutura e sistema. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. IN: LOMBARDI, José Claudine; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (orgs). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (orgs). **Instituições escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições Est, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **As escolas da colonização polonesa no Brasil.** In: Anais da comunidade brasileiro-polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, 1970.

_____. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

_____. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam.**Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Ed. Graf. Vicentina, 1987.

_____. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Casa Romário Martins, 1981.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. **Pequeninos poloneses**: cotidiano das crianças polonesas (1920-1960). Xanxerê: News Print, 2010.

ZULIAN, Rosângela W. Diocese de Ponta Grossa: as chaves do reino. IN: _____; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; JOHANSEN, Elizabeth; CHAVES, Niltonci Batista (org). **Visões de Ponta Grossa**: cidade e instituições. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. O céu como Pátria: uma leitura da carta pastoral de 1957 de D. AntonioMazzarotto, primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa (PR). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza.

_____. Entre ortodoxia e heresia: uma releitura da tradição católica polonesa na Diocese de Ponta Grossa. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, v. VI, n. 16, p. 143- 159, maio. 2013.